



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS**



**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – POSGRAP**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL - PROSS**

**TAINÁ ROCHA DOS SANTOS**

**AS (NOVAS) ESTRATÉGIAS DE ADMINISTRAÇÃO DO DESEMPREGO NO  
BRASIL CONTEMPORÂNEO**

**São Cristóvão/SE**

**2020**

# **AS (NOVAS) ESTRATÉGIAS DE ADMINISTRAÇÃO DO DESEMPREGO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, na linha de pesquisa Políticas Sociais, Movimentos Sociais e Serviço Social, da Universidade Federal de Sergipe, em cumprimento aos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Helena Santana Cruz, defendida em 29 de abril de 2020.

**São Cristóvão/SE**

**2020**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Santos, Tainá Rocha dos  
S237n As (novas) estratégias de administração do desemprego no  
Brasil contemporâneo / Tainá Rocha dos Santos ; orientadora  
Maria Helena Santana Cruz. – São Cristóvão, SE, 2020.  
188 f.

Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Universidade  
Federal de Sergipe, 2020.

1. Serviço social. 2. Desemprego - Brasil. 3. Política social. 4.  
Empreendedorismo. 5. Capitalismo. I. Cruz, Maria Helena  
Santana, orient. II. Título.

CDU 364.2:331.56(81)

**TAINÁ ROCHA DOS SANTOS**

**AS (NOVAS) ESTRATÉGIAS DE ADMINISTRAÇÃO DO DESEMPREGO NO  
BRASIL CONTEMPORÂNEO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-graduação em Serviço  
Social, da Universidade Federal de Sergipe,  
como exigência para a obtenção do título de  
Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Helena  
Santana Cruz

Aprovada em: 29/04/2020

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Nelmires Ferreira da Silva (Examinadora interna) (UFS)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vera Nubia Santos (Examinadora interna) (UFS)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Silmere Alves Santos (Examinadora externa ao programa) (UFS)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Helena Santana Cruz (Orientadora) (UFS)

Aos meus pais, Luza e Claudio, pela  
inspiração cotidiana, pelo carinho,  
incentivo e amor incondicional.

## **AGRADECIMENTOS**

À Deus, pelas bênçãos concedidas à superação dos obstáculos diários ao longo de minha trajetória.

Aos meus pais, Maria da Luz e José Claudio, por todo o incentivo, apoio e compreensão, pois é por eles que busco sempre melhorar, é para eles que dedico minhas conquistas e meus aprendizados; bem como ao meu irmão, Clauberth, e minha tia, Eulália, pelos estímulos e total apoio.

Aos meus amigos (Ederlita, Stephanie, Murillo, Victor, Brenda, Karoliny, Sayonara, Flávia), por seus incentivos constantes, por estarem ao meu lado sempre, por partilharem comigo minhas aflições, mas também minhas conquistas: grata pela torcida, compreensão da ausência, e pelos desabafos.

À minha orientadora, Maria Helena, pela disposição e dedicação, ao contribuir nas reflexões e orientando para a escolha do melhor caminho para este estudo.

À banca avaliadora, por ter aceitado o desafio de colaborar neste trabalho.

Às professoras Lusitânia, Vânia, Lica, Nailsa, Rosangela, Maria Helena e Tereza que contribuíram efetivamente para a elaboração desta dissertação, com seus ensinamentos e indicações, que esclareceram o objeto de pesquisa.

À tod@s @s companheir@s de sala e de curso, pelos breves e pelos longos debates que fortificaram minha jornada, que muito me ensinaram e que construíram comigo este caminho de tantas batalhas e aprendizados: Adriana, Bruna, Carina, Cibele, Flávia, Ingrid, Isabelle, Márcia, Sandra, Suellen e Vinicius, levarei vocês comigo sempre e ninguém solta a mão de ninguém!

Aos funcionários da coordenação do PROSS/UFS, em especial Walter, que sempre nos apoia, esclarece nossas dúvidas e por ter se tornado nosso amigo!

À Capes, pelo incentivo financeiro para a efetivação desta pesquisa científica.

Por fim, agradeço à tod@s @s mestres (acadêmicos ou não) que influenciaram em minha formação, desde tenra idade até os dias de hoje, e que me conduziram num aprendizado de suma relevância, que levarei por toda a minha jornada.

*[...] Tempo de prescrutar a realidade  
Tempo de construir, desconstruindo o todo  
de forma organizada  
Tempo de não escamotear as contradições  
e enfatizar as convergências [...]*

(Aglair Alencar Setubal)

## RESUMO

Esta pesquisa de inspiração crítico-dialética marxiana, objetiva analisar a direção e a abrangência das estratégias do Estado no enfrentamento ao desemprego, diante do capitalismo contemporâneo, buscando ressaltar como este vem se expressando na particularidade brasileira, a partir da estruturação do modo de produção capitalista no Brasil. Procurou-se destacar as determinações e tendências das Políticas de Emprego, com foco em suas ações empreendedoras, frente ao recuo ou enaltecimento da superpopulação relativa. A opção metodológica recaiu na pesquisa de cunho qualitativo, do tipo documental e bibliográfica. Para tanto, toma como fontes a bibliografia pertinente aos fundamentos da *Lei Geral de Acumulação Capitalista*, de Karl Marx, para aprofundar a essência do desemprego, decorrente das contradições existentes no processo de expansão e acumulação do capital. Visando compreender a tônica do desemprego, tornou-se imprescindível o entendimento da relação capital-trabalho, como fundamento deste, bem como seu conceito como expressão da questão social, para com isso, captar sua particularidade no Brasil e sua face contemporânea, principalmente através da apreensão das medidas de enfrentamento ao mesmo. Desse modo, observando que o atual quadro do desemprego no Brasil difundiu a ideologia, nas políticas sociais, do trabalho autônomo como meio viável à garantia da empregabilidade, vê-se uma realidade que se estabeleceu no país após os desdobramentos da crise estrutural nas décadas de 1980/90, pautada na reestruturação produtiva que uniu o esgotamento do padrão de industrialização ao projeto Neoliberal, acarretando o desmonte do frágil estatuto de políticas sociais existentes, implantado com a Constituição de 1988: ao impor uma reforma administrativa do Estado, cortes nos gastos sociais, privatizações, apropriações do fundo público, desregulamentações das relações de trabalho e a financeirização do capital, tornou-se visível a barbarização da questão social, principalmente quando da manifestação do desemprego crônico, da terceirização e da supervalorização das relações informais. Perpassando o entendimento de que a força de trabalho expropriada passou a ser incentivada à uma nova inserção/adaptação no mundo do trabalho, tendo a máxima do empreendedorismo como uma das bases ao alcance do autoemprego (tendo em vista a tônica da subsunção do trabalho maquiada pela *fórmula autônoma* – como uma das medidas de enfrentamento, mas não única), e apreendendo as medidas capitalistas de enfrentamento ao desemprego, a hipótese aqui aventada é a de que as políticas de emprego apresentam-se como mecanismos de controle do capital sobre o trabalho, contando com o aparato estatal, tornando evidente, no presente século, o fato de que a expansão do trabalho precário (com todas as suas ramificações) tornou-se um dos meios para minorar a explosão do desemprego.

**PALAVRAS-CHAVE:** Capitalismo. Desemprego. Empreendedorismo. Estado. Políticas Públicas.



## RESUMEN

Esta investigación de inspiración crítica-dialectica marxista marxiana tiene como objetivo analizar la dirección y el alcance de las estrategias del Estado frente al desempleo, frente al capitalismo contemporáneo, tratando de resaltar cómo se ha estado expresando en la particularidad brasileña, desde la estructuración del modo capitalista de producción en Brasil. Tratamos de destacar las determinaciones y tendencias de las políticas de empleo, centrándonos en sus acciones empresariales, frente al retiro o la mejora de la sobrepoblación relativa. La opción metodológica se basó en la investigación cualitativa, documental y bibliográfica. Para ello, toma como fuentes la bibliografía pertinente a los fundamentos de la Ley General de Acumulación Capitalista, de Karl Marx, para profundizar la esencia del desempleo, resultante de las contradicciones existentes en el proceso de expansión y acumulación de capital. Para entender el énfasis del desempleo, se hizo esencial entender la relación capital-trabajo, como fundamento, así como su concepto como expresión de la cuestión social, con el fin de captar su particularidad en Brasil y su rostro contemporáneo, principalmente a través de la aprehensión de medidas para hacer frente a ella. Así, observando que la situación actual del desempleo en Brasil propaga la ideología, en las políticas sociales, del trabajo autónomo como medio viable a la garantía de la empleabilidad, vemos una realidad que se estableció en el país después del desarrollo de la crisis estructural en los años 80/90, basado en la reestructuración productiva que vinculó el agotamiento del estándar de industrialización con el proyecto neoliberal, lo que llevó al desmantelamiento del frágil estatus de las políticas sociales existentes, implementada con la Constitución de 1988: imponiendo una reforma administrativa del Estado, recortes en el gasto social, privatizaciones, créditos del fondo público, desregulación de las relaciones laborales y la financiación del capital, la barbación de la cuestión social se hizo visible, especialmente cuando se hizo visible el desempleo crónico, la externalización y la sobrevaloración de las relaciones informales. Pasando la comprensión de que la fuerza de trabajo expropiada ha sido alentada a una nueva inserción/adaptación en el mundo del trabajo, con la máxima del emprendimiento como una de las bases al alcance del autoempleo (en vista del énfasis en la subsunción del trabajo compuesto por la fórmula autónoma – como una de las medidas de afrontamiento, pero no sólo), y aprovechando las medidas capitalistas para combatir el desempleo, la hipótesis propuesta aquí es que las políticas de empleo se presentan como mecanismos de control de capital en el trabajo, apoyándose en el aparato estatal, haciendo evidente, en el presente siglo, el hecho de que la expansión del trabajo precario (con todas sus ramificaciones) se ha convertido en uno de los medios para mitigar la explosión del desempleo.

**PALABRAS CLAVE:** Capitalismo. Desempleo. Emprendimiento. Estado. Políticas públicas.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO I – A RELAÇÃO CAPITAL-TRABALHO E OS FUNDAMENTOS DO DESEMPREGO NA SOCIEDADE CAPITALISTA</b>	<b>21</b>
1.1 A origem da sociedade capitalista e os fundamentos da exploração do trabalho	23
1.2 A formação do exército industrial de reserva: a Lei Geral da Acumulação Capitalista	38
1.3 Desemprego: uma expressão da questão social	54
1.4 As relações sociais capitalistas na particularidade brasileira: a formação do mercado de trabalho	62
<b>CAPÍTULO II – A REGULAÇÃO ESTATAL NO MUNDO DO TRABALHO ATRAVÉS DAS POLÍTICAS SOCIAIS: IMPLICAÇÕES À ADMINISTRAÇÃO DO DESEMPREGO</b>	<b>70</b>
2.1 A atuação estatal na legislação trabalhista	72
2.2 A monopolização capitalista e seu legado ao mundo do trabalho	83
2.3 As mudanças no mundo do trabalho face a crise estrutural e a administração do desemprego	96
2.4 Política Social e mercado de trabalho no Brasil: uma análise introdutória	112
<b>CAPÍTULO III – POLÍTICA NEOLIBERAL E O CONTEXTO DO DESEMPREGO NA CONTEMPORANEIDADE BRASILEIRA</b>	<b>125</b>
3.1 As estratégias do Estado frente ao desemprego: o aparato das políticas públicas do pós-1990	126
3.1.1 Políticas públicas no Brasil e a legitimação das políticas de empregabilidade na contemporaneidade	133
3.2 As medidas de enfrentamento ao desemprego brasileiro na contemporaneidade	144
3.2.1 As (novas) respostas ao desemprego brasileiro	146
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>172</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>180</b>

## INTRODUÇÃO

O contínuo avanço da economia global não parece garantir que as sociedades futuras possam – unicamente por mecanismos de mercado – gerar postos de trabalho, mesmo os mais flexíveis e compatíveis, em qualidade e renda, com as necessidades mínimas dos cidadãos. A heterogeneidade constitui a principal característica das mudanças contemporâneas. A dinâmica entre globalização, integração econômica e reformas diversificadas, surgiu na cena latino-americana envolta na promessa do crescimento, produzindo pressões e interferências que resultaram na consolidação do capitalismo, nos grandes avanços tecnológicos nas áreas das telecomunicações e da informática (especialmente com a Internet), e na necessidade de expansão do fluxo comercial mundial condicionando a construção de um mundo globalizado<sup>1</sup>.

A nova dinâmica global vem criando desequilíbrios de diferentes formas e intensidades nas sociedades dos diversos países do globo, afetando a economia, as relações sociais, a política, o crescimento da prosperidade material. As desigualdades sociais parecem exacerbar-se sob o impacto da flexibilização da relação salarial, mas, ao mesmo tempo, ela aparece como o quadro para a estruturação de novos coletivos. Dada à estreita relação entre a evolução do sistema mundial e a expansão capitalista, pode-se mesmo afirmar que a economia política global está cada vez mais contida nos marcos daquele sistema, de forma tal, que suas partes constitutivas se encontram cada vez mais integradas.

A contribuição teórica do geógrafo David Harvey (1993) é especialmente importante, não apenas porque fornece um surpreendente marco interdisciplinar para entender as mudanças em curso no mundo contemporâneo, mas também porque aborda de frente os problemas teóricos e epistemológicos que a crítica pós-moderna imprimiu nas Ciências Humanas. O autor constrói um discurso sobre a pós-modernidade através de uma compreensão histórica. A noção de *compressão do tempo-espço* formulada pelo geógrafo é altamente instrumental para que se possa

---

<sup>1</sup> Nas palavras do historiador inglês, Eric Hobsbawm (2007, p. 11): “A globalização, acompanhada de mercados livres, atualmente tão em voga, trouxe consigo uma dramática acentuação das desigualdades econômicas e sociais, no interior das nações e entre elas. Não há indícios de que essa polarização não esteja prosseguindo dentro dos países, apesar de uma diminuição geral da pobreza extrema. Este surto de desigualdade, especialmente em condições de extrema instabilidade econômica com as que se criaram com os mercados livres globais desde a década de 1990, está na base das importantes tensões sociais e políticas do novo século. O impacto dessa globalização é mais sensível para os que menos se beneficiam dela [...]”.

entender o “encolhimento” provocado, sobretudo, pelos sistemas de comunicação, transporte e informação que, ao mesmo tempo, contribuíram para o aumento da percepção fragmentada do mundo, ao colocar à disposição dos habitantes das sociedades de massas uma quantidade de estímulos e informações em escalas sem precedentes. Harvey (1993) sinalizou que sua compressão do tempo-espço perpassa o entendimento de processos que revolucionam as qualidades objetivas do espaço e do tempo, que forçam determinadas alterações, às vezes até mesmo radicais, diante do modo como representamos a sociedade no mundo.

A palavra ‘compressão’ refere-se, decisivamente, à história do capitalismo caracterizada pela aceleração do ritmo da vida, e ao mesmo tempo pela superação de barreiras espaciais, de tal forma que o mundo às vezes parece estar implodindo sobre os indivíduos (HARVEY, 1993). As categorias *tempo* e *espaço* estão imbricadas uma na outra. Na atualidade se multiplicam as formas ‘atípicas’ de emprego, aumenta a pluriatividade que alterna trabalho assalariado com trabalho autônomo, as trajetórias individuais não resultam lineares e o trabalhador se encontra, de maneira reiterada, sem emprego, com contrato temporário e com sua consequente ameaça de desemprego. Paralelamente, as categorias inseridas no trabalho informal abarcam frações crescentes dos trabalhadores. A relação de trabalho clássica entre empregador e trabalhador, com relação de dependência “para toda vida”, já não representa a norma. As mudanças no conteúdo do trabalho e na organização da produção e dos serviços contribuem para que esse vínculo (a relação salarial) tenha mudado em decorrência da flexibilização.

Harvey (1993) faz associação entre condição pós-moderna, novos sistemas de acumulação flexível e novas experiências do tempo e do espaço. A pós-modernidade coincide com a crise do fordismo significando mais que um novo tipo de organização da força de trabalho, é um novo estilo de vida, caracterizado pela produção e consumo de massas, com altos salários e um Estado que assume a responsabilidade sobre amplos setores de serviços.

A lógica da globalização e do funcionamento das cadeias produtivas oportunizam a vitalidade do capitalismo contemporâneo, incorporando os bolsões de trabalho barato mundiais, sem necessariamente elevar-lhes a renda. Os postos formais crescem menos rapidamente que os investimentos diretos, e surgem, contraditoriamente, oportunidades de emprego remuneradas no trabalho flexível, no

setor informal. Especialmente nos países mais pobres, os governos atuais – comprometidos com a estabilidade – não têm orçamento suficiente, nem estruturas eficazes para garantir a sobrevivência dos novos excluídos.

A introdução de inovações tecnológicas, juntamente à reestruturação produtiva, tem contribuído para eliminar postos de trabalho, aumentar o desemprego, a alta rotatividade e a instabilidade dos trabalhadores, num contexto de profundo ataque e privatização de todos os direitos sociais, em que estes são transformados em mercadoria e a classe trabalhadora é corroída por dentro. Isso envolve mudanças no comportamento empresarial, na relação entre empresas, no padrão tecnológico, nas formas de gestão, nas contratações e na remuneração de mão de obra (DIEESE, 2012).

Em linhas gerais, o projeto de uma sociedade democrática reivindica uma justiça com equidade, distribuição das riquezas, eliminando-se as desigualdades sociais; pelo fim da exploração dos seres humanos; pela eliminação das discriminações de gênero, raça, geração ou de qualquer outra; pela garantia de todos os direitos, à vida e à felicidade, à saúde, à educação, à moradia, à cultura, ao emprego e a envelhecer com dignidade; pelo fim da exclusão social; pela democracia plena. Desse modo, a democracia pode ser entendida como “[...] uma gramática de organização da sociedade e da relação entre Estado e Sociedade” (SANTOS; AVRITZER, 2003, p. 41). Os debates contemporâneos em torno da democracia evidenciam os limites da concepção elitista hegemônica no pós-guerra, assentada estritamente nos mecanismos de representação, bem como do modelo pluralista, que prevê, em alguma medida, a ampliação das possibilidades de participação democrática.

A característica que se apresenta no capitalismo do século XXI não tem como centro o trabalho assalariado com proteção social, como foi a característica do denominado Estado de Bem-Estar. Persiste, sem dúvida, muita heterogeneidade dentro das empresas e instituições. Nesse cenário em constante mutação é necessário debater multi, inter e transdisciplinarmente, com a convergência da teoria e as investigações empíricas, a práxis da realidade da reestruturação produtiva, o dilema da centralidade do trabalho e os conflitos vividos pelos trabalhadores, para refletir e decidir sobre o tipo e as características de sociedade que se deseja. Ao analisar a realidade brasileira compreende-se que em consequência dos mais de 20

anos de um regime ditatorial, elitista e excludente, os anos de 1980 formaram o que todos já denominam como a *década perdida*. Reconquistada a liberdade política, o Brasil não viu nos anos seguintes o resgate do crescimento econômico. E a década posterior se arrastou entre soluções de pequenos avanços e grandes retrocessos, em que pacotes econômicos impostos à sociedade tentavam refrear o consumo. As crises externas atingiram de forma danosa o país e significaram barreiras ainda mais difíceis de se transpor, para uma retomada interna. Vivemos, desde então, um momento paradoxal.

No final dos anos 1990 e início deste novo século, a geração de emprego no Brasil cresceu (e vem crescendo) num ritmo muito menor do que a busca pelo emprego, colocando o desemprego no centro das grandes questões e desafios para o país. A ênfase na problemática que associa o declínio do emprego à ampliação do desemprego é enfatizada nesta pesquisa retratando as circunstâncias que conspiram contra a permanência do trabalho/emprego como hoje se conhece. Assim, este estudo também coloca interrogações em torno de questões que adquirem um perfil próprio no cenário brasileiro.

Sabemos que o desemprego é um fenômeno fundado na relação capital/trabalho e tornou-se um problema para o próprio sistema que o criou. Por volta do final do século XIX e início do XX a expressão “desemprego” foi estabelecida a partir da “[...] generalização da ‘sociedade salarial’ e da intervenção estatal [que possibilitaram] a diferenciação entre desemprego e ‘privação de trabalho’” (SANTOS, 2012, p. 171).

Para Mészáros (2011), a população supérflua<sup>2</sup> inerente ao capitalismo não se caracteriza como uma categoria genérica de “gente demais”, mas surge a partir de determinações sociais que passam a designar também um caráter de trabalho supérfluo. Tal realidade resultou em expulsões de grandes massas de pessoas do processo de trabalho, em que os imperativos do lucro ao capital<sup>3</sup> consideravam essa população como ‘redundante’ ao sistema. O desemprego, no período em que o sistema do capital estava em expansão, não era tratado como algo ameaçador aos

---

<sup>2</sup> Alguns estudiosos tratam o “excesso de população” como uma perigosa explosão populacional, como simplesmente uma qualificação numérica de “gente demais”. Mészáros (2011) salienta que o atual excesso se refere à um excesso de necessidades aos trabalhadores.

<sup>3</sup> Grandes proprietários dos meios de produção.

ditames capitalistas: enquanto era visto como conversão dos “bolsões de desenvolvimento” foi ignorado com determinada cautela.

O desemprego surgiu, primordialmente, como uma das formas de controle do capital quanto ao aumento da exploração da força de trabalho: a oferta de trabalho se apresenta menor que a demanda de trabalhadores, obrigando estes ao trabalho desumano imposto pelo capitalismo. Um desemprego decorrente da acumulação do capital e da busca incessante por lucro. Segundo Santos (2012), trata-se de uma expressão que demonstra “[...] sua gênese no mesmo contexto histórico em que se gesta o debate sobre a ‘questão social’” (p. 172), caracterizado pelo não emprego estável ou formal do trabalhador no mercado de trabalho, em uma relação de subordinação entre empregado e empregador, entre capital e trabalho. Para Mészáros (2011), este fenômeno se caracteriza como uma das razões existenciais do capitalismo, apresentando um caráter explosivo ao sistema, se tornando um dos limites estruturais do capitalismo.

A expansão do sistema capitalista tornou-se incontrolável e autodestrutiva, sendo constituída a partir de crises, que foram fundamentais para a globalização e intensificação do sistema. Segundo Mészáros (2011), o sistema capitalista tende a desviar-se das suas contradições, acumulando seus problemas até não mais poder afastá-los, gerando assim, uma crise muito maior, que se relaciona intrínseca e extrinsecamente ao sistema, tendo base na sua estrutura. Essa crise, de caráter estrutural, eclodiu a partir de 1970, e segundo Paulo Netto e Braz (2012), representou o esgotamento da expansão do capital, acarretando a queda acelerada da taxa de lucro, predominando nos países centrais.

Devido seu caráter destrutivo, a crise estrutural impôs à sociedade uma intensa luta por sua sobrevivência, expressando, por meio de problemas sociais, as mudanças necessárias ao modo de produção capitalista, que historicamente se caracteriza por suas divergências internas. Devido essa incapacidade do capital, muitas expressões da questão social foram evidenciadas, uma delas, e a mais latente, foi o desemprego crônico ou estrutural, que vem sendo discutido desde 1970.

Oliveira (2017) ressalta que a ligação entre crise estrutural, financeirização e reestruturação produtiva do capital e seus desdobramentos (sendo eles sociais, políticos, culturais, econômicos e ambientais), veio a favorecer a formação do

*pensamento único* de ordem neoliberal, direcionado à formulação de narrativas contrárias às metanarrativas basilares da modernidade (Iluminismo, Idealismo e Marxismo).

O Estado, enquanto mediador das relações de produção e trabalho e das relações jurídicas que garantem a extração da mais-valia, historicamente abre e expande as fontes de oxigenação do capital, através da regulamentação e do barateamento da força de trabalho, aprimorando e criando as legislações que mantêm a sua subsunção de forma intensificada.

Com isso, um conjunto de políticas públicas diversas e sociais foi difundido pelo Banco Mundial a partir de 1990, especialmente nos países periféricos (como foi o caso do Brasil) visando o ajuste econômico de enfrentamento à crise. O foco destas políticas era articular as necessidades do capital financeiro e do Estado à subsunção real e ideal do trabalho, tendo em vista um novo formato de controle social. Desse modo, a reestruturação produtiva ampliou a força de trabalho para além do espaço da fábrica e engendrou uma nova divisão social e territorial do trabalho fora dos padrões até então conhecidos de exploração e extração da mais-valia (OLIVEIRA, 2017).

Sendo assim, considerando as postulações anteriores, formulamos nossos questionamentos: Como vem se expressando, na particularidade brasileira e do capitalismo contemporâneo, o desemprego enquanto uma das expressões da questão social? Qual a natureza, direção e abrangência das estratégias das Políticas de Emprego no Brasil, no enfrentamento ao desemprego estrutural?

Tais indagações vêm a ser suscitadas, tendo em vista que o desemprego não se limita à uma conceituação meramente imediatista, uma vez que é preciso apreender que essa expressão parte de uma construção histórica, objetivada socialmente, que faz parte de uma totalidade social, estando para além de um problema episódico e imediato, de fácil resolução.

Deste modo, a necessidade de explicar a dinâmica do trabalho no quadro atual das relações capitalistas no Brasil, especificando o desemprego, nos colocou diante das medidas direcionadas à informalização, principalmente focada no empreendedorismo (enquanto uma ideologia da empregabilidade para tratar da questão do desemprego estrutural).



E diante desta perspectiva, tivemos como objetivos:

- Resgatar os fundamentos do desemprego a partir da Lei Geral da Acumulação Capitalista, bem como a abrangência das estratégias do Estado ao entorno do desemprego;
- Debater sobre a instituição das Políticas de Emprego, visando compreender sua participação no recuo ou no favorecimento do crescimento da superpopulação relativa, diante da expressão do desemprego na dinâmica contemporânea;
- Averiguar como as práticas capitalistas contemporâneas vêm estabelecendo uma ressignificação do trabalho no Brasil, através de políticas e medidas direcionadas ao enfrentamento do desemprego.

Assim sendo, o método utilizado nesta pesquisa inspira-se no materialismo histórico-dialético, o método em Marx, que segundo Paulo Netto (2011) tem por objetivo conhecer as categorias que constituem a articulação interna da sociedade burguesa, através de aproximações sucessivas do objeto, tendo em vista uma longa elaboração teórico-científica, partindo de uma pesquisa dedutiva, classificada por Gil (2002) como uma pesquisa que parte de análises gerais às específicas de um objeto, perpassando do geral ao particular.

Para Paulo Netto (2011, p. 21) “[...] o objeto da pesquisa (no caso, a sociedade burguesa) tem existência objetiva; não depende do sujeito, do pesquisador, para existir”. O pesquisador deve ter como objetivo a essência de seu objeto, buscando ir além da aparência fenomênica, imediata. O materialismo histórico-dialético prioriza a dinâmica entre sujeitos e objeto de estudo, valorizando os vínculos constitutivos da vida social, uma vez que a dialética considera o objeto de pesquisa diante de suas determinações e transformações dadas pelos sujeitos, enquanto uma relação intrínseca de oposição e complementariedade social, havendo a necessidade de se trabalhar tanto com a complexidade e com a especificidade, quanto com as diferenciações existentes (CASSAB, 2007).

Com isso, é possível compreender que tal método abarca uma totalidade social, um complexo de complexos estabelecidos por interações sociais, em que se faz necessário o conhecimento em torno à origem e desdobramentos do objeto,

assumindo que para se entender o todo é imprescindível a compreensão das partes que o constituem, bem como das interações estabelecidas entre elas.

Visando compreender a tônica do desemprego, tornou-se imprescindível o entendimento da relação capital-trabalho, como fundamento deste, bem como seu conceito como expressão da questão social, para com isso, captar sua particularidade no Brasil e sua face contemporânea, principalmente através da apreensão das medidas de enfrentamento ao mesmo, – buscando superar o caráter imediato que vem sendo apresentado, e demonstrar tal objeto como expressão inerente ao modo de produção capitalista.

Desse modo, esta análise buscou analisar o desemprego através da decorrência do modo de produção capitalista, embasando-se nas análises de Marx (1996), sobre a constituição do modo de produção capitalista e a intercorrência do desemprego; nas análises de Mészáros (2011), sobre crises do capital e desemprego; nas análises de Bezerra (2016), Oliveira (2017) e Mattoso (2000), sobre o desemprego e as políticas públicas no Brasil contemporâneo; bem como das análises de Santos (2012), sobre a questão social e a delimitação do desemprego no Brasil. Para compreender a resignificação do trabalho no Brasil, utilizamos, principalmente, as análises de Antunes (2006 e 2010) e Pochmann (2006 e 2012), cujas análises e base teórica marxiana fundamentam as explicações da reestruturação produtiva no mundo do trabalho e sua centralidade a partir das formas de produção da mais-valia.

Vinculando a importância da leitura realizada pelo Serviço Social com destaque à compreensão da questão social, da construção dos direitos sociais e trabalhistas e as formas históricas de intervenção do Estado (tendo em vista as políticas públicas), se fizeram necessárias a contribuição das análises de Paulo Netto (2007 e 2012), Pereira (2010 e 2012), Tavares (2018) e Lessa (2013), principalmente.

Desvelar a lógica de funcionamento das políticas públicas na subsunção do trabalho, demandou a compreensão da totalidade das relações através da abordagem marxiana/marxista fundamentada em Engels e Marx (1998), Harvey (1993, 2005 e 2013), Mészáros (2011), Mascaro (2013) e Lessa (2013) – compreendendo que é a partir do Estado, como uma instituição “acima” dos interesses gerais, que são estabelecidos os vínculos jurídicos legais que atrelam a relação capital-trabalho, sob o estigma do *trabalho independente*. Como regulador institucional do conflito de

classes, também seria através dele que se poderia descortinar o ataque aos direitos trabalhistas e sociais contemporâneos.

Conforme Goldenberg (2004, p. 14) “[...] o que determina como trabalhar é o problema que se quer trabalhar: só se escolhe o caminho quando se sabe aonde se quer chegar”. Sendo assim, considerada a natureza do objeto, do problema e dos objetivos orientadores e a corrente de pensamento que guia a pesquisadora, a opção metodológica pela pesquisa qualitativa do tipo documental e bibliográfica mostrou-se coerente. Procurou-se utilizar os princípios da pesquisa qualitativa do tipo documental, tendo como material de apoio investigativo fontes documentais (livros, revistas, documentos legais, arquivos em mídia eletrônica)<sup>4</sup>. O uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado, porque permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social. A riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar justifica o seu uso porque possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural.

Como parte de sua categorização, esta pesquisa expressa um olhar exploratório, uma vez que a investigação qualitativa “[...] lida com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis” (MINAYO, 1994, p. 21-22), tendo como finalidade o desenvolvimento de conceitos e ideias capazes de esclarecer os problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis.

Visando apreender a configuração do desemprego e das Políticas de Emprego, foram utilizadas fontes de análises secundárias, tais como:

a) Estatísticas fornecidas nos sites interligados ao antigo Ministério do Trabalho<sup>5</sup>, bem como análises do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e dos dados fornecidos pela Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD-contínua).

b) Documentos: informações sobre o Sistema Público de Emprego Trabalho e Renda (SPETR), que foram apreciadas em documentos técnicos; análises de

---

<sup>4</sup> Segundo Lüdke e André (1986), quando em uma pesquisa se utiliza apenas de fontes documentais, diz-se que a pesquisa possui estratégia documental.

<sup>5</sup> Atualmente, tal representação é feita na pasta do Ministério da Economia, sob a pauta da Secretaria de Trabalho.

instituições como o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), buscando apreender o grau de formalização das relações de trabalho, o nível de emprego, bem como a segmentação deste sistema no mercado de trabalho brasileiro, tendo em vista suas publicações e informes recentes. No empreendimento da pesquisa documental a pretensão foi a de constituir um corpus satisfatório, esgotando as pistas capazes de fornecer informações relevantes ao objeto.

A análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões e hipóteses de interesse, recorrendo-se a metodologia da análise do conteúdo conforme perspectiva de Bardin (2009), considerada uma dentre as diferentes formas de interpretar o conteúdo de um texto, adotando normas sistemáticas de extrair significados temáticos ou os significantes lexicais, por meio dos elementos mais simples do texto. A análise qualitativa do conteúdo começa com a ideia de processo, ou contexto social. O processo de análise de conteúdo dos documentos tem início quando tomamos a decisão sobre a Unidade de Análise. Na Unidade de Análise buscou-se selecionar segmentos específicos do conteúdo para fazer a análise do documento sobre o tema do desemprego.

Assim, partindo das explicitações sobre os procedimentos que se fizeram necessários, tais análises foram retratadas enquanto um procedimento metodológico que se oferece ao pesquisador como uma possibilidade na busca de soluções para seu problema de pesquisa. Ao apresentar um desenho metodológico de aproximações sucessivas, tal procedimento considera que a flexibilidade na apreensão dos dados garante o movimento dialético em que o objeto de estudo pode ser constantemente revisto.

As reflexões desenvolvidas nesta pesquisa visam a contribuir para com a interpretação da quadra histórica do século XXI, em que a crise estrutural e o sociometabolismo do capital tornaram imperativa a luta anticapitalista. Para tanto, perpassamos o desafio de compreender as formas de extração e realização da mais-valia que ocorrem até os dias atuais (tanto numa perspectiva interna quanto externa aos formatos clássicos de subalternização e assalariamento) para, com isso, apreender a atuação do Estado Neoliberal e de seu sistema legal quanto à sustentação da propriedade dos meios de produção e da subordinação da força de trabalho, buscando apreender seu estímulo tanto aos mecanismos de acumulação,

quanto ao aumento ou recuo da superpopulação relativa, afetando assim o desemprego.

Partindo do pressuposto de que foi a partir do avanço da crise estrutural – juntamente à exponenciação do desemprego –, que o caráter fundamentalmente extremo do mercado instituiu novos valores e expectativas, a hipótese aqui aventada perpassa o entendimento de que a força de trabalho expropriada passou a ser incentivada à uma nova inserção/adaptação no mundo do trabalho, tendo a máxima do empreendedorismo como uma das bases ao alcance do autoemprego. Assim, os nexos sociais se revelaram nas políticas públicas contemporâneas através do papel incisivo e classista do Estado; do crédito como contexto logístico da acumulação financeira; bem como da subsunção do trabalho maquiada pela *fórmula autônoma* (como uma das medidas de enfrentamento, mas não única).

Visando validar tal hipótese, o caminho analítico adotado permitiu que esta dissertação fosse dividida em três capítulos:

No primeiro capítulo buscou-se expressar o processo de expropriação dos trabalhadores de suas terras. Também retratou sobre como o processo de desenvolvimento capitalista intensificou a exploração dos trabalhadores, como se estabeleceu a ausência de emprego a partir da sociedade capitalista, bem como o sistema capitalista se apropriou deste trabalho, o trabalho explorado/alienado. Assim, salientou sobre a articulação da apropriação privada para com a expropriação dos trabalhadores de seus meios de produção, vindo a gerar inúmeras expressões, dentre elas o desemprego. Com isso, retratou a exploração do trabalho e a formação do exército industrial de reserva, com o propósito de desmistificar a essência da exploração capitalista e identificar as bases materiais que mantêm o desemprego sempre em funcionamento no capitalismo. Destacou ainda a fomentação do mercado de trabalho no Brasil e suas implicações às relações sociais no país, ressaltando as relações tipicamente capitalistas que foram desenvolvidas de forma diferente dos países de capitalismo central, ainda que suas características essenciais tenham sido mantidas.

O segundo capítulo foi dedicado à análise da importância do Estado aos interesses de reprodução, dominação e acumulação do capitalismo, através de sua intervenção na reprodução da força de trabalho, principalmente direcionada ao desemprego, tendo em vista a instituição e a derrocada do Estado de Bem-Estar

Social, bem como da constituição do neoliberalismo no contexto sociopolítico. Ressaltou, desse modo, a intervenção do Estado frente à legislação trabalhista, tendo em vista o surgimento das políticas sociais desde suas protoformas, perpassando o contexto do Estado de Bem-Estar e sua derrocada, para enfim, compreender o cenário de crise estrutural do capital e as estratégias assumidas visando sua resolutividade, tendo o aparato estatal como sustentáculo.

Levando em consideração o processo de constituição da Política Social na contextualização histórica, e tendo em vista a discussão do desemprego estrutural na realidade brasileira, com suas implicações atuais, neste capítulo também houve a discussão, ainda que breve, sobre o percurso da Política Social no Brasil, atrelado ao mercado de trabalho, e suas inferências ao desemprego postulado no país, até meados de 1980.

O terceiro (e último capítulo) apresentou a discussão sobre a instituição das políticas públicas de trabalho no cenário social, com foco na conformação destas no Brasil, com destaque para a década de 1990 e para o surgimento do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, buscando analisar o quadro de (des)estruturação do mercado de trabalho brasileiro contemporaneamente. Com isso, analisamos a particularidade do desemprego no Brasil, com o propósito de salientar sua caracterização, desde a “industrialização pesada” até os dias atuais, expondo como as medidas de enfrentamento foram (e vêm sendo) estabelecidas frente a realidade do desemprego no país.

## CAPÍTULO I

### A RELAÇÃO CAPITAL-TRABALHO E OS FUNDAMENTOS DO DESEMPREGO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Este capítulo aborda as consequências das relações contraditórias entre capital e trabalho<sup>6</sup> na consolidação do sistema capitalista, tendo a formação do *exército industrial de reserva*<sup>7</sup> como principal característica e o desemprego como consequência.

O modo de produção capitalista, ao se basear na divisão social e técnica do trabalho e na propriedade privada, se diferencia dos anteriores modos de produção pela formação de uma nova classe: a proletária. Ao estabelecer uma sociedade baseada no trabalho assalariado, que transforma a força de trabalho em mercadoria, o capitalismo se particulariza social e historicamente. Por ser pautado na exploração da força de trabalho, o modo de produção baseado no capital, através do capitalista, compra aquela força mediante o salário, e daí extrai a riqueza produzida<sup>8</sup>. Essa extração de mais-valia realiza a mercadoria e aumenta o capital investido inicialmente, fazendo com que o capitalista obtenha lucro – enquanto finalidade do sistema.

Essa realidade exposta pelo/no modo de produção capitalista se deu com o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, permeada pela acumulação capitalista, sendo configurada a partir da transformação das terras em pastos de ovelhas, que visava o desenvolvimento capitalista através do processo de concentração e centralização. A concretização desta realidade se deu com a expropriação dos trabalhadores dos seus meios de produção, através da expulsão

---

<sup>6</sup> Enquanto processo dialético entre o homem e a natureza, capaz de mostrar a unidade do valor de uso e de troca presente em todas as mercadorias, inclusive no próprio trabalho humano. Como criador de valores de uso (trabalho concreto) é condição de existência humana, estabelecendo a unidade homem-natureza, tendo uma dimensão qualitativa de satisfação e realização. Como criador de valores de troca (trabalho abstrato) sua utilidade é subvertida, sendo orientada pela produção de mercadorias e configurando a relação dos seres humanos com o trabalho numa constante invertida e alienada, vindo a assumir a lógica do tempo socialmente produzido.

<sup>7</sup> Conceito de Friedrich Engels, inspirado por cartistas ingleses, que designou o grande contingente de trabalhadores que não encontravam compradores para sua mercadoria força de trabalho. Tal conceito veio a ser desenvolvido por Karl Marx na Lei Geral (PAULO NETTO; BRAZ, 2012).

<sup>8</sup> Através do trabalho não pago ou da extração de mais-valia, segundo Marx (1996).

daqueles de suas terras, para que a apropriação do capital explorasse a força de trabalho “livre”. Apenas assim, segundo os moldes capitalistas, um relevante contingente de trabalhadores seria forçado a sair das terras e buscaria sobreviver sob uma nova forma de controle, através da venda de sua força de trabalho – o que caracterizou a transformação da força de trabalho em mercadoria, bem como instituiu a formação do exército industrial de reserva para fundamentar o que se convencionou chamar de *desemprego*.

Desse modo, a lógica capitalista vem a ser evidenciada quando imprime uma relação direta entre a desvalorização da força de trabalho, a formação de uma população supérflua e a garantia da exploração da mais-valia. Levando em consideração as transformações históricas do capitalismo, alguns elementos permanecem constitutivos e insuprimíveis da acumulação, sendo eles “[...] a perdurabilidade do exército industrial de reserva e a polarização entre uma riqueza social que se expande e uma pobreza que produz uma massa de homens e mulheres com acesso cada vez mais restrito aos bens necessários à vida” (OLIVEIRA, 2017, p. 48).

Destarte, as contradições que permeiam a sociedade capitalista têm a relação capital-trabalho como base e o Estado como elemento indispensável, ao passo que “[...]. O capital enquanto relação social que subordina o trabalho e em escala ampliada, se realiza plenamente no capitalismo, porque nele os trabalhadores são a mercadoria única de produção de valor” (Ibid., p. 48).

Assim sendo, buscaremos neste capítulo ressaltar o processo de expropriação dos trabalhadores de suas terras, bem como quais as bases que fundamentam a transformação da força de trabalho em mercadoria. Com isso, também visamos apreender como o processo de desenvolvimento capitalista intensifica a exploração dos trabalhadores, como se estabelece a ausência de emprego a partir da sociedade capitalista, bem como o sistema capitalista se apropria deste trabalho, o metamorfoseando em trabalho explorado/alienado – salientando a atuação estatal em tal contextualização. A partir daí buscaremos salientar a articulação da apropriação privada para com a expropriação dos trabalhadores de seus meios de produção, vindo a gerar o desemprego. Com isso, para tratarmos da origem da exploração do trabalho e da formação do exército industrial de reserva fundamentaremos esta análise,



principalmente, no capítulo XXIII – *A Lei Geral da Acumulação Capitalista* – e no capítulo XXIV – *Assim chamada Acumulação Primitiva* – d’O *Capital* de Karl Marx, com o propósito de desmistificar a essência da exploração capitalista e identificar as bases materiais que mantêm o desemprego sempre em funcionamento no capitalismo contemporâneo. Também trataremos, ainda que brevemente, da formação do capitalismo no Brasil e seus impactos no mercado de trabalho brasileiro, apreendendo que as relações tipicamente capitalistas foram desenvolvidas de forma diferente dos países de capitalismo central, ainda que suas características essenciais tenham sido mantidas.

### **1.1 A origem da sociedade capitalista e os fundamentos da exploração do trabalho**

Segundo Marx (1996), a *acumulação primitiva* precede a acumulação capitalista, por representar uma acumulação que não resulta diretamente do modo de produção capitalista. Tratar-se-ia da pré-história do capitalismo, a responsável por criar o trabalhador livre; se configurando como algo precedente à acumulação capitalista, como uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida. Teria se estabelecido como uma relação do capital, implicando necessariamente na mais-valia e na produção capitalista, enquanto movimento que resulta numa expropriação do produtor dos seus meios de produção, vindo a realizar-se através da transformação de dinheiro em capital.

Durante o processo da acumulação primitiva o dinheiro e a mercadoria já requeriam suas transformações em capital, se estabelecendo através de circunstâncias determinadas por duas espécies de possuidores de mercadorias: de um lado encontram-se os proprietários de dinheiro, dos meios de produção e dos meios de subsistência, “[...] que se propõem a valorizar a soma-valor que possuem mediante compra de força de trabalho alheia, do outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, vendedores de trabalho” (MARX, 1996, p. 340).

Vale ressaltar que o conceito de *trabalhadores livres* possui um duplo sentido, uma vez que estes não pertencem diretamente aos meios de produção (como eram os escravos e os servos), nem os meios de produção lhes pertencem (como era a realidade do camponês economicamente autônomo), demonstrando, assim, a existência de um *estado de liberdade*, em que se encontram soltos e desprovidos de quaisquer propriedades que não seja a da sua própria força de trabalho.

O capital, enquanto relação capaz de estabelecer a separação entre os trabalhadores e a propriedade, transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, e por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados. Assim, a “[...] acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e o meio de produção. Ele aparece como ‘primitivo’ porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde” (MARX, 1996, p. 340). Por isso a acumulação primitiva não é entendida como resultado do modo de produção capitalista, mas como seu ponto de partida.

Harvey (2005) sintetiza este estágio como o período da privatização da terra e da expulsão de populações camponesas; da conversão de várias formas de direito de propriedade (comum, coletiva e do Estado, etc.) em direitos de propriedade privada; da mercantilização da força de trabalho; da instituição de processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos; do comércio de escravos, da usura e da definição da legalidade de um Estado dito desenvolvimentista.

De acordo com o autor supracitado, enquanto uma estrutura econômica que proveio da estrutura da sociedade feudal, a sociedade capitalista partiu do movimento histórico que transformou os produtores em trabalhadores assalariados, surgindo enquanto uma libertação da servidão e da coação corporativa, mas impondo à esses recém-libertos a realidade de se “transformarem” em vendedores de si mesmos – mesmo que isso venha a ocorrer após todos os seus meios de produção e todas as garantias de sua existência, oferecidas pelas velhas instituições feudais, lhes serem roubadas.

O ponto inicial do desenvolvimento que produziu tanto o trabalhador assalariado quanto o capitalista se deu com a servidão do trabalhador. Para Marx

(1996), tal fator consistiu numa mudança na forma da sujeição, quando da transformação da exploração feudal em capitalista – transformação essa estabelecida em meados do século XVI, com a consolidação da era do capital. A expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, estabeleceu a base de todo o processo que alavancou a classe capitalista em formação, através dos “[...] momentos em que grandes massas humanas [foram] arrancadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários livres como os pássaros” (MARX, 1996, p. 342). Lembrando que a grande maioria da população do século XV era formada por camponeses livres e economicamente autônomos, enquanto pequenos proprietários fundiários, que cultivavam suas próprias terras com as próprias mãos e usufruíam modesto bem-estar.

Sobre esse contexto Marx (1996) ressalta que

[...]. Os trabalhadores assalariados da agricultura consistiam, em parte, em camponeses, que aproveitavam seu tempo de lazer trabalhando para os grandes proprietários, em parte numa classe independente, relativa e absolutamente pouco numerosa, de trabalhadores assalariados propriamente ditos. Também estes eram, ao mesmo tempo, de fato camponeses economicamente autônomos, pois recebiam, além de seu salário, um terreno arável de 4 ou mais acres (MARX, 1996, p. 342).

As reais mudanças que deram base ao modo de produção capitalista ocorreram em fins do século XV e início do século XVI, quando os proletários “livres como pássaros” foram lançados ao mercado de trabalho. Tal fato se deu através das expulsões do campesinato da base fundiária, tendo início na Inglaterra, a partir do desenvolvimento da manufatura flamenga de lã que impulsionou a transformação das terras de lavoura em pastagens de ovelhas, conformando uma realidade de expropriação dos pequenos camponeses.

Esse violento processo de expropriação

[...] recebeu novo e terrível impulso, no século XVI, pela Reforma e, em consequência dela, pelo roubo colossal dos bens da Igreja. Na época da Reforma, a Igreja Católica era a proprietária feudal de grande parte da base fundiária inglesa. A supressão dos conventos etc. lançou seus moradores na proletarianização. Os próprios bens da Igreja foram, em grande parte, dados a

rapaces favoritos reais ou vendidos por um preço irrisório a arrendatários ou a habitantes das cidades especuladoras, que expulsaram em massa os antigos súditos hereditários, juntando suas explorações. A propriedade legalmente garantida a camponeses empobrecidos de uma parte dos dízimos da Igreja foi tacitamente confiscada (MARX, 1996, p. 345-346).

Oliveira (2017) ressalta que a sociedade capitalista passou a apresentar suas características determinantes a partir da universalização da mercadoria, principalmente quando o homem passou a adotar a condição mercantil, e quando o Estado passou a ser o sustentáculo da produção e reprodução das relações sociais capitalistas, não estando atrelado apenas à troca de mercadorias, mas à exploração do trabalho assalariado, enquanto garantia da exploração do trabalho excedente sob a forma de mais-valia.

Durante o período da Revolução Gloriosa (meados de 1688) fundiários e capitalistas passaram a praticar o roubo dos domínios do Estado. Tais terras eram presenteadas, vendidas a preços irrisórios ou, mediante usurpação direta, anexadas a propriedades privadas. O patrimônio do Estado apropriado juntamente ao roubo da Igreja formou a base dos domínios da oligarquia inglesa no período. Esse processo foi favorecido pelos capitalistas, pois visava a transformação da base fundiária em artigo de comércio, a expansão da área da grande exploração agrícola, a multiplicação da oferta de proletários “livres como os pássaros”, provenientes do campo etc.

Marx (1996) salienta a realidade daquele período através das seguintes declarações:

Eu falo aqui do cercamento de campos abertos e terras que já estão sendo cultivados. Mesmo os escritores que defendem os *inclosures* admitem que estes últimos aumentam o monopólio dos grandes arrendamentos, elevam os preços dos meios de subsistência e produzem despovoamento (...) e mesmo cercamento de terras desertas, como empreendem agora, rouba aos pobres parte de seus meios de subsistência e incha arrendamentos que agora já são grandes demais. “Se”, diz o dr. Price, a terra cair nas mãos de alguns poucos grandes arrendatários, os pequenos arrendatários [...] serão transformados em pessoas que terão de ganhar sua subsistência trabalhando para os outros e que serão forçadas a ir ao mercado para comprar tudo de que precisam (...) Será realizado, talvez, mais trabalho, porque há mais compulsão para isso. (...) Cidades e manufaturas crescerão, pois mais pessoas que buscam emprego serão impelidas para elas. Essa é a forma como a concentração dos arrendamentos opera naturalmente e em que, neste reino, há muitos anos tem realmente operado (PRICE, 1845, p. 155-156 apud MARX, 1996, p. 350).

Assim, a concentração de terras através dos cercamentos dos campos abertos culminou no monopólio dos grandes arrendamentos e na desapropriação dos pequenos arrendatários, que se viam obrigados a vender sua força de trabalho ao mercado, para sua subsistência.

Outro ponto a se destacar se expressou na *propriedade comunal*, que acompanhou o processo de transformação da terra de lavoura em pastagem, tendo início no século XV. Com o progresso sistêmico, principalmente a partir do século XVIII, leis foram estabelecidas (pautadas no cercamento da terra comunal) com o intuito de decretar que os senhores fundiários pudessem se presentear com as terras do povo, como propriedade privada, consolidando o furto sistematicamente executado da propriedade comunal que ajudou a inchar os grandes arrendamentos que, no século XVIII, eram chamados de arrendamentos de capital ou arrendamentos de mercador, e a “liberar” o povo rural como proletariado para a indústria.

O último grande processo de expropriação da base fundiária foi a chamada *Clearing of Estates* (clareamento de propriedades, ou literalmente, a limpeza de seres humanos das terras), que impedia os trabalhadores agrícolas até mesmo de encontrarem espaço necessário às suas moradias, muito menos solo para lavrarem.

Assim, o roubo dos bens da Igreja, a alienação dos domínios do Estado, o roubo da propriedade comunal e a transformação da propriedade feudal em propriedade privada moderna, demonstram os métodos da acumulação primitiva, em que o campo foi usurpado pela agricultura capitalista, a base fundiária foi incorporada ao capital e a indústria urbana foi formalizada, passando a estabelecer, com isso, uma oferta necessária de um proletariado “livre como os pássaros”.

Além de expropriados da propriedade da terra, coube ao proletariado a imposição às *leis sanguinárias* que estabeleciam que “[...] se alguém se [recusasse] a trabalhar, [deveria] ser condenado a se [tornar] escravo da pessoa que o denunciou como vadio” (MARX, 1996, p. 356), sendo, assim, enquadrado por leis terroristas (que estabeleciam punições como marcar o indivíduo, considerado vagabundo, à ferro, por meio de açoite, de tortura), para que se adequasse à disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado.

Diante disso, Marx (1996) ressalta que

[...] Para o curso usual das coisas, o trabalhador [podia] ser confiado às “leis naturais da produção”, isto é, à sua dependência do capital que se origina das próprias condições de produção, e por elas é garantida e perpetuada. Outro era o caso durante a gênese histórica da produção capitalista. A burguesia nascente [precisava] e [empregava] a força do Estado para “regular” o salário, isto é, para comprimi-lo dentro dos limites convenientes à extração de mais-valia, para prolongar a jornada de trabalho e manter o próprio trabalhador num grau normal de dependência. Esse [foi] um momento essencial da assim chamada acumulação primitiva (MARX, 1996, p. 359).

Com a apreensão do processo culminado na/pela *acumulação primitiva*, é possível salientar não se tratou de uma transformação direta de escravos/servos em trabalhadores assalariados, mas representou a expropriação dos produtores diretos, o poderio da propriedade privada baseada no próprio trabalho.

Contudo,

O sistema de apropriação capitalista surgido do modo de produção capitalista, ou seja, a propriedade privada capitalista, é a primeira negação da propriedade privada individual, baseada no trabalho próprio. Mas a produção capitalista produz, com a inexorabilidade de um processo natural, sua própria negação. É a negação da negação. Esta não restabelece a propriedade privada, mas a propriedade individual sobre o fundamento do conquistado na era capitalista: a cooperação e a propriedade comum da terra e dos meios de produção produzidos pelo próprio trabalho (MARX, 1996, p. 381).

A violenta criação do proletariado “livre como os pássaros” partiu de premissas que envolviam a disciplina sanguinária, que o transformou em trabalhador assalariado, e a ação inescrupulosa do Estado, que elevou o grau de exploração do trabalho, na busca pela acumulação do capital, próprias à um sistema que

[...]. Em certo nível de desenvolvimento, produz os meios materiais de sua própria destruição [...]. Sua destruição, a transformação dos meios de produção individuais e parcelados em socialmente concentrados, portanto da propriedade minúscula de muitos em propriedade gigantesca de poucos, portanto a expropriação da grande massa da população de sua base fundiária, de seus meios de subsistência e instrumentos de trabalho, essa terrível e difícil expropriação da massa do povo [constituindo] a pré-história do capital [...]. A expropriação dos produtores diretos [foi] realizada com o mais implacável vandalismo e sob o impulso das paixões mais sujas, mais infames e mais mesquinhamente odiosas. A propriedade privada obtida com trabalho próprio, baseada, por assim dizer, na fusão do trabalhador individual

isolado e independente com suas condições de trabalho, [foi] deslocada pela propriedade privada capitalista, a qual se baseia na exploração do trabalho alheio, mas formalmente livre (MARX, 1996, p. 379-380).

Assim, no capitalismo, o trabalho passou a representar a atividade criadora de valor, realizando-se apenas sob os comandos do capital, fazendo surgir as classes sociais fundamentais do capitalismo: a classe burguesa, conformada nos proprietários dos meios de produção, e a classe trabalhadora, conformada naqueles que possuem apenas a propriedade da força de trabalho. Com isso, a relação capital-trabalho, de acordo com Montaño e Duriguetto (2011, p. 81), é baseada numa relação de exploração, em que o trabalhador é obrigado a “[...] vender sua força de trabalho ao capitalista, estabelecendo [assim] uma relação de emprego, uma relação salarial”. Tal relação acarreta na exploração e alienação do ser trabalhador, que agora trata-se de um trabalhador assalariado.

Com isso, observa-se que os resultados da acumulação primitiva se expressaram através da concentração da propriedade da terra (concentração fundiária), e no deslocamento, para as cidades, de uma grande massa de indivíduos, provida apenas de força de trabalho. Expressou, ainda, uma expansão ampliada de capital, através de métodos bárbaros de extermínios culturais e raciais, escravizações, pilhagens e demais fatores que culminaram na condição fundamental ao modo de produção do capital, a relação capital-trabalho.

Além da premissa da acumulação primitiva do capital, o *advento da maquinaria* e da *grande indústria* passou a explicitar, cada vez mais, os desmandos capitalistas. Enquanto desenvolvimento da força produtiva do trabalho, a maquinaria objetivou o barateamento das mercadorias e o encurtamento da parte da jornada de trabalho “[...] que o trabalhador [precisaria] para si mesmo, a fim de encomprar a outra parte da sua jornada de trabalho que ele [daria] de graça para o capitalista. Ela [foi o] meio de produção de mais-valia” (MARX, 1996, p. 5).

Para Marx (1996), o desenvolvimento do modo de produção capitalista partiu da grande indústria, com o advento da máquina, enquanto implemento do meio de trabalho, uma vez que

A máquina, da qual parte a Revolução Industrial, [substituiu] o trabalhador, que [manejava] uma única ferramenta, por um mecanismo, que [operava] com uma massa de ferramentas iguais ou semelhantes de uma só vez, e que [era] movimentada por uma única força motriz, qualquer que seja sua força. Aí temos a máquina, mas apenas como elemento simples da produção mecanizada (MARX, 1996, p. 11).

Foi a partir do advento das invenções e da crescente procura por máquinas que se desenvolveram a separação da fábrica de máquinas, em diversos ramos autônomos, bem como a divisão do trabalho no interior das manufaturas que construíam essas máquinas recém-inventadas, estando na manufatura o fundamento técnico da grande indústria.

Com isso,

Aquela produziu a maquinaria, com a qual esta superou o artesanato e a manufatura nas esferas de produção de que primeiro se apoderou. A produção mecanizada ergueu-se portanto de maneira natural sobre uma base material que lhe era inadequada. Em certo grau de desenvolvimento ela teve de revolucionar essa base inicialmente encontrada pronta e depois aperfeiçoada em sua antiga forma e criar para si nova base, correspondente a seu próprio modo de produção (MARX, 1996, p. 17).

Diante de tal realidade, a expansão industrial, movida pela maquinaria, estava atrelada ao “[...] crescimento de uma categoria de trabalhadores que, devido à natureza semi-artística de sua atividade, só podia ser ampliada pouco a pouco e não aos saltos” (MARX, 1996, p. 17).

Com isso, a intensa circulação de mercadorias foi capaz de estabelecer mudanças consideráveis no processo de trabalho. Mello (1999) ressalta que o desenvolvimento das forças produtivas e da divisão do trabalho veio a ser processado pela passagem da cooperação simples à manufatura e desta para a maquinofatura, quando a produção passou a encabeçar a circulação, quando da instituição da Revolução Industrial, demonstrando que este foi o percurso inicial da subordinação do trabalho aos ditames capitalista.

Oliveira (2017) afirma ainda que o funcionamento do capitalismo perpassa o entendimento de que



[...] sua especificidade não [estaria na] produção de mercadorias pura e simples, [no] uso do dinheiro como equivalente universal de troca, [na] apropriação de excedente pelo Estado, ou mesmo [na] subordinação do trabalho pelo capital, pois tais elementos já aparecem em sociedades pré-capitalistas. A diferença real se [estabeleceu] na produção de mais-valia e sua apropriação, imposta pelas condições sociais de expropriação do trabalhador, que [foi] transformado em mercadoria. A mais-valia, como materialização do trabalho não pago, se [constituiu] no motor básico da sociedade moderna e na forma que o excedente econômico [assumiu] (OLIVEIRA, 2017, p. 37).

Como a maquinaria, por si só, não garantia a continuidade da extração do superlucro<sup>9</sup>, o capital se viu obrigado a pôr o operário (como nova categoria implementada a partir da expropriação das terras e da subjugação à realidade nas cidades industriais) a trabalhar como uma máquina, visando o aumento da produtividade do trabalho, pois

[...] Como qualquer outro componente do capital constante, a maquinaria não [criava] valor, mas [transferia] seu próprio valor ao produto para cuja feitura ela [servia]. À medida que [tinha] valor e, por isso, [transferia] valor ao produto, ela se [constituía] num componente de valor do mesmo. Ao invés de barateá-lo, [encareceu-o] proporcionalmente a seu próprio valor. E [foi] evidente que máquina e maquinaria desenvolvidas sistematicamente, o meio característico de trabalho da grande indústria, [continham] desproporcionalmente mais valor em comparação com os meios de trabalho do artesanato e da manufatura (MARX, 1996, p. 21).

Assim, a maquinaria expressou o desenvolvimento do processo de trabalho, em sua completude, mas representou apenas parte do desenvolvimento no processo de valorização da mercadoria produzida, pois sozinha não agregava valor algum. Somado a isso, foi estabelecida uma correlação entre economia e política apoiada no Estado, permitindo um salto sistemático sobre a base do sociometabolismo econômico.

Com base na análise da mercadoria como síntese da totalidade do capitalismo, Marx (1996) desenvolveu sua ontologia do capital, demonstrando o papel central do trabalho abstrato e alienado na origem do valor. Conceituando o trabalho como um processo dialético entre o homem e a natureza, e mostrando a unidade do valor de

---

<sup>9</sup> Excedente expropriado pelo capitalista, transformada em fonte de lucro.

uso e de troca das mercadorias, salientou que o trabalho socialmente produzido (o trabalho abstrato) se expressa como a característica comum entre todas as mercadorias. A distinção entre o trabalho concreto e trabalho abstrato representaria o contraditório caráter da mercadoria (qualquer que seja esta), demonstrando que a produção capitalista assume sua forma desenvolvida e universalizada ao mercantilizar tudo e todos.

Desse modo,

O trabalho como criador de valores de uso (em sua forma concreta) [seria] condição de existência humana, unidade homem-natureza, [teria] uma dimensão qualitativa de satisfação e realização. Como criador de valores de troca (trabalho abstrato) a utilidade do trabalho [seria] subvertida, orientada à produção de mercadorias em que a relação dos seres humanos com o trabalho [seria] invertida e alienada, deixando de assumir um ritmo particular para assumir a lógica do tempo socialmente produzido (OLIVEIRA, 2017, p. 38).

Com isso, entende-se que sem trabalho “livre” e sem a transformação da força de trabalho em mercadoria, não existiria produção de mais-valia, uma vez que a origem do trabalho abstrato, enquanto garantia da acumulação de mais-valia, se fortalece a partir da Grande Indústria. Ao readequar/suprimir as condições objetivas de realização do trabalho abstrato subverteu-se o trabalho concreto, com o intuito de que trabalhadores e proprietários dos meios de produção fossem ao mercado como sujeitos livres.

Contudo, como o ponto de partida da grande indústria se constitui na revolução do meio de trabalho, algumas consequências foram direcionadas ao trabalhador. Uma delas se expressou através da apropriação de forças de trabalho suplementares pelo capital, tais como o trabalho feminino e o infantil<sup>10</sup>. Marx (1996, p. 28) ressalta que como o valor da força de trabalho vinha a ser determinado pelo tempo de trabalho, a maquinaria visou “[...] lançar todos os membros da família do trabalhador no mercado

---

<sup>10</sup> Tal realidade veio a ser explicitada, detalhadamente, na obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, de Friedrich Engels.

de trabalho, [repartindo] o valor da força de trabalho do homem por toda sua família”, o que desvalorizou a força de trabalho<sup>11</sup>.

Desse modo,

A maquinaria também [revolucionou] radicalmente a mediação formal das relações do capital, o contrato entre trabalhador e capitalista. Com base no intercâmbio de mercadorias, o pressuposto inicial era que capitalista e trabalhador se confrontariam como pessoas livres, como possuidores independentes de mercadorias: um, possuidor de dinheiro e de meios de produção; o outro, possuidor de força de trabalho. Mas, agora, o capital compra menores ou semidependentes. O trabalhador vendia anteriormente sua própria força de trabalho, da qual dispunha como pessoa formalmente livre. Agora vende mulher e filho. Torna-se mercador de escravos. A procura por trabalho infantil assemelha-se, freqüentemente também na forma, à procura de escravos negros, como se costumava ler em anúncios de jornais americanos (MARX, 1996, p. 29).

Outro ponto relevante às consequências do desenvolvimento da grande indústria, se expressou através do *prolongamento da jornada de trabalho*:

Se a maquinaria é o meio mais poderoso de elevar a produtividade do trabalho, isto é, de encurtar o tempo de trabalho necessário à produção de uma mercadoria, ela se torna, como portadora do capital, inicialmente nas indústrias de que se apodera de imediato, o mais poderoso meio de prolongar a jornada de trabalho para além de qualquer limite natural. Ela cria, por um lado, novas condições que capacitam o capital a dar livre vazão a essa sua tendência constante e, por outro lado, novos motivos para aguçar seu apetite voraz por trabalho alheio (MARX, 1996, p. 36).

Com a autonomização da maquinaria, a atividade operativa do meio de trabalho instituiu que o operário se transformasse em meio de produzir ininterruptamente, “[...] caso não se chocasse com certas limitações naturais em seus auxiliares humanos: sua fraqueza corpórea e sua vontade própria” (MARX, 1996, p. 36). A exploração da

---

<sup>11</sup> Segundo Marx (1996, p.28), “[...] a maquinaria desde o início amplia o material humano de exploração, o campo propriamente de exploração do capital, assim como ao mesmo tempo o grau de exploração”, vindo a reforçar os preceitos capitalistas de lucratividade a todo custo, frente à desvalorização da força de trabalho, através da intensificação da exploração.

força de trabalho era cada vez mais intensificada, vindo a ressaltar mais uma faceta do desenvolvimento capitalista, demonstrando que

O prolongamento desmedido da jornada de trabalho, que a maquinaria produz na mão do capital, provoca mais tarde [...] uma reação por parte da sociedade, ameaçada em sua raiz vital, e com isso a instauração de uma jornada normal de trabalho legalmente limitada. Com base nesta última, desenvolve-se um fenômeno [...] de decisiva importância — ou seja, a intensificação do trabalho. Na análise da mais-valia absoluta, tratava-se inicialmente da grandeza extensiva do trabalho, enquanto o grau de sua intensidade era pressuposto como dado (MARX, 1996, p. 42).

O intuito capitalista seria o de ressarcir seus investimentos/gastos através da elevação do grau de intensidade do trabalho e da transformação do aperfeiçoamento da maquinaria como meio de extrair, sempre em escala crescente, mais força de trabalho.

Diante dos fatos, Marx (1996) ressaltou que o desenvolvimento da maquinaria aumentou o material humano explorável pelo capital, principalmente através da apropriação do trabalho feminino e infantil, bem como através do confisco do tempo de vida do operário com a ampliação da jornada de trabalho e da exploração sempre mais intensa da força de trabalho, fornecendo ao desenvolvimento sistemático do capital o crescimento, num tempo cada vez mais curto, da produção de mercadorias.

O comando sobre o trabalho surgiu como condição de existência e permanência do capital, ao se sustentar na busca desenfreada pelo lucro adquirido por meio da expropriação dos trabalhadores de seus instrumentos de trabalho, quando estes seriam (e ainda o são) capazes de produzir mais-valia e toda a riqueza, ainda que não se apropriem dela; quando da manutenção do valor de troca como meio de vida e do trabalho como produtor deste valor; quando da espacialização territorial articulada pelo mercado mundializado; quando da existência de um Estado que atua tanto na manutenção do sistema de comando político abrangente, quanto como base material do capital (MÉSZÁROS, 2002).

Mencionando o *Estado*, vale ressaltar que mesmo que sua existência venha a ser anterior ao modo de produção capitalista, sua funcionalidade se distingue na

sociabilidade deste modo de produção, quando o capitalismo transpassou a formação dos Estados Nacionais:

A centralização política, fruto do amadurecimento das Monarquias Absolutistas (séculos XV ao XVIII) e o conseqüente controle sobre os impostos e a terra [foram] um dos primeiros passos para as bases deste modo de produção, em que a burguesia e os resquícios da nobreza feudal [formaram] um pacto de alianças à realização da acumulação primitiva e originária nascentes da fase comercial. Deste modo, o Estado [atua] no capitalismo com uma clara função de garantir a acumulação de capital para classe condutora do processo. A própria “relação capital x trabalho”, gerada antes do capitalismo e, sobretudo neste, prescinde da funcionalidade estatal no controle do trabalho, seja este servil, camponês, escravo ou assalariado, [demonstrando as] diversas formas de manifestação do Estado no controle do trabalho (OLIVEIRA, 2017, p. 40).

Enquanto a primeira organização política da sociedade, a *família* veio a ser seguida de clãs e tribos, logo então derivando no Estado. Engels (2007) assinala que a inexistência do Estado no momento inicial da história da humanidade seria reflexo das relações de produção e trabalho do período, principalmente em relação às formações sociais pautadas no comunismo primitivo, em que a propriedade privada e as leis ainda não se faziam presentes. Nos modos de produção derivados destas comunidades, formas diferenciadas de organização política e econômica, como no escravismo e no “modo de produção asiático”, constam no lastro histórico sem a presença do Estado para garantir a exploração e a subordinação do trabalho, através do controle da terra, da escravidão, da instituição de impostos ou do próprio trabalho em sua totalidade.

Para Mascaro (2013), a reprodução da exploração assalariada e mercantil fortaleceu uma instituição da conformação estatal que estivesse alheia aos indivíduos. Uma vez que em formações pré-capitalistas havia uma unidade e não uma separação entre o econômico e o político, no capitalismo tal separação ocorreu, demonstrando que a reprodução da exploração assalariada e mercantil veio a fortalecer a instituição do Estado como um aparato propício à exploração, quando este pode garantir a existência da mercadoria, da propriedade privada e dos vínculos jurídicos de exploração entre capital e trabalho.

Desse modo,

Em todas as sociedades que [surgiram] após o fim do comunismo primitivo, a presença do Estado [se fez] marcante, porque ele é o resultado direto das contradições de classe. Posteriormente, o desenvolvimento das sociedades ao longo do tempo [demonstrou] que o Estado surge a partir do momento em que os conflitos entre as classes se tornam insolúveis, não mais podendo ser conciliados (OLIVEIRA, 2017, p. 41).

Engels e Marx (1998) afirmaram que o surgimento da propriedade privada gerou antagonismos entre as classes, sendo estes inconciliáveis e capazes de definir a natureza classista do Estado na manutenção da ordem e na legalização da repressão. Para além de aparatos burocráticos e institucionais, seu profundo caráter classista vem a ser destacado por expressar as dimensões política e econômica presentes no conflito capital x trabalho.

Assim sendo, a literatura marxista ressalta que a necessidade de intervenção estatal sempre teve o propósito de gerir e administrar o conflito de classes antagônicas, vindo a favorecer a classe que oprime e domina - demonstrando que seu papel ideológico visa manter os interesses da classe dominante enquanto uma representação do interesse coletivo (com uma condição de coletividade ilusória).

Para Wood (2010), o desenvolvimento capitalista pode ser visto enquanto um processo que diferencia o econômico do político, pressupondo a consideração do papel do Estado e, conseqüentemente, de seu desenvolvimento. Assim, o Estado representaria um complexo de instituições, em que o poder da sociedade se organizaria na base superior constituída pela instituição 'família', demonstrando que a reivindicação da aplicação da força bruta perante os problemas sociais é composta de instrumentos de coerção formais e especializados.

A autora supracitada argumenta que ainda que não fosse verdade que o objetivo do Estado fosse manter/validar a exploração, a realização de suas funções sociais apontaria para a divisão social do trabalho. Ao surgir historicamente como meio de apropriação do produto excedente, bem como de intensificação deste, a constituição do Estado denota a diferenciação da esfera econômica capitalista através das funções sociais de produção e distribuição, em que a extração e apropriação dos excedentes e a subordinação do trabalho seriam privatizadas e obtidas por meios não autoritários e não políticos, sendo contrários à uma relação contratual entre os "produtores livres" e os "apropriadores" dos meios de produção.

Oliveira (2017) argumenta que seria devido a

[...] forma-valor e [as] infinitas relações de troca de mercadorias bem como da exploração da força de trabalho, que se levanta a necessidade do poder político estranho aos próprios agentes de troca. [...] é na assunção do sistema geral de trabalho assalariado que serão criadas as bases da forma política estatal. A forma-valor efetivamente é posta em prática quando se entrelaça e se reflete em várias formações sociais correlatas, nesse sentido, a forma jurídica é uma de suas engrenagens necessárias. Além dela, a forma política estatal é sua correlata inexorável, constituindo-se num aparato terceiro e imprescindível da relação de circulação e reprodução capitalistas (OLIVEIRA, 2017, p. 42).

Desse modo, os vínculos capitalistas estariam assegurados, tendo em vista um aparato político que se instaurou enquanto Estado, com um poderio alheio ao domínio econômico tanto do capital quanto do trabalho. Assim,

Quando as trocas se generalizam e até mesmo o trabalho passa a ser objeto de troca – trabalho assalariado – os indivíduos, perante o mercado, apagam suas características de classe, de cultura e de condição econômica, reduzindo-se a peças formalmente iguais trocadas livremente – com o dispositivo da autonomia da vontade, [tornando-se] sujeito de direitos. A forma-valor, que permeia as relações de circulação e produção, está até então derivada em forma jurídica. Mas a forma-valor só pode existir quando também se derivar em forma política estatal. No capitalismo, os aparatos que garantem o vínculo contratual e que jungem contratante e contratado são distintos formalmente de ambas as partes. O contrato exprime a forma valor e o valor é referenciado em coisas, bens, dinheiro, propriedade privada. O aparato político, terceiro a todos os possuidores e trabalhadores, garante além dos vínculos de troca e alguns dos seus termos, a própria apropriação formal do valor pelo sujeito, ou seja, a propriedade privada (MASCARO, 2013, p. 26).

Com isso, a especificidade do processo de trabalho na sociabilidade capitalista se torna clara, tendo em vista que o controle político estatal sobre o trabalho surge de bases materiais de produção que foram determinadas pelo desenvolvimento das forças produtivas, e com estas bases veio a ser posto um Estado pautado em instituições jurídicas e políticas, capaz de determinar as formas da consciência social.

Alves (2007) salienta que esta configuração estatal é singular no capitalismo, devido a capacidade deste modo de produção em constituir um mundo do trabalho

centralizado no valor. O autor ressalta que formas societárias do trabalho anteriores aos ditames do capital estavam pautadas nas atividades prático-instrumentais de luta pela existência da humanidade, e não eram integradas à um metabolismo sistêmico de produção e reprodução social. Existia, desse modo, uma multiplicidade de mundos do trabalho, e dessa surgiu a unicidade de luta pela existência enquanto a forma social do trabalho abstrato, que veio a envolver todas as demais atividades prático-instrumentais em um único processo sistêmico de acumulação de valor. Com isso, a distinção do processo de trabalho no capitalismo se expressa em grau e espécie quanto aos demais presentes em outras formas societárias pré-capitalistas.

Contudo, é possível apreender que o desenvolvimento da produção capitalista beneficiou a exploração de novas invenções/descobertas, através do aperfeiçoamento da indústria, o que veio a requerer uma menor massa de trabalho para manusear uma massa maior de máquinas, e uma realidade de não atendimento às reais necessidades dos trabalhadores, devido a busca incessante pela manutenção exclusiva e unicamente do desenvolvimento capitalista. A expropriação dos trabalhadores de seus meios de produção, juntamente a transformação da força de trabalho em mercadoria, fomentam as bases da nova configuração social, pois foi com a diminuição absoluta da demanda de trabalho que “[...] o movimento do capital através da acumulação, concentração e centralização [determinou] [...] [a dispensa de] uma demanda maior de força de trabalho” (SANTOS, 2016, p. 87), e esse processo culminou à classe trabalhadora na configuração do chamado exército industrial de reserva ou superpopulação relativa.

Tendo isso exposto, buscaremos demonstrar como se estabeleceram as bases para a manutenção deste exército industrial de reserva, sempre na proporção do desenvolvimento capitalista, através da *Lei Geral da Acumulação Capitalista* como fundamento desta manutenção.

## **1.2 A formação do exército industrial de reserva: a Lei Geral da Acumulação Capitalista**



A diminuição relativa da utilização da força de trabalho, a partir do desenvolvimento do capitalismo, gerou um crescimento da classe trabalhadora que não acompanhou a capacidade de absorção da grande indústria. A acumulação capitalista passou a produzir constantemente uma população trabalhadora excedente, peculiar ao modo de produção do capital, vindo a transformar essa população supérflua na “alavanca da acumulação capitalista”, como salienta Marx (1996), sendo funcional ao desenvolvimento/apropriação da riqueza.

A *relação de exploração/alienação* exerceu forte influência quanto ao crescimento do capital sobre o destino da classe trabalhadora, em que a composição do capital e as modificações que aquela sofreu durante o processo de acumulação são os fatores mais importantes nessa relação. Marx (1996) salienta que

[...] Da perspectiva do valor, [a composição do capital] é determinada pela proporção em que se reparte em capital constante ou valor dos meios de produção e capital variável ou valor da força de trabalho, soma global dos salários. Da perspectiva da matéria, como ela funciona no processo de produção, cada capital se reparte em meios de produção e força de trabalho viva; essa composição é determinada pela proporção entre, por um lado, a massa dos meios de produção utilizados e, por outro lado, o montante de trabalho exigido para seu emprego (MARX, 1996, p. 245).

O capitalismo, enquanto determinação contraditória que resulta na “[...] acumulação do capital [sendo], portanto, multiplicação do proletariado” (Marx, 1996, p.246), explicita que quanto mais rica se torna a classe burguesa e mais concentrado e centralizado está o capital, maior é a massa de trabalhadores e o controle do capital sobre o trabalho, e mais miserável se torna a classe trabalhadora. Assim, para explicitar a acumulação de capital o autor supracitado utiliza relevantes categorias representadas pela composição orgânica do capital no processo de acumulação.

Desse modo, Marx (1996) aponta que com o desenvolvimento das necessidades capitalistas surge a

[...] acumulação acelerada do capital. Com a acumulação do capital desenvolve-se, portanto, o modo de produção especificamente capitalista e, com modo de produção especificamente capitalista, a acumulação do capital. Esses dois fatores econômicos criam, de acordo com a relação conjugada

dos impulsos que eles se dão mutuamente, a mudança na composição técnica do capital pela qual a componente variável se torna cada vez menor comparada à constante (MARX, 1996, p. 256).

Diante da conseqüente realidade imposta pela acumulação do capital, o processo de trabalho passou a ser submetido à *Lei Geral da Acumulação Capitalista*, que, de acordo com Marx (1996), tem por objetivo a mais-valia (como a produção do valor excedente não pago ao trabalhador e apropriado pelo capitalista), e que tornou a exploração da força de trabalho essencial à acumulação de lucro, demonstrando que

[...] essa lei se expressa sobre a base capitalista, onde não é o trabalhador quem emprega os meios de trabalho, mas os meios de trabalho o trabalhador, de forma que, quanto mais elevada a força produtiva do trabalho, tanto maior a pressão do trabalhador sobre seus meios de ocupação e tanto mais precária, portanto, sua condição de existência: venda da própria força para multiplicar a riqueza alheia ou para a autovalorização do capital (MARX, 1996, p. 274).

Assim, enquanto lei absoluta do modo de produção capitalista, gera a produção de mais-valia e o excedente – seja ele de capital ou de força de trabalho. Essa força de trabalho excedente é comprada com a finalidade de valorização do capital, por agregar valor à mercadoria. Com isso, surge a necessidade da contínua revenda de força de trabalho, bem como a contínua reprodução da riqueza.

Marx (1996) ressalta ainda que

[...] a lei que mantém a superpopulação relativa ou exército industrial de reserva sempre em equilíbrio com o volume e a energia da acumulação prende o trabalhador mais firmemente ao capital do que as correntes de Hefáisto agrilhoaram Prometeu ao rochedo (MARX, 1996, p. 275).

Fazendo com que o trabalhador venha a depender da venda de sua força de trabalho para sobreviver e, conseqüentemente, colocando-o em um infundável ciclo de subjugação, do qual não consegue sair.

Com isso, Paulo Netto e Braz (2012), buscando ressaltar as consequências desta lei absoluta, salientam que o que vem a resultar da acumulação desenfreada do capital “[...] é, simultaneamente, um enorme crescimento da riqueza social e um igualmente enorme crescimento da pobreza” (PAULO NETTO; BRAZ, 2012, p. 150), consumando uma realidade polarizada entre riqueza e pobreza, entre exploradores e explorados, entre proprietários dos meios de produção e proprietários da força de trabalho (em que estes últimos encontram-se configurados numa *superpopulação relativa* ao capital).

Marx (1996, p. 260) salienta que com o avanço da acumulação a proporção entre a parte constante e a parte variável do capital se modifica, “[...] de modo que, ao crescer o capital, ao invés de 1/2 de seu valor global, progressivamente apenas 1/3, 1/4, 1/5, 1/6, 1/8 etc. se convertem em força de trabalho, ao passo que 2/3, 3/4, 4/5, 5/6, 7/8 etc., em meios de produção”. Buscando apreender a dualidade do trabalho e seus resultados, o mesmo explicita que a propriedade abstrata, enquanto dispêndio de força de trabalho, faz com que o trabalho agregue um novo valor aos valores dos elementos do processo de trabalho, os meios de produção; já a propriedade concreta (específica e útil), faz com que o trabalho intervenha na transferência de valor dos meios de produção ao produto final, incorporando valor a este. Assim, o trabalho converte-se no responsável pela conservação e criação de valores, ao realizar esses dois processos.

Levando em conta tais características, o autor supracitado ressalta que o capital possui um caráter diverso ao exercer diferentes papéis no processo de trabalho: uma parte é convertida em meios de produção (máquinas e matérias-primas), conservando o valor – sendo assim chamada de Capital Constante; e outra parte é convertida em força de trabalho, o que proporciona a criação do novo valor (sendo este de maior ou menor relevância, pois depende das horas trabalhadas que excedem o valor do próprio trabalho) a partir dos movimentos que esta força de trabalho exerce na produção - sendo assim chamada de Capital Variável. Tais características salientam a Composição Orgânica do Capital, expressando que com o desenvolvimento das forças produtivas/capitalismo, a perspectiva do valor foi modificada e o investimento passou a ser maior no capital constante em detrimento

do capital variável, o que implicou em expulsões de muitas massas de trabalhadores da produção.

Desse modo,

[...] a composição do capital é explicada em duplo sentido: primeiro, numa análise da perspectiva do valor, na qual Marx afirma que a composição orgânica do capital é 'determinada pela proporção em que ele se reparte em capital constante ou valor dos meios de produção e capital variável ou valor da força de trabalho, soma global dos salários'. Marx [...] explica que a produção de capital (mais-valia convertido em lucro) é formada por dois componentes existentes no processo de produção: trabalho morto e trabalho vivo; este consiste na força de trabalho operária, aquele, na matéria-prima, maquinaria e tecnologia em geral. O trabalho morto não tem capacidade de gerar mais-valia, apenas repassa seus custos durante o processo produtivo; já o trabalho vivo é a única força geradora de capital, pois acrescenta à mercadoria mais do que o valor gasto na sua produção: a mais-valia, o lucro (LIMA, 2016, p. 27).

Com isso, após gerar a mais-valia, o capitalista tende a aplicar parte de seu lucro na expansão da produção, fazendo surgir a necessidade em aumentar o mercado consumidor e, conseqüentemente, requerendo uma maior demanda por força de trabalho. Para Marx (1996), o desenvolvimento do capital resulta no crescimento de sua parcela variável, no crescimento da força de trabalho, em que uma parcela da mais-valia deveria ser transformada em capital adicional e 'retransformada' em capital variável. Dessa forma, a acumulação de capital se configura enquanto multiplicação do proletariado, pois ao aumentar a acumulação conseqüentemente aumenta a oferta de trabalho e o salário; contudo, tais aumentos não modificam a essência sistemática de explorar a força de trabalho, já que a produção de mais-valia (excedente) expressa a lei absoluta do modo de produção capitalista.

Como enfatiza Lima (2016, p. 27), a classe trabalhadora continua sob domínio dos ditames capitalistas, "[...] pois para se manter vivo no sistema dominado pelo capital, a classe trabalhadora necessita do salário para a sobrevivência pessoal e familiar" – o que caracteriza a degradante situação da classe trabalhadora: mesmo que a oferta de trabalho seja ampliada, os proletários, enquanto produtores de mais-valia, encontram-se submissos ao capitalismo. Com o cenário de aumento da força de trabalho e do salário estabelecido, um decréscimo no processo de acumulação via

exploração é latente, e para manter sempre em alta a extração desta mais-valia acomete-se uma diminuição da procura por força de trabalho, vindo a gerar o exército industrial de reserva.

Diante da realidade de acumulação desenfreada, a população trabalhadora passa a representar uma massa excedente, como produto necessário à acumulação/desenvolvimento da riqueza capitalista, e “[...] essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista” (MARX, 1996, p. 262-263), constituindo um exército industrial de reserva disponível, pertencente ao modo de produção capitalista. Assim, esta superpopulação ou exército industrial se consubstancia como a razão de ser do sistema capitalista.

Marx (1996, p. 265) ressalta que “[...] Não basta à produção capitalista de modo algum o quantum de força de trabalho disponível que o crescimento natural da população fornece”, uma vez que se faz necessário, para que se tenha uma liberdade de ação, de um exército industrial independente de uma barreira natural, enquanto um poderoso instrumento ao incremento da exploração da força de trabalho e um componente ineliminável da dinâmica capitalista.

Foi com o avanço da acumulação que esse exército – também chamado de superpopulação relativa – avançou mais rapidamente do que a revolução técnica do processo de produção, fazendo com que os meios de produção, ao crescerem em volume e eficiência, se tornassem meios de ocupação dos trabalhadores em menor grau; assim, à medida que crescia a força produtiva do trabalho, o capital elevava mais a sua oferta de trabalho do que sua demanda de trabalhadores.

Com as mudanças na forma de ser do trabalho sob o capitalismo, Karl Marx desenvolveu a teoria da superpopulação relativa, referindo-se aos trabalhadores da grande indústria do século XVIII que não foram inseridos na produção. Na origem do capitalismo, muitos trabalhadores se tornaram supérfluos<sup>12</sup> devido às mudanças sempre crescentes da composição orgânica do capital – de um lado, perante os meios

---

<sup>12</sup> “Esses tipos de trabalhadores que integram a superpopulação relativa ainda estão presentes no século XXI – claro que com novas formas de exploração e diferentes inserções no mercado de trabalho, pois a realidade demonstra que apesar das mudanças no setor de trabalho, a essência das contradições expostas pelo desenvolvimento capitalista ainda são evidentes” (BEZERRA, 2016, p. 37).

de produção, do outro, perante a força de trabalho em movimento – o que Marx (1996) convencionou chamar de superpopulação fluente.

O fluxo constante da força de trabalho se consubstanciou como outra forma de sobrevivência, tendo em vista os trabalhadores rurais que não conseguiram emprego e foram condicionados a trabalhos sempre inferiores nas cidades. A condição destes expressava ainda mais precariedade: salários mais baixos e, conseqüentemente, trabalhadores mais pauperizados. Esta categoria foi definida como superpopulação latente.

A terceira superpopulação, a estagnada, constituiria parte do exército ativo de trabalhadores, mas com ocupação irregular. Para Marx (1996), esta categoria de trabalhadores representou um ‘reservatório inesgotável de trabalhadores disponíveis’, com salários inferiores e condição de vida abaixo do nível normal médio da classe trabalhadora.

Marx (1996) ainda apontou o mais profundo sedimento da superpopulação relativa, o *lumpemproletariado*: estando na base, representaria a parcela do proletariado em que constam os vagabundos, os criminosos, as prostitutas, os que vegetam em miséria e no pauperismo; seria representada por trabalhadores aptos, mas que não encontram emprego, como órfãos, filhos de indigentes, mutilados, viúvas, enfermos – constituindo o asilo/peso morto do exército industrial de reserva.

Assim, o autor constatou que

[...]. O sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora [engrossou] as fileiras de sua reserva, enquanto, inversamente, a maior pressão que a última exerce sobre a primeira [obrigou-a] ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital. A condenação de uma parcela da classe trabalhadora à ociosidade forçada em virtude do sobretrabalho da outra parte e vice-versa [tornou-se] um meio de enriquecimento do capitalista individual e [acelerou], simultaneamente, a produção do exército industrial de reserva numa escala adequada ao progresso da acumulação social (MARX, 1996, p. 266-267).

Essa conformação foi de suma importância à constituição do exército industrial de reserva, pois representou o controle quanto aos movimentos gerais do salário, que foram determinados, desde a constituição do modo de produção capitalista, pela

expansão e pela contração deste exército, através da “[...] proporção variável em que a classe trabalhadora se divide em exército ativo e exército de reserva, pelo acréscimo e decréscimo da dimensão relativa da superpopulação, pelo grau em que ela é ora absorvida, ora liberada” (MARX, 1996, p. 267).

Segundo Marx (1996), essa superpopulação relativa pressiona o exército ativo de trabalhadores e controla suas pretensões, quando dos períodos de estagnação e prosperidade média ao capital ou durante os períodos de superprodução, vindo a representar, “[...] portanto, o pano de fundo sobre o qual a lei da oferta e da procura de mão-de-obra se movimenta. Ela reduz o raio de ação dessa lei a limites absolutamente condizentes com a avidez de explorar e a paixão por dominar do capital” (MARX, 1996, p. 269).

Vale ressaltar aqui, segundo os preceitos salientados por Karl Marx, que todo e qualquer trabalhador fez – e faz – parte dessa superpopulação relativa quando se encontra em estado de desocupação parcial ou integral ao mercado de trabalho. Tal realidade, por sua vez, expressa a necessidade que essa superpopulação representa ao desenvolvimento e à existência da produção capitalista, quando da necessidade de uma população sobrando que seja passível de manipulação.

Oliveira (2017) ressalta que a abundância dessa superpopulação relativa em todas as modalidades de trabalho no mundo foi capaz tanto de reafirmar a Lei Geral da Acumulação Capitalista, ao produzir continuamente desempregados e garantindo, desse modo, uma fuga do capital da queda tendencial da taxa de lucro; quanto de possibilitar que o Estado permanecesse salutar à subordinação do trabalho orientando e garantindo as formas de exploração, através da estimulação da capacitação e da formação de discursos.

A origem desta população excedente, entendida como uma reserva de mão-de-obra pelo mundo capitalista, não se explica enquanto um simples produto do crescimento populacional natural:

Nas observações de Dobb (1983), nos séculos em que o proletariado foi recrutado mais rapidamente, correspondem aqueles de aumento demográfico natural mais lento. Embora o capitalismo tenha suprido sua demanda por força de trabalho pela taxa natural de crescimento do

proletariado, ela não é o fator central para a garantia desta reserva, existiram outros motivos além deste como a morte do campesinato e o fim dos ofícios artesanais criando a oferta de trabalho disponível ao capital (OLIVEIRA, 2017, p. 45).

Assim, é possível compreender que a expropriação dos meios de produção das modalidades de trabalho anteriores ao capitalismo permitiu o assalariamento do trabalhador, submetendo este à condição de produtor de trabalho excedente (mais-valia); a ampliação da extração do excedente do trabalho (que se deu com o aumento da composição orgânica e com a produtividade do trabalho); bem como a expulsão de trabalhadores do processo produtivo (ou a sua não absorção), evidenciando o aumento da superpopulação relativa.

Alves (2007) frisa que a estruturação/manutenção deste processo foi posta pela permanência da expropriação/espoliação, enquanto um traço constitutivo do sistema produtor de mercadorias do capitalismo (e não apenas de sua gênese), que possui a capacidade de articular, continuamente, nexos de expropriação, exploração e acumulação de valor – angariando, assim, a tríade sagrada do capital.

Como contradição fundamental da dinâmica capitalista, a produção da riqueza inversamente proporcional à produção de miséria e pobreza é expressa pela exploração/expropriação dos trabalhadores dos seus meios de produção. Segundo Marx (1996), o capital exerce controle direto sobre a classe trabalhadora através da composição do capital e das modificações que lhe são inerentes, diante do processo de acumulação. Ressaltou ainda que a acumulação de capital se refere a multiplicação do proletariado, quando o acúmulo capitalista aumenta tanto a oferta de trabalho quanto o salário, ainda que tais acréscimos não modifiquem a essência do sistema capitalista de explorar a força de trabalho.

Com isso, quanto maiores a riqueza social e o crescimento do capital em funcionamento, tanto maior a grandeza do proletariado e da força produtiva de seu trabalho, conformando o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível veio a ser desenvolvida através dos mesmos fundamentos da necessidade expansiva do capital, demonstrando que a “[...] grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza” (MARX, 1996, p. 274), o que consolida a miséria em razão inversa à execução de seu trabalho. Portanto, quanto



maior a camada miserável da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, maior configura-se o pauperismo oficial – demonstrando como se consolida a lei geral que rege a acumulação capitalista.

Assim,

[...] o desenvolvimento do modo de produção capitalista e da força produtiva do trabalho — simultaneamente causa e efeito da acumulação — [capacitou] o capitalista a pôr em ação, com o mesmo dispêndio de capital variável, mais trabalho mediante exploração extensiva ou intensiva das forças de trabalho individuais. [...] além disso, [...] com capital do mesmo valor ele compra mais forças de trabalho ao deslocar progressivamente força de trabalho mais qualificada por menos qualificada, madura por imatura, masculina por feminina, adulta por adolescente ou infantil (MARX, 1996, p. 266).

Buscando ilustrar a Lei Geral, Marx (1996, p. 277) explicitou a acumulação capitalista entre os anos de 1846 a 1866, mais especificamente na Inglaterra. Para ele, “[...] De todos os países é, porém, novamente a Inglaterra que oferece o exemplo clássico, porque [ocupou] o primeiro lugar no mercado mundial, porque só [lá] o modo de produção capitalista [estava] plenamente desenvolvido”. E seguiu:

A acumulação de capital foi simultaneamente acompanhada por sua concentração e centralização. Embora não haja estatística agrícola oficial para a Inglaterra (porém existe para a Irlanda), ela foi fornecida voluntariamente por 10 condados. Segundo essa estatística, de 1851 a 1861, os arrendamentos abaixo de 100 acres diminuíram de 31.583 para 26.567, portanto 5.016 foram fundidos com arrendamentos maiores. De 1815 até 1825, nenhuma fortuna mobiliária acima de 1 milhão de libras esterlinas foi gravada pelo imposto de herança; de 1825 a 1855, no entanto, 8; de 1855 até junho de 1859, isto é, em 4 1/2, 4. A centralização há de se perceber melhor, no entanto, a partir de curta análise do imposto de renda da rubrica D (lucros com exclusão de arrendatários etc.) nos anos de 1864 e 1865 (MARX, 1996, p. 279).

Todavia, tal realidade de crescimento capitalista, através do progresso da indústria e da riqueza, não veio a ser seguido pelo desenvolvimento da população. Um relato que compõe a obra do Karl Marx explicita tal contradição:

‘É uma das características mais melancólicas da situação social do país’, diz Gladstone, ‘que com um decréscimo na capacidade de consumo do povo e um acréscimo nas privações e na miséria da classe trabalhadora, há ao mesmo tempo acumulação constante de riqueza nas classes altas e crescimento constante de capital.’ (TIMES, 1843 apud MARX, 1996, p. 280).

Isso demonstrava que os extremos da pobreza não foram diminuídos devido ao aumento extremo da riqueza socialmente produzida e expropriada: quanto mais intensa a acumulação capitalista, maior e mais miserável a situação dos trabalhadores.

Marx (1996) ainda afirmou que

O próprio mecanismo do processo de acumulação [...], com o capital, [impõe] a massa dos “pobres laboriosos”, isto é, dos assalariados, que [transformem] sua força de trabalho em crescente força de valorização do capital crescente e, por isso mesmo, [perpetuem] sua relação de dependência para com seu próprio produto, personificado no capitalista (MARX, 1996, p. 248).

Desta forma, a força de trabalho enquanto meio de valorização do capital, do ponto de vista do trabalhador, significa a venda de sua força de trabalho, como meio de se reproduzir; para o capitalista, que compra tal força de trabalho, representa a valorização de seu capital, produto de mercadorias que contêm uma parcela de valor que nada lhe custa e que, ainda assim, se realiza através da venda de mercadoria. Assim, a lei que rege o sistema capitalista estabelece a produção de mais-valia, em que a força de trabalho se expressa enquanto a única capaz de produzir o superlucro, através da parte do trabalho expropriado dos trabalhadores, o trabalho não pago.

Diante dos preceitos da Lei Geral e do desenvolvimento da indústria, é possível apreender que para que a exploração da força de trabalho ocorresse se fazia necessária uma demanda excedente de trabalhador, conformada no exército industrial de reserva, sendo esta a parcela da classe trabalhadora que não é incorporada pelo mercado de trabalho – o que marca o capitalismo, com base na grande indústria, a partir do século XIX.

Assim,

[...] A organização do processo de produção capitalista, em seu pleno desenvolvimento, quebra toda a resistência; a produção contínua de uma superpopulação relativa mantém a lei da oferta e da procura de trabalho e, portanto, o salário em harmonia com as necessidades de expansão do capital e a coação surda das relações econômicas consolida o domínio capitalista sobre o trabalhador (MARX, 2001, p. 851 apud SANTOS, 2012, p. 35).

Essa população supérflua era marcada pela precarização social inerente ao desenvolvimento capitalista, conformando na questão social, expressa através do processo de formação deste modo de produção, como “[...] a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia”, apresentando conflitos econômicos, políticos, sociais e culturais, com desdobramentos e expressões direcionados a todo o contexto sistemático (SANTOS, 2012, p. 25). Dessas expressões, o desemprego e a pauperização ganham notório destaque, demonstrando que

[...]. A superpopulação relativa é, portanto, o pano de fundo sobre o qual a lei da oferta e da procura de mão-de-obra se movimenta. Ela reduz o raio de ação dessa lei a limites absolutamente condizentes com a avidez de explorar e a paixão por dominar do capital (MARX, 1996, p. 269).

Assim, o avanço econômico do capitalismo, a partir do século XIX, foi acompanhado pelo crescimento da miséria da classe trabalhadora, condição esta que vinha a ser caracterizada pela exploração da força de trabalho e pelos baixos salários ofertados, além de grande parte da população estar sem trabalho, o que acentuava ainda mais a pauperização da classe em questão. Esse quadro de precarização marca o processo de trabalho quando salienta na estrutura capitalista uma das principais expressões da questão social: o *desemprego*.

Mediante as mudanças no mundo do trabalho, inerentes ao desenvolvimento capitalista,

[...] a nova classe dominante articulou a superestrutura necessária para o desenvolvimento das novas forças produtivas de que o seu ascenso era o inequívoco indicador: criam-se as melhores condições para a concretização

histórica do modo de produção que tem como uma de suas classes fundamentais a burguesia (PAULO NETTO; BRAZ, 2012, p. 87-88).

Esse novo modo de produção - com seu marco na Revolução Industrial (segunda metade do século XVIII), a partir do desenvolvimento dos meios de produção, causado pelo avanço tecnológico -, difundiu a produção ocupando, assim, o cerne da economia, em que a divisão social do trabalho se fez necessária para a produção em massa. Para conceder essa produção massiva tornou-se indispensável uma classe que estivesse “livre” para vender a sua força de trabalho – o proletariado.

Como a intenção da classe burguesa orienta-se pela acumulação de lucro, e para tanto a exploração da força de trabalho torna-se essencial, para haver exploração deveria constar uma demanda excedente de trabalhador, formando o exército industrial – como salientado anteriormente. Essa população supérflua sendo marcada pela precarização das condições necessárias à vida (pois, existia uma demanda de trabalhadores maior que a demanda de mercado), fez surgir na estrutura capitalista o desemprego.

Segundo Iamamoto e Carvalho (2014), a produtividade do trabalho é refletida pela diminuição relativa do trabalho frente aos meios de produção. Assim, à medida que progride a acumulação, a redução do capital investido na compra e venda da força de trabalho torna-se tendência, e para que seja possível manter os trabalhadores empregados e manter o contingente dos ativos se faz necessário um ritmo acelerado de acumulação de capital.

Com isso, cabe reafirmar que a existência de uma superpopulação trabalhadora disponível condiciona fundamentalmente a permanência e o desenvolvimento do regime do capital, pois a existência de grandes massas de trabalhadores disponíveis torna-se indispensável ao processo de ampliação renovada da acumulação.

Com a desapropriação dos meios de produção, houve um acúmulo de trabalhadores nas cidades, gerando a concorrência por emprego e, conseqüentemente, o não emprego de grande parte da população, levando em conta

que a quantidade de emprego ofertado nas indústrias era menor que a quantidade de trabalhadores.

O avanço econômico cresceu na mesma proporção que a miséria da classe trabalhadora, intensificando o *pauperismo*<sup>13</sup> desta classe. Essa condição era caracterizada pela exploração da força de trabalho e do baixo salário recebido para manutenção e reprodução da vida. De acordo com Santos (2012), frente a oferta e a procura de emprego, evidenciava-se que grande parte da população ficava sem trabalho, tendo em vista que além daqueles trabalhadores empregados serem pauperizados e terem péssimas condições de vida, os que estavam sem emprego passavam por situações bem mais degradantes, e muitas vezes recorriam a situações como a mendicância, vagabundagem ou roubo para sobreviverem – e essas eram apenas algumas das expressões do não trabalho vinculadas à pobreza.

Bezerra (2016) salienta que

[...] a condição que tornou os trabalhadores livres como os pássaros foi fundamental para o surgimento do trabalho assalariado e provocou a submissão direta dos trabalhadores aos imperativos do sistema do capital, pois esta realidade do trabalho estabeleceu uma nova dinâmica de exploração, em que muitos trabalhadores foram condenados às leis do sistema capitalista (BEZERRA, 2016, p. 27).

Com isso, o trabalho assalariado tornou-se a condição necessária ao desenvolvimento capitalista, pois sem a exploração do trabalho, o capital não perduraria.

O aprofundamento do capitalismo formou uma grande massa indeterminada de marginalizados de todos os tipos, em que tal multiplicidade de formas precisava ser controlada ou neutralizada, ou no máximo os aspectos mais gritantes da miserabilidade deveriam ser aliviados. Essas situações começaram a “incomodar” a classe burguesa: não vendo o trabalhador como ser humano e sim como mercadoria,

---

<sup>13</sup> Pauperismo é a extrema pobreza causada pela contradição do capitalismo. Esta é uma das primeiras e mais relevante expressão da questão social. É uma pobreza diferenciada dos modos de produção anteriores, pois não é derivada do baixo desenvolvimento das forças produtivas, nem da escassez de produção.

a burguesia tinha o intuito de manter a ordem social necessária à reprodução e valorização do capital. Segundo Behring e Boschetti (2011), visando o controle da situação, surgiram as “primeiras formas” das políticas sociais (lê-se protoformas), através do intermédio do Estado, mas não com o intuito de assegurar e responder as necessidades daquele indivíduo em situação de risco social, mas com caráter repressor e punitivo, pois não trabalhar era visto como um problema relacionado ao indivíduo e não ao sistema – abordaremos tal contextualização, com maior aprofundamento, nos próximos itens.

Mesmo com as intervenções do Estado, a classe trabalhadora continuou a reivindicar, por meio de lutas sociais, melhores condições de trabalho, não mais com caráter assistencialista, mas como um direito social. No entanto, a falta de trabalho ainda era latente, e os trabalhadores buscavam se empregar para manterem-se vivos.

Com o desenvolvimento do modo de produção, a força de trabalho tornou-se o intermédio ao trabalho e a autonomia do trabalhador no processo produtivo lhe foi retirada, dando lugar à autoridade do capitalista sob as condições das leis de acumulação, transformando o trabalhador em um acessório/objeto da oficina capitalista. Com isso, um número relativamente grande de trabalhadores passou a ser submetido ao comando do capital.

A constituição revolucionária do meio do trabalho foi o ponto de partida à grande indústria, através do desenvolvimento das forças produtivas, através do trabalho coletivo e da divisão do trabalho. Assim, o caráter cooperativo do processo de trabalho tornou-se uma necessidade técnica ditada pelo próprio meio de trabalho. Bezerra (2016) ressalta que

A grande indústria revolucionou o modo de trabalho através da incorporação do desenvolvimento da maquinaria, que conduziu e possibilitou o aumento extraordinário da produtividade do trabalho [...]. A produção ampliada com a incorporação das máquinas deu-se à custa de um maior dispêndio de trabalho, com menos custo para a produção mediante o encurtamento do tempo do trabalho necessário para a produção de uma mercadoria (BEZERRA, 2016, p. 21-22).

Diante das novas condições de exploração que foram tendencialmente postas com o desenvolvimento da grande indústria, Marx (1996) assinala três efeitos imediatos da produção mecanizada sobre o trabalho, que foram: a apropriação do trabalho de mulheres e crianças; o prolongamento da jornada de trabalho; e a intensificação do trabalho – ressaltando que o ponto de partida do desenvolvimento que constituiu a produção do trabalho assalariado e o capitalista foi a servidão do trabalhador ao capital, pois “[...] No capitalismo, a força de trabalho é valorizada tão só quando seu vendedor encontra quem a compre; quando não o encontra é condicionado a subempregos ou destinado a engrossar as fileiras do exército industrial de reserva” (BEZERRA, 2016, p. 23). Assim, o desenvolvimento do capitalismo, em suas variadas fases<sup>14</sup>, põe (e põe) em evidência as contradições do sistema do capital sobre o trabalho.

Desse modo, Santos (2016) ressalta que

Com o desenvolvimento da produção capitalista, o crescimento dos capitais individuais beneficia a exploração de novas invenções e descobertas, aperfeiçoando as indústrias e, juntamente a uma configuração técnica aperfeiçoada, basta uma menor massa de trabalho para manusear uma massa maior de maquinaria e matérias-primas. [...], há necessariamente uma diminuição absoluta da demanda de trabalho, tanto maior, quanto mais capitais estejam acumulados em massas [. Assim,] o movimento do capital através da acumulação, concentração e centralização determina o capital investido nas parcelas variável e constante na produção, de forma que o maior investimento na parte constante dispensa uma demanda maior de força de trabalho. É desse processo que surge o desemprego, configurado no chamado *exército industrial de reserva* ou *superpopulação relativa* (SANTOS, 2016, p. 86-87, grifo da autora).

Assim, a população trabalhadora excedente tornou-se necessária ao desenvolvimento sistemático, enquanto alavanca da acumulação capitalista, capaz de fundar um exército industrial sempre à disposição do capital. Sendo assim, Marx (1996) constata que o movimento da indústria decorre da transformação de parte da população trabalhadora em desempregados ou semiempregados, em que persiste

---

<sup>14</sup> Não destacaremos aqui as fases brevemente mencionadas, devido à abrangência que tal caracterização exige, o que dispersaria o objeto ao qual se refere esta análise.

uma lógica de manter esse exército industrial diante da intensificação do dispêndio de trabalho sobre a massa de trabalhadores ocupados.

Fontes (2010) retrata que o desenvolvimento capitalista apresenta uma tendência majoritária e incontrolável de concentrar recursos sociais e recriar permanentemente expropriações sociais. Ainda que o lucro de cada movimento singular do capital decorra da exploração do “trabalhador livre”, a conversão de dinheiro em capital envolve toda a sociabilidade em uma relação permeada de complexidades, relação esta que repousa sobre a produção generalizada de trabalhadores cada vez mais “livres” e expropriados de todos os impasses à sua completa subordinação mercantil.

Assim, relações dialéticas e contraditórias estruturam a relação entre capital-trabalho e Estado, demonstrando que até mesmo os excluídos do processo produtivo e relegados à pobreza passam a constituir a condição elementar de existência do capital. Com isso posto, abordaremos o estabelecimento efetivo do desemprego na sociedade capitalista.

### **1.3 Desemprego: uma expressão da questão social**

A expressão *desemprego* foi estabelecida por volta do final do século XIX e início do século XX, enquanto uma expressão da questão social. Segundo Santos (2012, p. 171), sua gênese está associada “[...] a um conjunto de fatores que [emergiu] a partir de um determinado momento histórico de desenvolvimento do capitalismo”, em que ocorreu a generalização da sociedade salarial<sup>15</sup> e da intervenção do Estado na realidade social. Sendo assim, há uma distinção entre desemprego e o “não trabalho”, em que

---

<sup>15</sup> Segundo Manzano (2013, p. 73), “[...] A condição de assalariado é, nesse momento, a representação da mais vil e cruel submissão que um ser humano pode se sujeitar para garantir sua sobrevivência. Ser assalariado significa o não pertencimento a uma família, a uma comunidade ou a um pedaço de terra que pudesse garantir minimamente o sustento daquela pessoa”.



Para ser desempregado o não trabalho deve ser resultado da não caracterização do ato de venda e compra da força de trabalho em uma sociedade capitalista, na qual há uma progressiva generalização das relações capitalistas de trabalho e destruição de formas de produção e trabalho não capitalistas, o que vai ocorrer com mais nitidez após a I e II Revolução Industrial (COSTA, 2002, p. 9).

Nesse contexto, o *não trabalho* estaria relacionado à pobreza e à privação de trabalho ocasionada pela insuficiência do mercado; já o desemprego tratar-se-ia de um fenômeno distinto da pobreza, constando como resultante da relação exploratória entre capital e trabalho, que se tornou um problema ao próprio sistema que o criou, sendo caracterizado por uma população supérflua considerada um exército de reserva à indústria.

Bezerra (2016) constata que

[...] o desemprego é uma das contradições que podem favorecer a precarização [dos] trabalhadores ativos e de reserva. Esta realidade [...] condiciona os trabalhadores à insegurança, à concorrência, além da diminuição de salários; o ajustamento do trabalho ao capital passa então a ser central na concretização dos lucros (BEZERRA, 2016, p. 36).

Assim, o que fundamenta o desemprego é a dinâmica de exploração dos trabalhadores, criada somente a partir da sociedade capitalista, diante da intensificação da superpopulação relativa.

Para Mészáros (2011), tal população supérflua não se caracteriza como uma categoria genérica de “gente demais”, uma vez que surgiu das determinações sociais que passaram a designar o trabalho supérfluo. Tal realidade resultou em expulsões de grandes massas de pessoas do processo de trabalho, em que os imperativos do lucro ao capital<sup>16</sup> consideraram essa população ‘redundante’ ao sistema. O desemprego, no período em que o sistema do capital estava em expansão, não era tratado como algo ameaçador aos ditames capitalistas: enquanto era visto como conversão dos “bolsões de desenvolvimento” foi ignorado com determinada cautela.

---

<sup>16</sup> Grandes proprietários dos meios de produção.

Desse modo, o desemprego surgiu, primordialmente, como uma forma de controle do capital quanto ao aumento da exploração da força de trabalho: a oferta de trabalho se apresentou menor que a demanda de trabalhadores, obrigando estes ao trabalho desumano imposto pelo capitalismo, ocasionando, com isso, o aumento da precarização do trabalho.

Este processo se definiu, de maneira mais precisa, durante o século XIX, quando o capitalismo esteve em sua fase concorrencial. Ainda que acontecimentos de grande notoriedade (como a Revolução Francesa em 1789) tenham realizado no plano político e social um salto relevante ao desenvolvimento capitalista, quando da derrubada do feudalismo e do regime absolutista (fazendo surgir uma nova feição estatal); bem como da pressão dos trabalhadores, em que seus registros aparecem na Declaração dos Direitos dos Homens e do Cidadão de 1789, ao estabelecer os fundamentos da nova ordem e dos ideais de luta, Oliveira (2017) destaca que

Desdobramentos mais nucleadores para a relação capital x trabalho ocorreram com a Revolução Industrial. Após iniciada no século XVIII, tal revolução espalhou-se pela Europa e alcança até a colônia Inglesa (EUA). As invenções técnicas e as mudanças no processo produtivo vão representar concretamente as estruturas de comando do trabalho sobre o capital: concentração dos trabalhadores, oposição entre campo e cidade, produção de mais-valia (absoluta e relativa), aumento da demanda de força de trabalho. Tudo isso vai favorecer a emergência dos movimentos dos trabalhadores, especialmente entre 1850 a 1875, quando o conjunto de lutas, encabeçadas pela “Primavera dos Povos”, emergirá como resultado de uma feição mais homogênea da exploração do trabalho. Esta subordinação ao capital fará eclodir contradições arrastando os trabalhadores ainda mais à pauperização (OLIVEIRA, 2017, p. 47).

Tais desdobramentos evidenciaram que a lógica capitalista estaria atrelada diretamente à desvalorização da força de trabalho, pautada na formação de uma população supérflua e na garantia da exploração da mais-valia.

Paulo Netto e Braz (2012) destacam que a reprodução capitalista só se efetiva na/pela reprodução das relações sociais entre capitalistas e proletários, enquanto a própria relação capital-trabalho. Ao considerar as transformações históricas do capitalismo e as alterações entre a riqueza e a pobreza, é possível apreender que a permanência do exército industrial de reserva e da polarização entre uma riqueza

social expansiva e uma pobreza capaz de produzir uma massa de homens e mulheres com acesso restrito aos bens necessários produzidos socialmente, perduram como elementos constitutivos e insuprimíveis da acumulação capitalista.

Desse modo, o debate sobre as contradições da sociedade capitalista tem na relação capital-trabalho sua base, e aqui o Estado surge enquanto elemento indispensável. O capital, enquanto relação social que subordina o trabalho em escala ampliada, vem a se realizar plenamente no capitalismo, quando transforma e submete os trabalhadores ao conceito de mercadoria produtora/reprodutora de valor. Articulado a esse fato, ainda se viu apoiado em um Estado Liberal, com uma acumulação de valor pautada em bases capitalistas e na permanência da expropriação de trabalhadores.

A principal expressão disso se deu com a formação da população supérflua, como conformação da Lei Geral da Acumulação Capitalista, enquanto reguladora do salário que oferece ao capital a demanda necessária de “mão-de-obra” à produção, instituindo-se como componente ineliminável da estrutura de funcionamento do capitalismo. Para Paulo Netto (2011), esta Lei é comprovada com o surgimento da questão social, por expressar a concreticidade das múltiplas feições que a pobreza assume enquanto produto do capitalismo.

Segundo Oliveira (2017), as transformações ocasionadas pelo trabalho abstrato e as contradições apresentadas pelo capitalismo, tendo em vista o aprofundamento das relações sociais, sustentam os desdobramentos dos conflitos de classes que surgiram com a questão social, enquanto forma tributária das formas que o Estado e o trabalho passam a assumir na sociedade burguesa, especialmente a partir do século XIX, com a passagem do capitalismo concorrencial ao monopolista, tendo por consequência a necessidade de maiores lucros e maior controle tanto do mercado quanto do trabalho.

Assim, a expressão *questão social* surgiu

[...] no início do século XIX, para designar a situação de pobreza absoluta oriunda da primeira onda industrializante iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVIII, em que pela primeira vez a pobreza crescia na mesma capacidade de produção da riqueza. Os pauperizados inconformados

com a situação apresentaram protestos nas mais variadas formas (desde a “violência” ludista até a constituição das trade unions) configurando uma ameaça às instituições sociais vigentes. Vale lembrar que desde a oitava década do século XVIII, indo até o último terço do século XIX, o capitalismo havia ingressado em sua fase concorrencial. Fase esta, marcada pela determinante tomada do poder do Estado pela burguesia e pelas mudanças técnicas oriundas da Segunda Revolução Industrial, quando entra em curso a subsunção real do trabalho ao capital, ainda que apenas concretizada no século XX (OLIVEIRA, 2017, p. 49).

Foi com a subsunção real do trabalho<sup>17</sup> que as contradições do capital se expandiram: como ressaltamos anteriormente, a mobilidade do campo para a cidade foi um dos legados da sociedade baseada no trabalho abstrato. As condições de pobreza à que a classe trabalhadora passou a ser submetida foram retratadas por Engels (2007), ao discorrer sobre a situação da classe trabalhadora na Inglaterra, quando do monopólio da industrialização. O autor destacou em sua obra a miséria e opressão vivenciadas pela população expropriada que passou a viver nas periferias das cidades industriais, em que as moradias eram destituídas de quaisquer mobílias e extremamente precarizadas, e mesmo neste estado abrigavam mulheres, crianças e homens em pequenos cômodos amontoados, com o chão coberto de palhas. Quando as pessoas não estavam vestidas em farrapos, estavam nuas. As ruas eram fétidas e insalubres, o que favorecia a proliferação de doenças (juntamente à má alimentação).

A isso ainda era somada a elevada jornada de trabalho, a ausência de médicos, os vícios (como o alcoolismo), a taxa elevada de mortalidade infantil e os constantes acidentes de trabalho. Essa realidade não pertencia apenas à Inglaterra, mas à toda a Europa Ocidental em que a nova civilidade do capital explorava tudo e todos como mercadoria, impondo um intenso ritmo do trabalho. Os expropriados ou vagavam pelas ruas como mendigos, ou assalariavam-se (até mesmo morriam) diante das condições degradantes de vida e trabalho – conformando, assim, o pauperismo. As

---

<sup>17</sup> A subsunção real, enquanto resultado do incremento da maquinaria e da ciência no modo de produção capitalista, surge com o desenvolvimento das forças produtivas. Tendo como expressões a produção de mais-valia relativa e a alienação do trabalho (quando, na grande indústria, o trabalhador passa a servir a máquina e seu trabalho passa a ser determinado e subordinado por ela), expressa a coisificação do trabalhador e a personificação da máquina no mundo do trabalho ditado pelo capitalismo.

consequências desta realidade foram as ondas revolucionárias que explodiram, vindo a expressar o acirramento da luta de classes.

Com a incorporação tecnológica na produção, a burguesia cedeu à pressão reivindicada pela classe trabalhadora quanto a redução da jornada de trabalho (fortalecida nas lutas após 1848), fazendo vigorar a legislação fabril, entendida posteriormente como a precursora das práticas do Estado de “Bem-Estar Social” do século XX. Bezerra (2016) ressalta que

À vista disso, o papel do Estado foi decisivo na regulamentação da jornada de trabalho, pois os trabalhadores das minas estavam se tornando uma geração de raquíticos devido às condições insalubres de existência física para o trabalho. Para a manutenção do sistema como um todo e a reprodução da força de trabalho, o Estado limitou a exploração dos trabalhadores do setor fabril. Marx, no capítulo VIII – “A jornada” –, expõe relatos de médicos que explicitam as reais condições de existência dos trabalhadores, ressaltando o seu curto tempo de vida. Daí o motivo da intervenção do Estado na redução da jornada, em nome da garantia de sobrevivência da força de trabalho, a par das reivindicações da classe operária da época. Depois de muita luta, essas leis foram estendidas e generalizadas ao conjunto dos trabalhadores (BEZERRA, 2016, p. 45).

Contudo, ainda que a burguesia reconhecesse os problemas expressos na questão social, o embate a ela inicialmente assumiu um caráter assistencial, sem que a raiz dos seus problemas fosse levada em consideração, demonstrando que “A luta em torno da jornada de trabalho e as respostas de classes do Estado [foram] as primeiras expressões contundentes da ‘questão social’, já repleta naquele momento de ricas e múltiplas determinações” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 55).

Para Behring e Boschetti (2011), a primeira metade do século XIX foi permeada pelo aparecimento dos movimentos trabalhista e socialista, bem como pela atitude revolucionária das massas, tendo a Revolução de 1848 como sua consequência direta: este movimento trabalhista simbolizou as tendências e forças que representavam o trabalhador pobre, além de ser um movimento de trabalhadores fabris e industriais assalariados. Desse modo, o século XIX foi marcado pela gênese da luta dos trabalhadores, ao atingir proporções antes inimagináveis. Apesar destas lutas não terem instaurado uma ordem social alternativa ao capital, este período

constitui-se como o laboratório de experiências relevantes ao desenvolvimento social, com consequências práticas nos séculos seguintes.

Paulo Netto (2011) ressalta que as vanguardas operárias adquiriram consciência do conflito capital-trabalho e passaram a atuar no âmbito internacional, principalmente através da Associação Internacional dos trabalhadores (1864-1876) e da Internacional Socialista (1889). A partir de então, a organização da classe trabalhadora se instituiu por movimentos sindicais e partidos políticos operários que refletiam as necessárias mudanças do momento. Com isso, a burguesia perde o posto de classe revolucionária e se torna a classe conservadora, passando a perceber que a repressão ao movimento dos trabalhadores seria ineficaz. Destarte, passou a oferecer garantias mínimas, baseadas na limitação da jornada de trabalho e na regulamentação do trabalho feminino e infantil, para que pudesse se manter no poder.

Na segunda metade do século XIX, a expressão questão social passou a ser incorporada pelo pensamento conservador burguês, deixando de ser usada unicamente por críticos sociais, e suas expressões como a pobreza, o desemprego, a fome, as doenças, a penúria e o desamparo passaram a ser vistas como desdobramentos de toda e qualquer ordem social, sendo assim inelimináveis. Deste modo, passou a ser convertida em uma ação mobilizadora que mantinha intacta a propriedade privada e seu enfrentamento não tocava nos fundamentos da sociedade burguesa.

Estas condições históricas acabaram intensificando as lutas de classes e passaram a fazer parte da agenda cotidiana da sociabilidade capitalista, tendo em vista a exploração, as condições insalubres, os baixos salários e as ainda extensas jornadas de trabalho. Como “saída”, a burguesia instituiu mudanças tecnológicas que mais controlavam do que estimulavam os trabalhadores. O Estado, por sua vez, ficou responsável pela realização da acumulação capitalista e da manutenção da ordem pública, ao manter intocável a propriedade privada.

Diante disto, Bezerra (2016) destaca que

O século XIX presencia a introdução de medidas pontuais de proteção social. Esta nova condição em responder às contradições da exploração do trabalho

propiciou o fortalecimento dos trabalhadores, que reivindicavam proteção social e trabalhista, para além da representação política no parlamento. Em decorrência da luta da classe trabalhadora, o problema da desigualdade e da exploração é tratado no âmbito estatal, caminhando para um processo de sistematização e continuidade das formas de enfrentamento, antecipando, a depender da conjuntura, suas estratégias de manutenção da ordem e assegurando a reprodução da força de trabalho (BEZERRA, 2016, p. 46).

E Busnello (2005) ainda aponta que cabia ao Estado a proteção dos cidadãos contra os Estados Estrangeiros, a aplicação do direito e da justiça, o estabelecimento e a manutenção de obras públicas, bem como a educação acadêmica e religiosa.

Tamanhas conversões foram apresentadas como as mudanças inéditas e necessárias que recaíram sobre as ações estatais, inaugurando, assim, uma época de proteção social. As transformações das técnicas de produção e da constituição dos Estados Nacionais marcaram o século XIX. Com isso, é possível reiterar que a questão social surgiu no bojo dos desdobramentos do amadurecimento das bases produtivas capitalistas, quando a burguesia passou a ocupar definitivamente o posto de classe dominante.

Isto posto,

A classe trabalhadora ingressa na luta política pelos direitos junto ao Estado, nas reivindicações relacionadas ao mundo do trabalho. Assim, pode-se inferir que a questão social corresponde à síntese do conflito capital x trabalho, emana no momento em que o metabolismo social do capital engendra problemas sociais intensos como a fome, a miséria, o desemprego, a pobreza, a penúria e o desamparo (OLIVEIRA, 2017, p. 55).

Com isso, entende-se que o *start* do desenvolvimento que gerou a produção do trabalho assalariado e o capitalista, praticamente ao mesmo tempo, foi a servidão (imposta) do trabalhador ao capital, quando a força de trabalho só vem a ser valorizada quando seu vendedor encontra quem a compre; caso não encontre, sua realidade passa a ser condicionada a subempregos ou destinada a engrossar as fileiras do (quase sem fim) exército industrial de reserva.

Todavia, as condições no século XIX oportunizaram as reações da classe trabalhadora que surgiram posteriormente, diante da exploração do trabalho,

colocando a questão social no centro do debate social. O Estado passou a ser pressionado a conceder ganhos pontuais atrelados aos direitos sociais, como a regularização da jornada de trabalho, o aumento de salários, o direito ao sufrágio e a concessão da organização de sindicatos e partidos políticos, como resultados do enfrentamento dessas adversidades. Tais conquistas resultaram em estudos que colocam este momento como a fase embrionária do Estado de “Bem-Estar Social” (século XX).

Buscando aprofundar o entendimento sobre a regulação estatal frente ao desemprego, analisaremos no próximo capítulo a contextualização que conformou o surgimento das políticas sociais, bem como quais foram seus impactos ao mundo do trabalho.

#### **1.4 As relações sociais capitalistas na particularidade brasileira: a formação do mercado de trabalho**

Buscando apreender as características gerais do processo de formação do mercado de trabalho no Brasil (numa análise econômica, política, social e cultural), para que possamos traçar as definições do desemprego na realidade brasileira, compreendemos a necessidade de apontar as (im)possibilidades dinâmicas do nosso desenvolvimento a partir do mundo do trabalho, assim como os seus impactos na estrutura social, envolvendo uma dinâmica interna e as determinações oriundas da relação com fatos exteriores.

Tendo em vista algumas interpretações consistentes da constituição do capitalismo brasileiro, sob uma perspectiva marxista, sabemos que a formação do capitalismo na realidade brasileira apresenta características que permitem revelar as internalizações dos vários padrões de desenvolvimento no país, que não se sucederam de maneira linear, mas carregaram as contradições dos períodos anteriores processadas num novo patamar. Ainda que as características essenciais fossem mantidas, as relações tipicamente capitalistas no Brasil foram desenvolvidas de maneira bem diferente dos países de capitalismo central – tendo como ponto de



análise o entendimento de que não apadrinhamos o nascimento da Revolução Industrial, por exemplo.

Adentrando, em linhas gerais, na estrutura dessa economia – quanto às atividades que emprestavam o sentido da colonização – podemos peculiarizar a sociedade escravista, tendo em vista as análises de Marx (1991) e Weber (2001) que forneceram pistas capazes de desvendar a particularidade de nossa formação histórica. Para Marx (1991, p.110), "[...] se falarmos dos proprietários das *plantations* na América como capitalistas, e que sejam capitalistas, isto se baseará no fato deles existirem como anomalias em um mercado mundial baseado no trabalho livre".

Weber (2001), por sua vez, apresentou sua concepção sobre a escravidão moderna nas Américas explicitando que

[...] a escravidão [era] apenas rentável quando se [executava] com estrita disciplina e [era] associada a uma exploração implacável; outros requisitos [eram] a possibilidade de encontrar escravos e alimentá-los a baixo preço, e de desenvolver um cultivo predatório extensivo, que [requeria] por sua vez disponibilidades ilimitadas de terra (WEBER, 2001, p. 85).

Ainda que seus postulados teóricos sejam distintos, esses autores revelaram a peculiaridade da colônia: para Marx (1991), o termo *anomia colonial* significaria a caracterização equivocada dos proprietários de terras e escravos como capitalistas, advindo da existência de um mercado mundial em que o capitalismo se expandiu contando com novas relações de produção. Já Weber (2001) revelou as condições que permitiram essa anomalia: tendo em vista a coerção não econômica e a disponibilidade de terras e escravos a preços irrisórios.

Com isso, Barbosa (2008) ressaltou a existência de um *não-mercado de trabalho* durante o período colonial, uma vez que a mão de obra era assegurada pelo tráfico de escravos e não passava pelo mercado de trabalho, quando da sua não separação para com as condições objetivas de produção e reprodução. Partindo da formulação marxista, se não eram expropriados, não podiam vender a sua força de trabalho, tendo em vista que a característica essencial das formações econômicas e sociais capitalistas estaria pautada na criação não apenas de um mercado interno

pela destruição dos ofícios subsidiários rurais, como ressaltou Marx (1991), mas na instituição de possibilidades expansivas oriundas da acumulação de capital, reiterada pela redução dos custos do trabalho em nome de ganhos produtivos. Sendo assim, não houve uma acumulação endógena de capital na colônia, mas uma esterilização de capital sob a forma do escravo.

Buscando entender as atividades nucleares da colônia (pautadas no açúcar, no ouro, no algodão etc.), a predominância do trabalho escravo se sobressaía. A agricultura exportadora foi o nervo econômico da colonização e a disponibilidade de trabalho escravo consolidou seu sucesso comercial. A concentração de escravos e terras condicionou a organização da produção, engendrando uma peculiaridade na estrutura social, uma vez que os demais setores de atividade (como a agricultura de subsistência, a pecuária e a indústria) tornaram-se acessórios e subsidiários ao processo de colonização (Prado Jr., 1942).

Prado Jr. (1942), ao destacar o *sentido da colonização*, delineada na intrincada e complexa articulação da dinâmica do mercado mundial para com os movimentos internos da economia e sociedade brasileiras, ressaltou que o processo de colonização brasileiro serviu à acumulação originária nos países centrais, moldando-se como uma sociedade e uma economia que se organizaram para fora, numa flutuação de interações. O autor apontou ainda que abordar a dinâmica do mundo do trabalho no longo período abarcado pela colônia significou apreender as particularidades que circundaram os alicerces do século XIX, especialmente ressaltando os traços dessa formação econômica e social específica.

Para Prado Jr. (1942), o trabalho escravo seria predominante no setor orgânico, enquanto um ramo acessório das várias formas de trabalho livre: o escravo estaria inserido na ordem social, mas seria diferenciado dos homens livres pobres, que conformariam a base dos desclassificados sociais – isso do ponto de vista da estrutura da economia exportadora. Comporiam o imenso setor inorgânico de populações desenraizadas, que cresceria de acordo aos pedaços desfeitos da estrutura colonial. Desse modo, o esquema analítico postulado por Caio Prado Júnior permite (até hoje) a apreensão da estrutura social da colônia.

O autor supracitado ressaltou as múltiplas formas da condição escrava no cenário brasileiro, demonstrando que um escravo do eito era diferente de um escravo da casa grande, ou do escravo mineiro, do tropeiro, do negro de ganho. Havia ainda os escravos especializados, como artesãos, do campo e das cidades, que eram submetidos a várias formas de coação e de remuneração (ou da falta dela). Segundo Mattoso (1990), havia várias relações de produção escravistas, em que os escravos não conformavam uma classe social completa, uma vez que o que tinham em comum era o fato de desempenharem as funções e tarefas das quais a classe dominante dependia. Sendo assim, a sociedade escravista brasileira foi descrita como "[...] um corpo social de dupla estrutura" (MATTOSO, 1990, p.11), sendo escravista não apenas em razão da presença do trabalho escravo, mas pela iminência das distinções sociais que se davam com o estoque de escravos.

Kirdeikas (2003) pontuou que

[...]. Durante o período da escravatura no Brasil, a agricultura voltada para a exportação gozou da exploração da força de trabalho sob forte disciplina. A escravidão garantia a estabilidade, a regularidade e a disciplina do trabalho, mantendo o escravo ao nível mínimo de reprodução do seu trabalho e extraindo excedentes com a exploração máxima do trabalho humano (KIRDEIKAS, 2003, p. 3-4).

Com isso, as elites políticas entendiam que o fim do trabalho escravo, sem que houvesse um processo gradual associado à uma política compensatória de reposição de mão de obra, acarretaria numa crise econômica, orquestrada pela desorganização do sistema de produção na grande lavoura. Tal fim era visto com desconfiança pelo entendimento de que os ex-escravos não se sujeitariam ao trabalho regular e engrossariam os números de vadios na sociedade brasileira.

Sendo assim, a nova configuração espacial das relações de trabalho não surgiu ao acaso, pois partiu de um conjunto de leis e ações formuladas pelo Estado no Brasil Império, com o objetivo de defender os interesses dos novos (velhos) quase-empregadores do centro dinâmico e dos subempregadores nas demais regiões do país, diante de um contexto crescente de escassez do trabalho escravo. Isso, porque o ano de 1850 marcou uma ruptura na história econômica e social do Brasil, através

da proibição efetiva do tráfico de escravos, como principal fator de produção (tanto como fonte de capital como de trabalho), configurando a nova situação de "inelasticidade da oferta de trabalho" (FURTADO, 1959).

Em 1870 foi instituído o *Parecer sobre o Elemento Servil*<sup>18</sup>, considerado o antecessor da Lei do Ventre Livre, que buscou introduzir o trabalho livre sem o abalo real do sistema de produção existente na época. Este Parecer salientava que a grande dificuldade que precisaria ser vencida no Brasil seria a instituição da aliança entre os interesses da riqueza, tanto pública quanto particular, e as medidas indispensáveis ao preparo da extinção gradual do trabalho escravo, visando substituir tais forças produtivas pelo trabalho livre, através da mudança da condição de escravo para a de colono sem que houvesse quaisquer prejuízos do direito de propriedade, e buscando promover o bem-estar daqueles que viessem à auxiliar a obra da regeneração e progresso que as elites políticas buscavam empreender<sup>19</sup>.

Desse modo, a disciplina, o controle e o treinamento foram utilizados como conversores de ex-escravos em trabalhadores assalariados (proletários)<sup>20</sup>. O medo de que com a abolição surgisse uma massa de indivíduos que não se subordinariam ao trabalho regular, tornando-se uma classe de indivíduos capazes de ameaçar a propriedade e a ordem vigente, fez com que o processo de transição do trabalho escravo ao trabalho livre ocorresse sob controle do Estado.

Contudo, tal extinção obteve sua decisiva vitória apenas com a aprovação e promulgação da Lei n. 2.040, em 1871: a chamada Lei do Ventre Livre, que decretou o ventre da escrava como livre, fazendo com que o último elemento possível para reposição humana no trabalho escravo, deixasse de existir. A nova legislação também

---

<sup>18</sup> Documento constante na base do Senado Federal Brasileiro (BRASIL, 2012).

<sup>19</sup> O trabalho livre no Brasil também perpassou o contexto da imigração, enquanto mudança no eixo econômico para o sudeste do país. No Brasil, imigrantes italianos foram atraídos para o país (sul e sudeste) através de política no governo de Getúlio Vargas, ao ganharem terras do governo. O empobrecimento de Portugal, privado do comércio asiático, forçou o êxodo em larga escala de sua população para o Brasil, a partir de meados do séc. XVII; a emigração de portugueses também provocou grande distúrbio no equilíbrio econômico e social da colônia.

<sup>20</sup> Ainda com tais intencionalidades, a Metrópole manteve a Colônia em isolamento; não organizou um sistema eficiente de educação; tornou inacessível aos colonos qualquer conhecimento técnico relativo às suas atividades de mineração. O baixo nível intelectual na Colônia, sem paralelo na América e a ignorância dos colonos portugueses foi um entrave ao desenvolvimento das atividades econômicas do país.

instituiu fatores importantes ao futuro da mão de obra brasileira, como destaca-se a seguir:

[...] Art. 8. O governo mandará proceder a matrícula especial de todos os escravos no Império, com declaração do nome, sexo, aptidão para o trabalho e filiação de cada um se for conhecida. [...] § 2. Os escravos que por culpa ou omissão dos interessados, não forem dados à matrícula até um ano depois do encerramento desta, serão por este fato considerados libertos. [...] § 4. Serão também matriculados também em livro distinto os filhos da mulher escrava que por esta lei ficam livres (BRASIL, 1871, p.151).

Destarte, o aparato estatal tinha a escravidão no Brasil sob seu controle, através do acompanhamento da quantidade de escravos, das ocupações, dos dados pessoais, entre outros fatores; como uma condição para manter sob controle o processo de transição, tendo em vista o conhecimento da atividade escrava no Brasil.

A Lei ainda estabelecia a criação de um fundo de emancipação – que deveria ser formado pela taxa de escravos (uma espécie de imposto sobre a propriedade de escravos), pelo imposto de transmissão de escravos, das loterias, das multas impostas, do orçamento público e das doações –, visando a formação de um pecúlio aos escravos, como fruto de economias, heranças e doações, para quando estes adquirissem a liberdade, isto sob a tutela e autorização prévia do seu senhor.

Como já destacamos, a disciplina e a educação para o trabalho, passaram a ser a constante preocupação expressa na legislação<sup>21</sup>, uma vez que o temor do risco de o liberto evadir-se e não se sujeitar ao trabalho regular, vindo a rebelar-se contra o sistema de trabalho estabelecido, fez com que os legisladores buscassem formas de coibir a vadiagem do liberto e de estabelecer bases disciplinares ao trabalho regular e sua inserção no mundo do trabalho.

É o que podemos observar nas seguintes legislações: o decreto n. 4.960, de 1872, em que a questão da educação para o trabalho fomentava a criação de uma espécie de escola para o trabalho do liberto; o Congresso Agrícola do Rio de Janeiro de 1878, demonstrando os interesses da classe dos lavradores cafeeiros, passou a

---

<sup>21</sup> Ainda que Portugal só tenha libertado os escravos por pressões da Inglaterra, nos termos da Inglaterra.

defender a melhoria no sistema educacional que visasse ensinar as artes da agricultura para libertos e nacionais livres, como uma busca de melhoria da grande lavoura; em 1883, Cristiano Otoni defendeu a abolição gradual da escravidão, para que a organização do trabalho agrícola no país fosse estabelecida efetivamente<sup>22</sup>.

Em 1884 foi apresentado o projeto de Rodolfo Dantas<sup>23</sup>, como uma espécie de embrião da Lei dos Sexagenários, também sobre o controle e a disciplina para o trabalho (contando com o aumento das medidas que visavam coibir a ociosidade, vadiagem e deslocamento no espaço da população liberta, através do poder coercitivo); em 1885 a Lei n. 3.270, a Lei dos Sexagenários, foi decretada e passou a regular a extinção gradual do elemento servil (não diferindo muito do projeto de Dantas, pois mantinha as mesmas questões referentes à disciplina, à obrigatoriedade para o trabalho e à educação do liberto para o trabalho) – contudo, a disciplina para o trabalho e o controle direto do Estado foram aqui aperfeiçoados, se comparados com os dispositivos da Lei de 1871.

Para além da legislação nacional (tendo em vista as Leis de 1871 e 1885), a legislação municipal passou a contribuir de forma decisiva na constituição do mercado de trabalho, controlando tanto o escravo como o trabalhador livre, uma vez que o Governo Imperial transferiu parte de seu controle sobre a população escrava para a competência dos municípios. Estando amparada pelas legislações anteriores, que preparam o fim do trabalho escravo, em 13 de maio de 1888 a Lei n. 3.353, a chamada Lei Áurea, extinguiu legalmente a escravidão no Brasil.

Por volta de 1920, o país que havia enfrentado a inelasticidade da oferta de trabalho parecia superar esse desafio:

---

<sup>22</sup> Para Cristiano Otoni, uma abolição total e simultânea poderia trazer dificuldades à organização do trabalho livre, vindo a gerar uma crise capaz de interromper o trabalho regular, crise esta provocada pela ociosidade, a vadiagem e a vagabundagem.

<sup>23</sup> Kirdeikas (2003, p. 7) destaca que “[...] o Projeto Dantas estabelecia a regulação dos salários para os libertos, além de controlar o processo de transição, estabelecendo uma taxa mínima. Não obstante, o escravo, caso não achasse um salário superior, era obrigado a trabalhar pela taxa que lhe seria oferecida, sob as de prisão com trabalho forçado, se recusasse a trabalhar. A intenção seguramente deste projeto era de garantir o ritmo de acumulação de capital da economia exportadora, com o Estado garantindo os lucros através de rebaixamento de salários”. Dantas teve seu projeto reprovado no parlamento por 59 votos a 52, em setembro de 1884.

[...] o excedente estrutural de força de trabalho predominava nas cidades, enquanto no campo um terço da população em idade ativa ou se encontrava na inatividade dissimulada ou como mão de obra cujo pleno potencial não era utilizado. Iriam se desgarrar para inundar o mercado de trabalho tendencialmente nacional nos anos seguintes. Havia muita lenha para queimar nas caldeiras do capitalismo prestes a conquistar o território nacional (BARBOSA, 2008, p. 18).

Assim sendo, entende-se de modo geral (tendo em vista as análises dos autores citados anteriormente) que o peso do escravismo na sociedade brasileira marcou de forma danosa a cultura, os valores e as mudanças do desenvolvimento brasileiro, em que a condição do trabalho nas relações sociais e no ambiente cultural é, até hoje, carregada de uma desqualificação que define a relação entre capital e trabalho no país, uma vez que tivemos (e temos) uma formação social irregular e espamódica, até mesmo contraditória.

Segundo Ribeiro (1995), a realidade formada durante a colônia e parcialmente expropriada durante o século XIX (com impasses ao século subsequente), foi resultante da compressão entre o regime de trabalho e a concentração da propriedade fundiária, que oscilavam entre as atividades de subsistência (sem a posse da terra) e as atividades acumulativas (com a atuação da força de trabalho bruta), que fez emergir um *Brasil-povo* e um *criatório de gente* enquanto uma imensa superpopulação relativa ou ainda como o exército de reserva do mundo do trabalho brasileiro, que não foi utilizado pelo capital.

Assim, a adaptação brasileira ao capitalismo, conformando seu mercado de trabalho, com a substituição lenta do trabalho escravo pelo trabalho livre nas grandes unidades agrárias, representou uma complexa articulação entre progresso e conservação de importantes elementos da antiga ordem social, como um tipo de modernização conservadora, contando com uma exploração rural de tipo colonial, voltada ao mercado externo e fundada em bases escravistas.

## CAPÍTULO II

### **A REGULAÇÃO ESTATAL NO MUNDO DO TRABALHO ATRAVÉS DAS POLÍTICAS SOCIAIS: IMPLICAÇÕES À ADMINISTRAÇÃO DO DESEMPREGO**

Este capítulo discorre sobre a importância do Estado aos interesses de reprodução, dominação e acumulação do capitalismo, através de sua intervenção na reprodução da força de trabalho, principalmente direcionada ao desemprego, tendo em vista a instituição e a derrocada do *Estado de Bem-Estar Social*, bem como a constituição do neoliberalismo no contexto sociopolítico.

Buscando aprofundar a discussão iniciada anteriormente sobre a intervenção estatal no mundo do trabalho, podemos ressaltar que o Estado se apresenta enquanto uma categoria historicamente determinada e situada, e seu surgimento corresponde ao momento em que a sociedade alcança determinado estágio de desenvolvimento de organização e dos meios de produção necessários à produção de sua vida material; assim sendo, mesmo que o Estado aparente ser inerente a sociedade e se apresente como se estivesse acima dela, pode-se afirmar que seu surgimento está relacionado ao momento em que historicamente houve a divisão da sociedade entre classes sociais distintas (ENGELS, 1984).

Posta na sociedade a divisão entre a classe dos possuidores dos meios necessários à produção da vida material e dos não possuidores, além da legitimação econômica que então possuía, a classe dominante precisava se legitimar politicamente sobre a classe oprimida, e encontrou no âmbito do Estado a legitimação política para oprimir e explorar a classe dos não possuidores. A partir deste momento, independentemente do estágio de organização da sociedade onde estivesse presente, o Estado passou a atuar pela garantia dos meios e das condições necessárias à reprodução dominante, diante da exploração da classe oprimida. Assim sendo, o Estado historicamente foi adquirindo novas funcionalidades e apresentando-se de formas variadas, respeitando e adaptando-se à estrutura social inerente as determinadas circunstâncias históricas.



Nesse sentido, Mészáros (2011) apontou que a formação do Estado moderno foi essencial para que o sistema do capital se consolidasse enquanto modo de produção hegemônico, uma vez que ao garantir, através de seu aparato político e jurídico, o usufruto da propriedade privada e as condições necessárias para a exploração da força de trabalho e a consequente extração da mais-valia, isto é, a apropriação do trabalho excedente, assumiu uma condição de complementariedade para com o sistema sociometabólico do capital. Assim,

[...] como parte constituinte da base material do sistema abrangente do capital, o Estado deve articular sua superestrutura legal e política segundo suas determinações estruturais inerentes e funções necessárias. Sua superestrutura legal e política pode assumir as formas parlamentarista, bonapartista ou até de tipo soviético pós-capitalista, além de muitas outras, conforme exijam as circunstâncias históricas específicas (MÉSZÁROS, 2011, p. 121).

Compreende-se, desta forma, que a relação historicamente estabelecida entre o Estado Moderno e o modo de produção capitalista é uma relação de coexistência, haja vista que os interesses de dominação e reprodução do modo de produção capitalista só se concretizaram a partir do momento em que se apoiou na estrutura política/legal oferecida no âmbito do Estado. Assim,

[...] o Estado [...] deve ser entendido como parte integrante da própria base material do capital. Ele contribui de modo significativo não apenas para a formação e a consolidação de todas as grandes estruturas reprodutivas da sociedade, mas também para seu funcionamento ininterrupto (MÉSZÁROS, 2011, p. 124-125).

Desse modo, buscaremos aqui ressaltar como se estabeleceu a intervenção do Estado frente à legislação trabalhista, tendo em vista o surgimento das políticas sociais desde suas *protoformas*, perpassando o contexto do Estado de Bem-Estar Social e sua derrocada, para enfim, compreender o cenário de crise estrutural do capital e as estratégias assumidas visando sua resolutividade, tendo o aparato estatal como sustentáculo.

## 2.1 A atuação estatal na legislação trabalhista

O conjunto de legislações voltadas à classe trabalhadora consta no cenário social antes mesmo da instituição da sociedade capitalista, e foi a partir desta que um conjunto de leis passou a ter o objetivo de “enquadrar” a força de trabalho na sociabilidade mercantil, conformando a intensificação da expropriação e a mundialização do capital em bases industriais.

Oliveira (2017), pautada nas análises de Marx (1984), pontua que

A legislação sobre o trabalho assalariado, cunhada para a exploração do trabalhador e hostil a ele tem [...] início na Inglaterra em 1349, pelo Estatuto dos Trabalhadores de Eduardo III. Posteriormente, prosseguem nos reinados de: Henrique VII (mendigos, velhos e incapacitados para o trabalho recebem licença para mendigar e aos vagabundos açoitamento e encarceramento); com Eduardo VI (um estatuto de 1547 estabelece aos que se recusavam trabalhar a se tornarem escravos de quem os denunciaram, tendo o direito de forçar os denunciados a qualquer trabalho; Elizabete 1572 (mendigos sem licença, maiores que 14 anos, devem ser açoitados, caso ninguém queira tomá-los a serviços por dois anos) outros estatutos similares aparecerão até 1597: Jaime I (aquele que vaguar e mendigar seria considerado vagabundo, devendo ser marcado e condenado ao trabalho forçado, e se reincidente, executado). Estas legislações vigoraram até o começo do século XVIII. Também na França, leis semelhantes foram promulgadas (OLIVEIRA, 2017, p. 59).

Essas promulgações demonstraram uma resistência ao novo perfil de trabalho que precisava ser dissipada, tendo em vista que a superpopulação relativa viria a garantir a lei da oferta e da demanda de trabalho e, com isso, estipularia os salários aos moldes da acumulação do capital. A burguesia, usando a força do aparato estatal, passou a regular o salário dentro dos limites impostos pela produção de mais-valor, consolidando este como o momento crucial da acumulação primitiva.

As leis mais importantes, segundo Behring e Boschetti (2011) foram: o Estatuto dos Trabalhadores de 1349; o Estatuto dos Artesãos de 1563; as Leis dos Pobres Elisabetanas, que foram estabelecidas em 1531 e em 1601; a Lei de Domicílio de 1662; a Speenhamland de 1795; e a Nova Lei dos Pobres de 1834. Para as autoras, tais leis visavam impossibilitar a livre circulação da força de trabalho, vindo a contribuir com a protelação da constituição do livre mercado de trabalho (ao menos até 1975).

Com a instituição da Nova Lei dos Pobres mudou-se o foco, pois a força de trabalho passou a ser liberada ao mercado.

A perspectiva punitiva do trabalho e o caráter de “desproteção” presentes nestas leis indicavam que toda a assistência ali direcionada objetivava a manutenção do trabalhador na condição de trabalhador para o capital. A Lei Speenhamland, ainda que possuísse um caráter menos repressor, já que representava um complemento salarial aos desempregados e empregados que recebiam abaixo de determinada renda, ao passo que introduziu o direito de viver impedia o estabelecimento de um mercado de trabalho competitivo,

[...] uma vez que assegurava uma renda mínima ao pobre independente dos seus proventos. O mercado de trabalho foi assim o último dos mercados a se organizar sob o novo sistema industrial. Este passo só foi tomado quando a economia de mercado foi posta em marcha e a inexistência de um mercado de trabalho provou ser um mal para o próprio povo do que as calamidades que acompanham a sua introdução. A Poor Law Reform, em 1834, acabou com a obstrução do mercado de trabalho, sendo um ato necessário à sociedade moderna (OLIVEIRA, 2017, p. 60).

Como reflexo dessa sociedade moderna, foram assinaladas a instituição da obrigação ao trabalho e a repressão à mendicância de pessoas em condições de trabalho, vindo a clarificar a diferenciação entre aqueles inseridos na sociedade pelo trabalho e aqueles que, estando de alguma forma incapacitados<sup>24</sup>, seriam objeto da assistência. Filgueiras (1996) ressalta que a criação do mercado de trabalho regular, sem que houvessem empecilhos ao surgimento da classe operária moderna, foi permeada por reformas na assistência e na repressão aos pobres, bem como na eliminação das restrições à mobilidade do trabalho. A pobreza, desse modo, passou a assumir outra dimensão, em que os pobres não eram vistos apenas como desprovidos de trabalho, mas como trabalhadores de fato.

Em 1834 um novo contexto das lutas de classes veio a ser delineado quando o parlamento Inglês, baseado no pensamento malthusiano<sup>25</sup>, entendeu que a Lei dos

---

<sup>24</sup> Inválidos, doentes, crianças, alienados e miseráveis.

<sup>25</sup> Também denominado *Teoria Malthusiana* ou *Malthusianismo*, foi elaborado por Thomas Robert Malthus, por volta de 1798, e assegurava que a população crescería em ritmo acelerado, sendo capaz

Pobres corresponderia a um estímulo à miséria, através do favorecimento à acomodação e ao conformismo. A filantropia e o assistencialismo foram substituídos pela reclusão e repressão aos pobres, uma vez que estes foram marginalizados. Com isso, ocorreu a separação entre o pobre, enquanto objeto das ações por mendicância e vadiagem, e o trabalhador, enquanto objeto da saúde e previdência social – salientando, assim, que a questão social seria resultante de motivações comportamentais, culturais, psicológicas e individuais, e instituindo a criminalização e individualização da pobreza.

Montaño (2012) ressaltou que a questão social foi configurada na separação entre o econômico e o social, sendo compreendida no pensamento conservador liberal, enquanto uma desarticulação dos fundamentos econômicos e sociais. Tal debate surgiu por volta de 1830-1848, quando a burguesia foi pressionada pelas lutas proletárias. A miséria e a pobreza, em suas diversas manifestações, eram entendidas como fenômenos autônomos e de responsabilidade individual<sup>26</sup>, e não como resultado das contradições sistêmicas, e o tratamento desses fenômenos perpassava medidas filantrópicas, segmentadas, moralizadoras e comportamentais.

Nesse contexto, a atuação estatal na legislação do trabalho instituiu-se como o aparato jurídico da burguesia, que utilizava o aparato legal em benefício próprio. Melo (2012) ressaltou que desde a fase inicial do capitalismo, tendo em vista a acumulação primitiva, as bases deste modo de produção contaram com leis contra a mendicância, quando estas passaram a objetivar a penalização dos trabalhadores expulsos da terra e expropriados dos meios de produção, afastando-os do trabalho autônomo e transformando-os em pobres e vagabundos (como apontamos no capítulo anterior). Logo após esta fase, quando da constituição da indústria moderna, as leis que regulamentavam a jornada de trabalho e que limitavam a organização dos trabalhadores passaram a vigorar.

Um outro ponto destaca o processo de assalariamento, que foi capaz de empobrecer os trabalhadores através da exploração capitalista, bem como relegar os

---

de superar a oferta de alimentos, resultando em problemas como fome e miséria. Em sua obra *Ensaio sobre o Princípio da População*, Malthus afirmou que pobreza seria inerente ao destino da humanidade.

<sup>26</sup> Exemplos dessa individualização eram o déficit educativo, entendido como falta de conhecimento das leis do mercado; a falta de planejamento, como resultante da incapacidade de planejamento familiar; e os problemas de ordem moral-comportamental, como o gasto exacerbado, o ócio, a vadiagem.

excluídos/indigentes do mercado de trabalho regular, contando com o apoio da ação do Estado Liberal. Assim, as lutas em torno da jornada de trabalho (principalmente na Inglaterra e na França) representaram o passo inicial da regulação do Estado frente à questão social, sob a ótica do Liberalismo.

Oliveira (2017) destaca que

A visão liberal concebe o mercado como parâmetro ao equilíbrio entre os indivíduos, em que todos poderiam nele tirar vantagens. Para corrigir as desigualdades existentes, o Estado Liberal se envolve progressivamente numa abordagem pública da questão, intervindo na legislação do trabalho e em outros esquemas de proteção social de forma pontual (como gestação da força de trabalho, criação e melhoramento dos recursos humanos). A função “neutra” de legislador se daria em ações complementares ao mercado (OLIVEIRA, 2017, p. 62).

Sobre a temática, Laurell (1997) declara que as políticas sociais no Estado Liberal seriam distanciadas do real conceito de direitos sociais, pois, mesmo que o indivíduo fosse membro da sociedade, tal contexto não obrigaria o Estado a garantir seus direitos, uma vez que o acesso aos benefícios corresponderia apenas à execução do trabalho ou do seu pagamento. Isso demonstra que a condição da mercadoria força de trabalho era reforçada pela relação salarial, que condicionava a sobrevivência ao nível de vida.

A ótica liberal das políticas sociais passou a ser caracterizada pelo alto grau de mercantilização dos bens sociais (como educação, saúde, pensões), como uma forma de organizar a proteção social a partir de um mecanismo que disciplinaria os trabalhadores, condicionando-a à contribuição salarial, e provocando, com isso, inúmeras desigualdades sociais. O intuito seria amenizar a pobreza através da caridade privada e das políticas sociais – que serviriam como meros paliativos. Contudo, tais princípios estatais direcionados ao enfrentamento da questão social foram considerados repressivos, tornando essencial que melhoras pontuais fossem feitas em função da pressão exercida pela classe trabalhadora, frente ao reconhecimento dos direitos civis (como o direito à vida, à liberdade individual, à segurança e à propriedade). (PIANA, 2009).

Vale ressaltar que,

Enquanto vigorou o Estado Liberal se impregnava a ideologia de autorresponsabilização dos indivíduos e da pobreza com a naturalização da miséria. Ao defender o crescimento econômico, os mecanismos da concorrência perfeita, da oferta e da procura, pela busca dos interesses individuais, seriam assegurados os interesses coletivos e o desenvolvimento da Nação. O trabalhador passava a ser livre para aceitar ou não o trabalho, ao mesmo tempo em que se naturalizava o quadro de exploração a que a população era submetida. No tratamento da questão social esta leitura se estabelecia fora da totalidade das contradições e mediações do modo de produção capitalista, ainda que estivesse sendo sedimentada a concepção de trabalho como mercadoria livremente regulada no mercado (OLIVEIRA, 2017, p. 63).

Desse modo, a garantia da propriedade privada, a obrigatoriedade dos contratos de trabalho e a segurança pública cabiam ao aparato estatal. Ainda que existissem movimentos sindicais no século XIX, isto não garantia a melhoria das condições de trabalho, embora sinalizassem uma organização dos trabalhadores. Ao passo que o processo de proletarianização trazia consigo uma reorganização do mundo do trabalho, havia uma pressão sobre a classe dominante, quando do contexto da crise capitalista de 1873<sup>27</sup>, que foi considerada a mais grave do século XIX, com desdobramentos no século XX.

Do ponto de vista histórico, é preciso ressaltar que o surgimento das políticas sociais tem a questão social como fator determinante de sua gênese. Já do ponto de vista econômico, seu surgimento foi necessário às relações com a economia, uma vez que afetou na produção e reprodução da classe trabalhadora; e do ponto de vista político, sua relevância foi expressa através da intervenção estatal nos interesses de classe. Assim,

---

<sup>27</sup> “[...]. De 1873 a 1896, o sistema capitalista viveu sua primeira grande crise, chamada de Grande Depressão. A Grande Depressão Capitalista, no século XIX, configurou-se como uma crise decorrente da evolução do sistema capitalista. Essa crise gerou um descompasso entre a superprodução de mercadorias nas indústrias e uma população de trabalhadores sem poder aquisitivo para consumir essas mercadorias (decorrente do aumento do desemprego entre os trabalhadores e da redução dos seus salários). Em virtude da Grande Depressão Capitalista no século XIX, ocorreram duas principais consequências na economia dos países industrializados: a primeira foi a falência das pequenas e médias empresas e a concentração do capital nas mãos de poucos capitalistas industriais. A segunda consequência da depressão foi a busca de mercados consumidores externos, ou seja, fora da Europa, nos continentes ainda não industrializados, como a Ásia e a África. Esse fato deu início ao Neocolonialismo europeu, isto é, à partilha do continente asiático e africano pelas grandes potências industriais no século XIX. Era o início da exploração capitalista, da espoliação dos trabalhadores e dos recursos ambientais mundiais.” (CARVALHO, [2019], p. 01).

As políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento – em geral setorializadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho (BEHRING E BOSCHETTI, 2011, p. 51).

Behring e Boschetti (2011) relatam que uma dimensão fundamental da política social estaria presente na conformação da produção capitalista em núcleo central da vida social, enquanto fator inseparável da reprodução. Desse modo, a política social agiria como estimuladora da realização de mais-valia, com a capacidade de reproduzir a força de trabalho.

Ainda que a gênese da questão social (configurada no século XIX) tenha provocado as formas iniciais das políticas sociais, foi somente no século XX que estas foram instituídas, num contexto universal, nos países de capitalismo avançado (como no caso da Inglaterra, da Alemanha, da França, da Itália, da Áustria, dos EUA, do Canadá e da Austrália), quando da instituição do Estado de Bem-Estar Social.

Oliveira (2017) destaca que um fator determinante na mudança estatal, saindo do viés Liberal ao viés Monopolista, se deu com o avanço das desigualdades sociais e econômicas, inerentes à expansão do capital, que atingiram intensas dimensões com a crise de 1929<sup>28</sup>. Ainda que a ação estatal se fizesse presente anteriormente, foi “[...] apenas depois da crise de 1929 [que] a natureza de intervenção do Estado [mudou] seu curso”, quando “[...] a apatia econômica, as convulsões sociais, a formação de monopólios e a concentração de poder econômico [corroeram] os pilares da livre concorrência”, demonstrando que a relação entre produção e consumo, diante de postulados liberais, não possuía mais sustentação (OLIVEIRA, 2017, p. 65-66).

A organização da classe trabalhadora, com todo o aparato de mobilização decorrente, atuou na modificação da *forma de ser* do Estado Liberal. A busca pela emancipação humana frente aos ditames do capital, posta pelo ideário das lutas

---

<sup>28</sup> A crise de 1929 atingiu “[...] dimensões complexas e de mecanismos de autodefesa do capital, conforme o estado relativamente subdesenvolvido das suas potencialidades globais na ocasião. [...] Embora os diferentes países tenham sido afetados de formas diferentes (dependendo do grau relativo do capital e da sua situação como vendedores e compradores), as novas contradições emergiram essencialmente porque os avanços produtivos qualitativos do período já não podiam ser contidos nos limites das relações de poder historicamente antiquadas da ‘totalidade extensiva’ predominante” (MÉSZÁROS, 2002, p. 803-804).

sociais do século XX, partia de uma concepção política que cunhava a necessidade da socialização da riqueza e da instituição de uma sociedade desvinculada dos padrões capitalistas. Como consequência de sua organização, a classe trabalhadora passou a obter acesso aos direitos sociais, quando da redefinição do papel do Estado frente a questão social, legando pontos positivos ao mundo do trabalho.

Com a instituição do Estado de Bem-Estar Social (pós-cenário de 1929), foi direcionado à política social o encargo pela resolução de problemas, tais quais: à manutenção da subsunção real do trabalho ao capital, à superpopulação relativa e o desemprego, à contenção de conflitos de classes e ao auxílio na retomada da acumulação. Foi nesse contexto, contando com o postulado no Pós-Guerra<sup>29</sup>, que o estabelecimento de novos contratos sociais com regras preestabelecidas, tanto para o capital quanto para o trabalho, foi disseminado nos países centrais, visando a conciliação e o consenso social. As políticas sociais passaram a regularizar o mercado de trabalho, contando com o fato de que a atuação do Estado seria justificada como garantia do crescimento econômico e promoção de avanços sociais.

Oliveira (2017) destaca que o Estado tentou compensar e proteger os sujeitos mais fragilizados com a introdução de direitos sociais, através de um mínimo de proteção individual. Para tanto, foram estabelecidas normas que buscavam evitar barreiras à acessibilidade, à educação, à justiça e ao auxílio social, enquanto medidas que garantissem um mínimo para todos aqueles considerados iguais perante a lei, mas desiguais economicamente. A política social visou uma gestão que reproduzisse melhores condições de acumulação, demonstrando que qualquer concessão à classe trabalhadora era resultante tanto da pressão exercida por ela (quanto às melhorias salariais e de trabalho) como da forma com que o Estado atuava, tendo em vista a contradição entre socialização das forças produtivas e apropriação privada da riqueza social.

Como representação do poder político e econômico, o Estado apresentou uma variedade de funções, quando passou a se inserir como empresário nos setores básicos não rentáveis (como energia e matérias-primas fundamentais), no controle de

---

<sup>29</sup> Fase de desenvolvimento econômico ou Era de Ouro do capitalismo, entendido como um período de prosperidade econômica em meados do século XX, que ocorreu, principalmente, nos países ocidentais, após o final da Segunda Guerra Mundial (1945).



empresas capitalistas (através da socialização das perdas), e na entrega dos complexos construídos com fundos públicos aos monopólios, que serviam de subsídios a estes, bem como garantia de lucro estatal. Paulo Netto (2011) ressalta que o Estado passou a assumir investimentos públicos (como no caso dos meios de transporte e infraestrutura), desde a preparação da força de trabalho até os gastos com investigação em pesquisa, ainda que de forma indireta.

Os governos regulacionistas no Pós-Guerra tinham como objetivo principal a recuperação da economia, contando com a tutela estatal nos serviços públicos, que instituiu programas assistencialistas inexistentes até então, buscando assegurar a reprodução e a manutenção da força de trabalho ocupada e excedente. Desse modo, o Estado passou (entenda-se, um tanto forçadamente) a regular os níveis determinados de consumo, a ocupação sazonal da força de trabalho e o estímulo de instrumentos de mobilização e alocação dos interesses capitalistas, mediante sistemas de previdência e segurança social – e foi assim que a questão social se tornou alvo das políticas sociais.

Com isso, é possível apreender que

[...] a intervenção estatal em suas múltiplas expressões sempre revela o imperativo do capital no comando do trabalho. Sob o signo do “Bem-Estar Social” [criou] um controle do trabalho mistificado em um Estado mais humanizado, que deixa de ser “gestor exclusivo dos negócios da burguesia” e passa a “atender” a demanda dos trabalhadores, especialmente por meio de políticas públicas sociais. É justamente nessas condições que a apropriação do excedente pelo capital assume sua plenitude (OLIVEIRA, 2017, p. 68).

Como bem apontou Bezerra (2016), ainda que o movimento do sistema capitalista tenha propiciado inúmeras e relevantes conquistas civilizatórias para a humanidade, tanto no campo do desenvolvimento quanto da emancipação política, as grandes massas de trabalhadores sofreram (e ainda sofrem) com seu desenvolvimento desenfreado, capaz de provocar uma série de antagonismos nunca antes presenciados na história. Destarte, “[...] as intervenções estatais no século XX só conseguiram intensificar a ‘hibridização’ do capital como um sistema socio-reprodutivo, acumulando problemas para o futuro” (MÉSZÁROS, 2007, p. 62).

Ainda que estivesse inserido numa realidade próspera, em pleno desenvolvimento, contando com a ampliação das políticas públicas, o capitalismo não conseguiu eliminar as contradições direcionadas ao conjunto dos trabalhadores. Sobre isso, Florestan Fernandes argumenta que “Os momentos de prosperidade e de euforia do desenvolvimento capitalista [forjaram] muitas ilusões e esperanças. Todavia, eles não [suprimiram] a condição do trabalhador assalariado nem sua exploração” (FERNANDES, 2012, p. 147).

Como aponta Marx (1984), o que importava aos capitalistas era a valorização do seu capital, através da produção de mais-valia ou da geração de excedente, enquanto lei absoluta desse modo de produção. A força de trabalho só seria vendável enquanto mantivesse os meios de produção como capital, e neste processo, a venda da força de trabalho, fosse ela favorável ou não ao trabalhador, representaria a necessidade contínua e latente de reprodução ampliada da riqueza em capital. Desse modo, Fernandes (2012) assinala que o sistema não consegue (e não pode) admitir nenhum controle sobre ele, admitindo apenas a intervenção do Estado como uma exceção quando da manutenção de sua própria sobrevivência, uma vez que “[...] não há como ficar com as benesses do capital sem os males da presença do capitalista, como pretendiam os socialistas utópicos” (FERNANDES, 2012, p. 147).

Foi com o surgimento dos monopólios, diante da concentração e centralização de grandes capitais em poucas mãos, contando com imensas corporações que produziam para os mercados nacionais e internacionais, que uma nova fase do sistema capitalista foi inaugurada, dando início “[...] a um gigantesco processo de socialização da produção – incluindo os investimentos, o aperfeiçoamento técnico e mão de obra mais especializada” (IAMAMOTO, 2008b, p. 100). Com isso, os aperfeiçoamentos tecnológicos passaram a intensificar a concorrência entre os capitalistas, salientando que “[...] somente as fábricas de grande porte [poderiam] tirar proveito dos novos e mais eficientes métodos de produção” (MANZANO, 2013, p. 92).

Marx (1984) chegou a afirmar que o processo de mudanças do capital não estaria baseado apenas na concentração simples de meios de produção e de controle sobre o trabalho, como foi na acumulação primitiva, mas em uma concentração de capitais previamente constituídos, que contava com a “[...] supressão da autonomia individual, [a] expropriação de capitalista por capitalista, [e com a] transformação de

muitos capitais menores em poucos capitais maiores” (MARX, 1984, p. 196). Tal processo se distinguiu da acumulação simples por não se limitar ao crescimento absoluto da riqueza social ou aos limites absolutos da acumulação, pois era ocasionado pela concorrência entre os capitalistas, tendo em vista o barateamento das mercadorias – que, por sua vez, era dependente da produtividade do trabalho, e esta, dependente de uma escala da produção.

Desse modo, o novo estágio do capitalismo, também denominado como *Imperialismo* por críticos da Economia Política, passou a predominar ao longo do século XX, contando com novas determinações que foram expressas no século XXI. Lênin (2010) conceitua o Imperialismo como a

[...] época do capital bancário, época dos gigantescos monopólios capitalistas, época em que o capitalismo de monopólios de Estado mostra, em particular, a extraordinária consolidação da máquina governamental, o inaudito crescimento do seu aparelho administrativo e militar, ao tempo que se multiplicam as repressões contra o proletariado, tanto nos países monárquicos quanto nos mais livres países republicanos (LÊNIN, 2010, p. 53).

Logo após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), “[...] a união orgânica entre Estado e monopólios foi estabelecida, sustentando a expansão lucrativa do complexo industrial-militar” (OLIVEIRA, 2017, p. 74). Os monopólios aceitaram a intervenção estatal, tendo em vista as pressões do movimento social, da ameaça soviética e pela disposição de recursos orçamentários estatais, que poderiam tanto ser aplicados em projetos sociais como redistribuídos aos monopólios (como uma forma de fornecer subsídios e incentivos aos empresários), bem como poderiam ser direcionados à investigação científica, tendo seus resultados absorvidos pelo grande capital quando investido no campo militar.

Em suas análises, Oliveira (2017) observa que

A militarização da economia favoreceu a relação entre Estados e monopólios sendo funcional ao sistema porque ajudou a manter a demanda agregada, reduzindo as grandes crises de superprodução e possibilitando ao capitalismo o crescimento relativamente estável. Estabilidade econômica, taxas de crescimento constantes, baixo desemprego e um EBS [(Estado de

Bem-Estar Social)] que incorporou setores da população ao mercado com redes de proteção social [foram] a marca deste período para o desenvolvimento do capitalismo ocidental (OLIVEIRA, 2017, p. 75).

Com o intuito de garantir os interesses dos monopólios e as condições de valorização do capital, o aparato estatal passou a atuar na conservação/intensificação da força de trabalho, revalidando-a como produtora de valor. Assim, um conjunto de fenômenos nas relações de produção e trabalho implicou na alocação da força de trabalho e na apropriação da mais-valia, tanto no contexto dos países centrais como dos periféricos, quando a expansão capitalista (após a década de 1950) veio a ser permeada pela relação entre o Estado Keynesiano e o modelo de produção taylorista-fordista. Ainda que já vigorasse nos EUA do início do século XX, a expansão desse modelo de produção acompanhou o crescimento do capitalismo apenas no Pós-Guerra (pós-1945), assumindo a representatividade da racionalidade capitalista presente no processo de trabalho.

Ao caracterizar o binômio taylorismo-fordismo como expressão do sistema produtivo e do processo de trabalho que vigorou na indústria a partir da segunda década do século XX, Antunes (2009) destacou a produção em massa de mercadorias, que expressava uma produção homogeneizada e verticalizada. Buscando neste padrão combater o desperdício e o aumento da intensidade do trabalho, o sistema produtivo estruturou-se no trabalho fragmentado, vindo a permitir uma relativa extração da mais-valia. Desse modo, a subsunção real do trabalho ao capital se consolidou quando este processo de produção mesclou a técnica cronometrada da base taylorista com a produção em série da base fordista, bem como quando separou a concepção da execução do trabalho, suprimindo, com isso, a dimensão intelectual do operariado. Destarte,

Foi assim que ocorreu o bom casamento entre regime de acumulação taylorista/fordista e o modo de regulação Keynesiano, cujos resultados foram as respeitáveis taxas de crescimento econômico verificadas no Pós-Guerra. Esta forma de agir do Estado [surgiu como] fruto da forma de ser do sistema capitalista neste contexto histórico, que necessitava atuar em uma lógica de “conciliação” dos conflitos de classe (OLIVEIRA, 2017, p. 76).

Assim, nota-se que o Estado regulacionista Keynesiano (estando vinculado aos ditames capitalistas) tinha o propósito de revolucionar as condições de produção, distribuição/circulação e consumo, contando com uma unidade para com a força de trabalho. As políticas sociais passaram a apoiar a tendência ao subconsumo, tendo como pilar a ideia do *pleno emprego*, pautado no investimento público, na diminuição da taxa de juros e na absorção da força de trabalho pelo aparato estatal. Visando secundarizar a luta de classes, ampliou-se os direitos trabalhistas e a “cidadania”, criando a imagem de um Estado neutro, que estaria a serviço da população – conseguindo, com isso, uma ampla legitimação social.

## **2.2 A monopolização capitalista e seu legado ao mundo do trabalho**

Buscando abordar os efeitos do processo de monopolização do sistema capitalista no emprego/desemprego no período Keynesiano, far-se-á aqui uma exposição sobre suas consequências ao mundo do trabalho, visando apreender as significativas mudanças na condição do emprego e na ampliação do desemprego sob os ditames dos monopólios, enquanto relações constantes no enfrentamento das crises capitalistas que surgiram a partir de 1929.

Assim, entende-se que

Enquanto a centralização [reforçou e acelerou] os efeitos da acumulação, [ampliou e acelerou] simultaneamente as revoluções na composição técnica do capital, que [aumentou] sua parte constante à custa de sua parte variável e, com isso, [diminuiu] a demanda relativa de trabalho (MARX, 1984, p. 198).

Foi diante desse contexto que se configurou o desemprego sob um novo estágio do capitalismo, tomado pela renovação do capital e pelo quantitativo cada vez mais reduzido de força de trabalho. Marx (1984, p. 198), já salientava que o velho capital passou por um processo de renovação quando nasceu “[...] na configuração técnica aperfeiçoada, em que uma massa menor de trabalho [bastaria] para pôr em movimento uma massa maior de maquinaria e matérias-primas”. Para o autor, a queda

da demanda de trabalho seria decorrente deste processo, uma vez que menos trabalhadores seriam incorporados na produção.

Assim, a nova dinâmica capitalista, tendo em vista a inserção das forças produtivas do trabalho, alçou o sistema à um novo grau de desenvolvimento, contando com grandes avanços, tornando-o maduro tanto no sentido econômico quanto na exploração do trabalho. Marx (1984, p. 194) acentua que “Uma vez dados os fundamentos gerais do sistema capitalista, no transcurso da acumulação, surge sempre um ponto em que o desenvolvimento da produtividade do trabalho social se torna a mais poderosa alavanca da acumulação”. Desse modo, este período de desenvolvimento, com todos os seus contextos, representou o cenário em que o capitalismo dos monopólios recolocou “[...] em patamar mais alto o sistema totalizante de contradições que [conferiu] à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica, todos eles desvelados pela crítica marxista” (PAULO NETTO, 2007, p. 19).

Diante desse novo estágio do capitalismo, as contradições entre capital e trabalho passaram a ser potencializadas, fazendo surgir a demanda por novos mecanismos de controle da força de trabalho. Isso se materializou quando o desenvolvimento do trabalho foi capaz tanto de fornecer as bases para a exploração do trabalho, como de gerar o desemprego (na contextualização da grande indústria), resultando na necessidade de controle desse desemprego massivo através da intervenção do Estado.

Bezerra (2016) aponta que

[Foi] no capitalismo dos monopólios que se [ampliou] em larga escala o número dos trabalhadores supérfluos, pois o capitalismo penetrou até nos lugares mais remotos. Assim, o capital pode ampliar seu controle sobre o trabalho, pois [acelerou] a diminuição cada vez mais frequente do número de trabalhadores ativos para a produção. Em termos proporcionais [ocorreu] uma diminuição significativa na parte variável do capital (BEZERRA, 2016, p. 53).

Marx (1984) salientou que enquanto a centralização reforçasse e acelerasse os efeitos da acumulação, possuiria a capacidade de ampliar as revoluções na

composição técnica do capital, aumentando a parte constante à custa da parte variável e, com isso, diminuindo a demanda relativa de trabalho. Assim, quanto mais se desenvolve o capital, sendo ampliado pela concentração e pela centralização de riquezas (enquanto caracteres mediadores da acumulação), diminui o quantitativo de trabalhadores na produção, uma vez que a tendência do desenvolvimento é economizar trabalho vivo, quando do investimento em novas tecnologias e novas técnicas que reduzam os custos e possibilitem uma maior exploração de trabalho – fundamentando, desta forma, a manutenção do desemprego em larga escala.

Com a generalização da crise periódica do capitalismo, a partir de 1929, o nível do desemprego não apresentava compatibilidade para com a necessidade média de valorização do capital: tal crise aumentou o desemprego para 1,14 milhão de trabalhadores. Como exemplo, na Inglaterra, “[...] o número de segurados sem ocupação, segundo as cifras do Ministério do Trabalho, jamais [teria sido] inferior a um milhão, desde que começaram as estatísticas em 1923” (KEYNES, 1978, p. 21).

Com as sucessivas crises e a instabilidade financeira do período, Keynes (1996) propôs o investimento no desenvolvimento do pleno emprego<sup>30</sup>, ao entender que os desempregados seriam dispendiosos à produção e o fundo ao desemprego seria um desperdício, uma vez que

O censo da produção de 1924 calculou que o valor médio do produto líquido anual de um trabalhador britânico empregado [era] de aproximadamente £ 220. Nesta base, o desperdício pelo desemprego desde 1921 atingiu cerca de £ 2 bilhões, soma que aproximadamente bastaria para construir duas vezes todas as ferrovias do país (KEYNES, 1978, p. 22).

---

<sup>30</sup> Keynes (1996) chegou a considerar alguns tipos de desempregos como obstáculos ao estado contínuo de pleno emprego, seriam eles o desemprego friccional e o desemprego voluntário. O friccional seria “[...] o desemprego em razão de uma temporária desproporção dos recursos especializados, resultante de cálculos errados, da procura intermitente, de atrasos decorrentes de mudanças imprevistas, ou, ainda, de fato de que a transferência de um emprego para outro não se realiza sem certa demora, de modo que, numa sociedade não estática, sempre existe certa proporção de recursos não empregados entre um e outro trabalho” (KEYNES, 1996, p. 41). Já o desemprego voluntário estaria posto quando “[...] da recusa ou incapacidade de determinada unidade de mão de obra em aceitar uma remuneração equivalente à sua produtividade marginal, em decorrência da legislação, dos costumes sociais, de um entendimento para contrato coletivo de trabalho, ou, ainda, da lentidão em adaptar-se às mudanças ou, simplesmente, em consequência da obstinação humana” (KEYNES, 1996, p. 47).

Desse modo, Keynes (1978) ressaltava que seria necessário prezar pela administração da instabilidade econômica, tendo em vista a inserção destes trabalhadores sem emprego nas principais pautas e demandas das economias capitalistas.

Amadeo (1992, p. 2) mencionou que Keynes, analisando a economia capitalista, propôs “[...] de forma pragmática que o Estado se [responsabilizasse] pelo investimento como forma de tirar a Inglaterra, e o próprio mundo capitalista, do desemprego e da recessão”; entendia ainda que cabia ao Estado a eliminação da carência e do desemprego em momentos de recessão, podendo emitir títulos para extrair rendas não gastas do setor privado, garantindo, com isso, o retorno do funcionamento das máquinas. O encorajamento de qualquer investimento se fez necessário para que o consumo fosse beneficiado e a promoção do emprego assegurada.

Como destaca Bezerra (2016),

Como consequência, somente o investimento dos empresários e capitalistas poderia garantir as expectativas de vendas e, por conseguinte, de lucros através do consumo das massas e do incentivo à atividade produtiva. A intervenção do Estado seria indispensável, sobretudo para a geração do pleno emprego mediante a contenção da queda da demanda efetiva (BEZERRA, 2016, p. 56).

Foi desse modo que a proposta de Keynes, pautada no estímulo à demanda e ao investimento na produção, garantiu a saída sistêmica da depressão, ainda que por um curto período de tempo, quando a intervenção econômica do Estado na geração da demanda efetiva, posteriormente alcançando a defesa do pleno emprego, surgiu como uma das estratégias para revigorar o capitalismo da época.

Sua defesa em torno à geração do emprego e aos níveis da produção foi determinada pelo relativo equilíbrio entre a oferta e a demanda, mas não garantia que todos aqueles que procurassem emprego o encontrariam. Keynes (1996) acreditava que o crescimento com expectativas de lucros geraria mais empregos e, com isso, um maior nível de consumo e poupança. No entanto, entendia que na depressão a



economia se frustra, ocasionando a queda nos lucros e a redução de emprego, com consequências diretas no consumo.

Se o multiplicador de emprego se igualaria ao multiplicador de investimento, em momento de estagnação e crise a desvalorização do capital conduziria ao aumento do desemprego. Por isso, Keynes buscava encontrar uma solução plausível para a crise generalizada, entendendo que apenas com a valorização do capital, num cenário de acumulação e desenvolvimento, o emprego e, conseqüentemente, o consumo seriam valorizados.

Buscando explicar analiticamente o desemprego, Keynes conjecturou a intervenção estatal como a geradora de demanda para que, desse modo, fossem assegurados níveis elevados de emprego. Considerando a instabilidade como característica inerente ao capitalismo, entendeu que as crises eram alimentadas pela demanda ineficiente, e que os níveis de produção e emprego eram determinados pela igualdade entre oferta e demanda. A ação do Estado seria um dos ingredientes basilares do bom funcionamento do sistema capitalista: a atuação estatal complementaria o funcionamento dos mercados para que se obtivesse o maior nível de emprego possível, vindo a maximizar o nível de bem-estar da sociedade.

Com isso, as políticas sociais direcionadas ao emprego/desemprego (pois, nos referimos ao destaque dessa análise), enquanto base do Estado de Bem-Estar Social, representaram uma diferença em relação às políticas sociais implementadas nos/pelos Estados anteriores ao Pós-Guerra, pois, enquanto qualificadoras do Estado de “Bem-Estar Social” nos países capitalistas centrais, tais políticas expressaram a ação institucional daquele período.

Desse modo, Oliveira (2017) menciona que

Os governos e nações capitalistas avançados [se posicionaram] diante do problema do emprego, por isso que o crescimento da quantidade de empregados do Estado, o emprego público, tornou-se decisivo. O crescimento do emprego público era não somente fruto desse compromisso assumido pelos governos, mas também pela tendência de crescimento do setor de serviços oriundo do crescimento urbano e do avanço da industrialização nestes países ao incentivo de força de trabalho em serviços sociais e da mobilização militar em face de Guerra Fria. O emprego público e seu crescimento [foi] resultado direto da consolidação do Estado de Bem-Estar social em suas diversas áreas (OLIVEIRA, 2017, p. 83-84).

Contudo, ainda que o *pleno emprego* fosse a tônica discursiva do período, Keynes (1996, p. 173) não acreditava que ele pudesse existir, pois “[...] a evidência [provava] que o pleno emprego, ou mesmo o aproximadamente pleno, [era] uma situação tão rara quanto efêmera”, ressaltando que o pleno emprego poderia ser apenas uma possibilidade, sem maiores garantias. Isso comprovaria o que Marx (1984) afirmou sobre a tendência histórica do capital de instituir uma população excedente, uma vez que a existência de desempregados seria parte constante da acumulação capitalista, mesmo que as sugestões de base keynesiana minorassem parcial e momentaneamente tal problema.

Oliveira (2017) destaca que as políticas sociais dentro da perspectiva keynesiana apenas subsidiavam o consumo/subconsumo, através do estímulo à demanda efetiva dos excluídos do mercado, e que ainda que compensassem a defasagem temporária entre produção e consumo não poderiam resolvê-la, muito menos findar a crise. Assim, a expressão *Estado de Bem-Estar Social* expressaria uma tônica ideológica, uma vez que nunca houve um “pacto” ou “compromisso” entre patrões e trabalhadores – o que não confirmou seu intuito conciliador de atender completamente as demandas sociais. Lessa (2013) afirma que não houve política pública que não tenha atendido aos ditames do capital, posto que expressam um caráter de classe por garantirem a exploração da força de trabalho.

Com base nessas análises, Bezerra (2016, p. 60-61) ressaltou que a expansão e/ou recuo do desemprego é inerente à dinâmica expansiva e progressista do modo de produção capitalista, bem como às barreiras desenvolvimentistas provocadas pelas crises, e que em cada fase do capitalismo “[...] o desemprego é intensificado, exigindo do Estado, dos Organismos Internacionais e dos próprios capitalistas novas formas de gerir, controlar e intervir na força de trabalho excedente e ocupada”.

Levando em consideração a Lei Geral da Acumulação Capitalista, apreende-se que seja em tempos de desenvolvimento e abundância ou em tempos de depressão econômica, o desemprego é capaz de persistir e permanecer – o que, mediante sua permanência frente às mudanças econômicas, demanda a resistência da classe trabalhadora, que passa a exigir formas de intervenções mais qualificadas, por parte do Estado, tendo em vista as necessidades tanto do desenvolvimento capitalista quanto da manutenção da força de trabalho.

Desse modo, a pressão dos trabalhadores por empregos redimensionou o Estado com a proposta de Keynes (mesmo que temporária e transitoriamente). Como apontou Keynes (1978, p. 12), “O período de recessão cobrou sua multa das classes operárias mais pelo desemprego do que pela redução dos salários reais, e mesmo aquela penalidade foi grandemente moderada pela assistência estatal aos desempregados”, uma vez que para além da função estatal de incentivar o entesouramento dos capitalistas, a intervenção via políticas públicas atuou como um dos mecanismos de saída da crise, enquanto um dos meios de busca pela superação da desaceleração econômica.

Assim, o combate ao desemprego passou a ser gerido, contínua e sistematicamente, via políticas sociais resultantes de lutas da classe trabalhadora, quando assim fosse favorável à expansão do capitalismo. Paulo Netto (2007) aponta não haver

[...] dúvida de que as políticas sociais decorrem fundamentalmente da capacidade de mobilização e organização da classe operária e do conjunto dos trabalhadores, a que o Estado, por vezes, responde com antecipações estratégicas (PAULO NETTO, 2007, p. 33).

Mandel (1982, p. 341, grifo nosso) analisou ainda que em momentos de crise, o Estado, ao buscar administrar os conflitos de classes, “[...] desenvolve uma *vasta maquinaria de manipulação ideológica* para ‘integrar’ o trabalhador à sociedade do capitalista tardia como consumidor, ‘parceiro social’ ou ‘cidadão’ (e, ipso facto, sustentáculo da ordem social vigente) etc.”.

No capitalismo monopolista, a funcionalidade das políticas sociais veio a se expressar na preservação e no controle da força de trabalho – seja ela ocupada (contando com a regulamentação trabalhista), ou desempregada (com seus sistemas de seguros sociais). Com isso, Bezerra (2016) menciona duas políticas próprias à orientação econômica e social macroscópica do Estado no capitalismo monopolista, sendo elas:

[...] a) os sistemas de previdência social, que atuam para além da aposentadoria e pensão [...]; [e] b) as políticas educacionais especialmente direcionadas ao trabalho, de cunho profissionalizante [...], e os programas de qualificação técnico-científica vinculados a projetos de investigação científica (BEZERRA, 2016, p. 64).

Tais políticas seriam basilares ao investimento estatal no desemprego, via políticas de emprego. A proposta Keynesiana sobre o pleno emprego apontava uma alternativa temporária às barreiras do desenvolvimento associado ao Estado de Bem-Estar, visando um gerenciamento da economia que pudesse assegurar seu crescimento, através do apoio nas políticas sociais quanto a redistribuição dos encargos do crescimento econômico.

Bihr (1999) indicou que o Estado se tornaria

[...]o verdadeiro mestre-de-obras do processo de reprodução do capital, encarregando-se de funções tão diversas como estas: a produção de determinados meios de produção (por exemplo, as infraestruturas industriais ou a produção de energia) ou de consumo (os equipamentos e serviços coletivos); a reprodução da força social de trabalho, ao gerir o conjunto da relação salarial; a regulação da acumulação (por suas políticas monetária e orçamentária); enfim, a animação e o enquadramento permanentes do “diálogo social”, esforçando-se para manter um equilíbrio de compromisso entre os parceiros sociais (BIHR, 1999, p. 47).

Assim, as funções políticas do Estado imbricaram-se organicamente com suas funções econômicas, desempenhando uma multiplicidade de funções com resquícios empresariais, quando passou a intervir nos setores básicos não rentáveis, no controle de empresas em dificuldade, nos investimentos públicos (de meios de transportes até a infraestrutura), na organização institucional da força de trabalho – entre outros fatores.

Enquanto fruto das lutas da classe trabalhadora, bem como das necessidades econômicas dos monopólios, a função estatal foi ampliada em sua legitimação política e social, “[...] mediante a generalização e a institucionalização de direitos e garantias cívicas e sociais, o que lhe [permitiu] organizar um consenso que [assegurasse] o seu desempenho” (PAULO NETTO, 2007, p. 27). A exploração do trabalho foi o preço a se pagar pela garantia do direito ao trabalho e pela ampliação das políticas sociais, e

foi no período fordista que os avanços nas indústrias intensificaram o ritmo da produção em larga escala.

Segundo Bezerra (2016), o fordismo estabeleceu um “novo tipo de homem” e instituiu uma velocidade produtiva sem precedentes na história da humanidade, a partir de novos métodos para o trabalho que puderam propiciar novos investimentos e tecnologias, baseados na intensificação do trabalho assalariado, vindo a ressaltar a tendência destrutiva do desenvolvimento capitalista.

Para Harvey (1993), a disseminação do fordismo na Europa se instituiu como um regime de acumulação plenamente acabado e distinto a partir dos anos 1950, formando a base de um longo período de expansão depois da Segunda Guerra Mundial, se mantendo quase intacto até 1973. Durante este período o capitalismo vivenciou seu auge de desenvolvimento e estabilidade financeira (quando o fordismo se aliou ao keynesianismo, vindo a expandir mundialmente o capitalismo), alcançando altas taxas de crescimento e, como consequência, pode conter as tendências da crise.

Assim, o padrão fordista racionalizou “[...] ao máximo as operações realizadas pelos trabalhadores, combatendo o ‘desperdício’ na produção, reduzindo o tempo e aumentando o *ritmo* de trabalho, visando à intensificação das formas de exploração” (ANTUNES, 2009, p. 39, grifo do autor). Ao reduzir o proletariado a um conjunto repetitivo de tarefas pautado no trabalho coletivo, estabeleceu o trabalho parcelado e fragmentado. Esse processo de *desantropomorfização do trabalho*, como pontua Antunes (2009), converteu o trabalhador em um apêndice da máquina-ferramenta e possibilitou ao capital uma maior extração do sobretrabalho.

Com isso,

Este novo sistema de gerir a força de trabalho evidenciou o aumento da exploração do trabalho, intensificando a subordinação política dos trabalhadores ao controlar os organismos institucionais, sindicais e políticos. Os operários tinham como pauta política a melhoria das condições salariais, de trabalho e da seguridade social, requerendo do Estado condições que pudessem garantir e preservar essas conquistas como parte do compromisso (BEZERRA, 2016, p. 68).

Nesse contexto, Bihr (1999) pontua que

[...] o movimento operário seria progressivamente transformado em *estrutura mediadora do comando do capital sobre o proletariado*. Foi assim que, ao longo de todo o período fordista, as organizações sindicais e políticas tentaram canalizar a conflitualidade proletária, propondo e/ou impondo-lhe objetivos e perspectivas compatíveis com os termos do dito compromisso, e combatendo violentamente qualquer tentativa de explosão do quadro desse compromisso (BIHR, 1999, p. 46, grifo do autor).

Destarte, a integração do movimento operário se deu por um processo contraditório, uma vez que tanto estava de acordo com a estratégia seguida pelo proletariado na fase fordista, como transformava suas organizações em “cães de guarda” do capital, quando o movimento buscava rediscutir os termos do compromisso fordista.

Foi com o pacto fordista que os operários puderam conquistar a satisfação de seus interesses imediatos (referindo-nos aqui ao campo da emancipação política), que se expressaram através de uma relativa estabilidade no emprego, na mudança da condição de existência e no atendimento de algumas necessidades, sendo elas na área da educação, do lazer, da saúde, da habitação, na constituição de uma política salarial etc.

Para Bihr (1999), o que incentivou a classe operária, até então, foi

[...] a perspectiva de sair da miséria, da instabilidade, da incerteza do futuro e da opressão desenfreada, que basicamente caracterizaram até aquele momento a condição proletária. [Buscando] a garantia de adquirir direitos, não só formais (direitos cívicos e políticos) mas reais (direitos sociais), cujo respeito seria garantido pelo Estado, e de ter acesso a uma vida se não agradável, pelo menos suportável (aceitável) (BIHR, 1999, p. 38).

Contudo, estas políticas e direitos sociais não foram generalizados para todos os trabalhadores, gerando insatisfação, pois, cada Estado procurava seu modo de administrar as relações de trabalho, bem como sua própria política monetária e fiscal, suas estratégias de bem-estar e o investimento público, que eram limitados internamente pela situação das relações de classe e externamente pela posição hierárquica que ocupavam na economia mundial, tendo em vista a taxa de câmbio

fixada do dólar (HARVEY, 1993). Por isso, nem todos foram atingidos pelos benefícios do fordismo, demonstrando que nem sempre o trabalho estava no rol dos privilégios.

Harvey (1993) pontuou que os benefícios almejados pela sociedade do consumo não foram alcançados por todos, já que a desigualdade era permanente em meio à todo desenvolvimento econômico e muitos trabalhadores não tiveram acesso aos trabalhos privilegiados, oriundos do pacto keynesiano-fordista, o que produziu inúmeras insatisfações, pois as promessas de um sistema que visava modernização, desenvolvimento, emancipação das necessidades a partir do consumo padronizado de massa, não foram cumpridas, sendo instituídas em seu lugar “[...] a destruição de culturas locais, muita opressão e numerosas formas de domínio capitalista em troca de ganhos bastante pífios em termos de padrão de vida e de serviços públicos” (Ibid., p. 133). A partir de então, o compromisso fordista passou a representar um dos instrumentos que, embora tenha promovido o desenvolvimento e a produção em massa, levou os trabalhadores a renunciarem à luta revolucionária pela garantia de seus direitos.

A partir de 1960 os sinais de desgaste do modelo fordista foram ficando cada vez mais evidentes, quando dos sinais da crise estrutural. A recuperação econômica da Europa e do Japão, que visava mercados para exportação dos seus excedentes, bem como a queda da produtividade e da lucratividade nos Estados Unidos da América, marcou o início de problemas fiscais e inflacionários no cenário mercadológico. Segundo Oliveira (2017), a política de substituição das importações em alguns países do “Terceiro Mundo” acirrou a competição da industrialização fordista que, até então, alcançava novos ambientes, fazendo com que toda a rigidez característica do fordismo se tornasse um desafio à contenção das contradições, vindo a ampliar as ondas de greve e os problemas trabalhistas verificados entre 1968-1972<sup>31</sup>.

Diante deste cenário, Oliveira (2017) destaca que

---

<sup>31</sup> Para maior aprofundamento de análise, é possível a verificação nas obras *A produção capitalista do espaço*, de David Harvey; *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*, de Ricardo Antunes; e *Da grande noite à alternativa: O movimento operário europeu em crise*, de Alan Bihr.

A saturação do fordismo-taylorismo [foi] resultante da diminuição da produtividade do trabalho pela limitação técnica da produção rotinizada. A revolta do operário em massa [foi] sua consequência direta. O consumo se [retraiu] com o crescimento do desemprego. Um conjunto de mudanças profundas no âmbito da produção industrial e do trabalho [esteve] em curso juntamente com a erosão das estruturas sustentadoras do Estado de Bem-Estar Social (OLIVEIRA, 2017, p. 85).

A massificação da exploração do trabalho pela base taylorista-fordista condicionou o movimento operário ao rompimento para com o *pacto garantidor* do compromisso anterior, num sentido mundial, contando com revoltas que estremeceram a ordem hegemônica, quando forçaram-na a buscar alternativas de superação da crise estrutural (que se instalou a partir de 1970). A busca sistemática pela saída da crise perpassou o investimento em novas estratégias de controle do trabalho e no desmonte da estrutura social do Estado de Bem-Estar, estabelecendo uma refuncionalização das funções estatais e das políticas sociais, quando direcionadas ao emprego, passando a assumir um caráter diferenciado.

Assim, a ruptura do Estado de “Bem-Estar Social” ocorreu devido a internacionalização produtiva e financeira da economia capitalista, uma vez que

A regulação keynesiana funcionou enquanto a reprodução do capital, os aumentos de produtividade, a elevação do salário real, se circunscreveram aos limites — relativos, por certo —, da territorialidade nacional dos processos de interação daqueles componentes da renda e do produto. Deve-se assinalar, desde logo, que aquela circularidade foi possível graças ao padrão de financiamento público do Welfare State, um dos fatores, entre outros aliás, que levaram à crescente internacionalização. Ultrapassados certos limites, a internacionalização produtiva e financeira dissolveu relativamente a circularidade nacional dos processos de retroalimentação. Pois desterritorializam-se o investimento e a renda, mas o padrão de financiamento público do Welfare State não pôde — nem pode, até agora — desterritorializar-se. Em outras palavras, a circularidade anterior pressupunha ganhos fiscais correspondentes ao investimento e à renda que o fundo público articulava e financiava; a crescente internacionalização retirou parte dos ganhos fiscais, mas deixou aos fundos públicos nacionais a tarefa de continuar articulando e financiando a reprodução do capital e da força de trabalho. Daí que, nos limites nacionais de cada uma das principais potências industriais desenvolvidas, a crise fiscal ou “o que um ganha é o que o outro perde” emergiu na deterioração das receitas fiscais e para-fiscais (previdência social, por exemplo), levando ao déficit público (OLIVEIRA, 1988, p. 7 apud OLIVEIRA, 2017, p. 86).



Tal contexto circunscreveu-se na alteração da forma valor, enquanto alicerce do capital, através da fuga de capitais da esfera produtiva para a esfera financeira como meio de saída da recessão de 1970, o que favoreceu a entrada do capitalismo em sua crise estrutural. Desse modo, a ação intervencionista do Estado e das políticas sociais, principalmente aquela direcionada ao mercado de trabalho, passou a não focar na criação de emprego e na geração de formas de trabalho e renda – o que se configurou como um ataque do capital ao caráter social do Estado.

Desse modo, é de possível apreensão que a experiência histórica que instituiu o Estado de Bem-Estar Social nos países centrais, bem como expandiu as políticas sociais em todos os países capitalistas, se constituiu em função das políticas regulatórias de base keynesiana-fordista e do “pacto” de classe. No entanto, ainda que as desigualdades sociais tenham sido amenizadas, não foram eliminadas; pois, a exploração de classe não foi extinta, e mesmo que a expansão dos direitos da classe trabalhadora<sup>32</sup> configure como marco do período, tais políticas e ações não solucionaram a expressão em torno à questão social.

Harvey (1993) observa que após 1973 ficou evidente a incapacidade da base keynesiana-fordista de conter as contradições do capitalismo evidenciadas pela crise de 1929, e essa nova realidade acabou dando lugar à acumulação flexível, permeada pelo período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político. Este novo contexto capitalista não permitia uma produção rígida, pois as exigências do mercado, diante da profunda depressão, precisavam de uma produção baseada na inovação comercial, tecnológica e organizacional, ressaltando a viabilidade de uma acumulação flexível. Assim, os empregadores passaram a exercer pressões mais fortes no controle do trabalho, através da flexibilização da força de trabalho, o que forçou o aumento do desemprego nos países capitalistas avançados à níveis, até então, sem precedentes.

Como consequência, veio a redução do trabalho organizado, representando o retrocesso da organização dos trabalhadores e o enfraquecimento da base sindical. Essas contradições demonstraram que o compromisso do desenvolvimento pautado no pleno emprego, ainda que permeado pela precarização de uma grande massa de

---

<sup>32</sup> Direitos esses direcionados, principalmente, aos bens de consumo e aos espaços de socialização política.

trabalhadores, veio a ser substituído pela nova dinâmica de acumulação flexível que, com a crise estrutural do capital, deslocou o argumento do pleno emprego para a instituição do desemprego como resposta à crise<sup>33</sup>.

### **2.3 As mudanças no mundo do trabalho face a crise estrutural e a administração do desemprego**

Entende-se que a contemporaneidade da classe trabalhadora é composta pela expropriação histórica tanto dos meios de produção quanto do direito ao contrato formal de trabalho. Esta classe passou a sobreviver através de formas alternativas de inserção no mercado de trabalho, que envolvem desde o trabalho em cooperativas, a terceirização, a subcontratação, o trabalho em domicílio, chegando até as modalidades de trabalhadores por conta própria, em que predominam as bases informalizadas e precarizadas – enquanto pautas que recebem incentivo do Estado.

Assim sendo,

A contemporaneidade do capital reforça a permanência dessas expropriações, pois sua reprodução ampliada (tendência ao assalariamento universal) também se dá contraditoriamente através das formas não capitalistas. Como assinalou Luxemburgo (1985), o capitalismo se origina a partir de meios sociais pré-capitalistas e não capitalistas (não-assalariadas), e mesmo contraditoriamente só se desenvolve e permanece por meio de tais formas (OLIVEIRA, 2017, p. 46).

Seguindo tal perspectiva, Harvey (2013) pontua que as expressões da acumulação primitiva, salientadas por Karl Marx, não teriam se encerrado na fase comercial, vindo a permanecer até os dias atuais. Para o autor, houve uma continuidade das expropriações rurais e camponesas, seguidas pela instituição da

---

<sup>33</sup> Para Bezerra (2016), tal resposta não garantiu a estabilidade do desenvolvimento econômico, via intervenção estatal, pois as mudanças oriundas da forma de gerir o trabalho através de uma nova ideologia de mercado só intensificaram o controle do capital sobre o trabalho.

política de exploração (fosse ela colonial, neocolonial ou imperialista), bem como uma constituição social permeada pela intervenção estatal na realocação dos recursos para a classe capitalista, através do cercamento de terras e sua privatização, da instituição do sistema internacional de finança e crédito direcionados ao desenvolvimento capitalista, bem como da continuidade da escravidão em suas diversas versões – conformando, assim, a questão social na contemporaneidade.

Com isso, Bezerra (2016) analisa que o desemprego se instituiu como uma expressão particular aos trabalhadores, a partir do desenvolvimento do modo de produção capitalista; surgiu enquanto parte constitutiva do emprego, como o modo imediato da utilização da força de trabalho enquanto mercadoria nesse sistema de produção. Como salienta Marx (1996), o capitalismo repousa no fato de que o trabalhador vende sua força de trabalho como mercadoria, e as bases que mantêm este fenômeno em funcionamento dizem respeito ao movimento de exploração inerente a este tipo de sociedade.

Como uma expressão decorrente da acumulação do capital e da busca incessante por lucro, a gênese do desemprego situa-se “[...] no mesmo contexto histórico em que se gesta o debate sobre a ‘questão social’” (SANTOS, 2012, p. 172). Caracterizado pelo não emprego estável ou formal do trabalhador no mercado de trabalho, consta como uma relação de subordinação entre empregado e empregador, entre capital e trabalho. Para Mészáros (2011), este fenômeno se caracteriza como uma das razões existenciais do capitalismo, apresentando um caráter explosivo ao sistema, tornando-se um dos limites estruturais do capitalismo.

Com o cenário de crise estabelecido na década de 1970, o desemprego passou a ser alvo de medidas que visavam assegurar práticas empreendedoras e/ou o trabalho por conta própria, através da criação e promoção de um tipo de trabalho não restrito ao emprego formal, vindo a estabelecer uma realidade de novas tendências: os diferentes tipos de ocupações passaram a legitimar o trabalho precário, diante de um mercado flexibilizado. Tais medidas teriam como propósito atenuar a pressão que o desemprego exerce sobre o conjunto da classe trabalhadora.

A partir de 1970, foi evidenciada uma crise econômica do capital, que para Mészáros (2011), é uma “crise fundamentalmente estrutural”, crise esta que expressa

o cerne das contradições do capitalismo, e uma das suas expressões é fomentada pela produção e consumo supérfluos, causando, conseqüentemente, a corrosão do trabalho e do homem, gerando a precarização e o desemprego estrutural<sup>34</sup>.

Segundo Mészáros (2011), a estruturação do sistema capitalista pode ser definida em três dimensões fundamentais: produção, consumo e circulação/distribuição/realização; esse tripé se fortalece e amplia-se por um determinado tempo, causando motivação para uma produção/reprodução dinâmica, contínua e em escala cada vez maior. Quando uma dessas dimensões é atingida as outras são afetadas, abalando a estrutura capitalista. No entanto, as dimensões remotamente afetadas, continuam a exercer sua função para manutenção do sistema como um todo, até que essa fase crítica seja superada. A essa fase crítica dar-se o nome de *crise cíclica*. Tal crise apresenta-se como limitada, restrita, temporária e avassaladora, proporcionando um avanço para o capital após a sua resolução, pois é um tipo de crise que não se assemelha a crise estrutural do sistema.

Com o cenário de 1970, apresentou-se uma nova conotação da crise, denominada por István Mészáros de *crise estrutural*, possuindo quatro aspectos fundamentais: 1) *universal*, pois afeta todas as esferas constituintes do capitalismo; 2) *global*, uma vez que não se restringe há um determinado local, sendo direcionada a todos os países; 3) *permanente*, visto que apresenta uma escala de tempo extensa e insolúvel; e 4) *rastejante*, já que surge aos poucos, não possuindo um caráter explosivo, tal qual se apresenta nas crises cíclicas.

Expondo uma crise sem intervalos entre expansão e recessão, demonstra a degradação do sistema capitalista e sua capacidade autodestrutiva, afetando tanto o meio ambiente quanto a humanidade. Entende-se, portanto, que “[...] uma crise estrutural afeta a totalidade de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada” (MÉSZÁROS, 2011, p. 796). A crise cíclica, por sua vez, é uma crise que “[...] afeta apenas algumas partes do complexo em questão, e assim, não importa o

---

<sup>34</sup> Segundo Mészáros (2011), o desemprego estrutural torna-se crônico por se tratar de um problema mundial sem solução imediata.

grau de severidade em relação às partes afetadas, não [podendo] pôr em risco a sobrevivência contínua da estrutura global” (Ibid., p. 797).

Com isso, pode-se observar que a crise cíclica está ligada a superação dos limites imediatos do sistema; já a crise estrutural está vinculada aos limites extremos da estrutura absoluta do capital, afetando todas as estruturas desse sistema sociometabólico<sup>35</sup>. Assim, a crise estrutural abrange todas as dimensões sociais, econômicas e políticas.

Tendo isso claro, Mészáros (2011) pontuou que a tendência do sistema capitalista em desviar-se das suas contradições acumula problemas até não mais poder afastá-los, gerando assim, uma crise muito maior, que se relaciona intrinsecamente ao sistema, tendo base na sua estrutura. Essa crise, de caráter estrutural, representou o esgotamento da expansão do capital, acarretando a queda acelerada da taxa de lucro, predominando nos países centrais.

Devido seu caráter destrutivo, a crise estrutural impõe à sociedade uma intensa luta por sua sobrevivência, expressando, por meio de problemas sociais, as mudanças necessárias ao modo de produção capitalista, que historicamente caracteriza-se por suas divergências internas. Dessa forma,

[...] a crise se estende lentamente, atingindo *todas as esferas do sistema do capital*, o qual, por sua vez, *tenta controlá-la através de ajustes limitados*, que *nunca poderão atingir a raiz do problema*, pois é *estrutural*. [...] o capital é *incapaz de resolver as contradições que lhe são iminentes*, por isso as desloca para poder continuar seu processo de expansão e acumulação (SANTOS, 2012, p. 135, grifo nosso).

Devido essa incapacidade do capital, muitas expressões da questão social foram evidenciadas, e uma delas foi o desemprego estrutural, que vem sendo discutido como tal desde a década de 1970.

---

<sup>35</sup> Termo utilizado por István Mészáros para referir-se a como o sistema capitalista pode ser relacionado à um corpo orgânico, entendendo a sociedade e sua produção/reprodução das relações sociais como um sistema orgânico.

O desemprego, enquanto um fenômeno gerado pela relação capital/trabalho, tornou-se um problema para o próprio sistema que o criou. Com o avanço das contradições sistematizadas pelo capitalismo, o desemprego estrutural

[...] diferentemente da época de Marx [...] atinge não apenas os trabalhadores de um tipo de produção ou uma atividade ainda em desenvolvimento, como no período da industrialização, mas a totalidade da força de trabalho, tanto nos países avançados como nos periféricos (BEZERRA, 2013, p. 155).

Esse fato instituiu-se como um controle do capital para aumentar a exploração da força de trabalho, quando a oferta de trabalho é menor que a demanda de trabalhadores, sendo estes, “[...] obrigados a trabalhar sob as desumanas condições impostas pelo capital” (BEZERRA, 2013, p. 155). Aumentando a precarização tanto no trabalho quanto na vida dos trabalhadores.

Segundo análises de Bezerra (2013),

No período em que o sistema do capital estava em expansão, a substituição de força de trabalho não qualificada pela qualificada era uma constante, em função do desenvolvimento econômico. Neste processo, o desemprego não era visto como algo ameaçador, senão como um fenômeno necessário à modernização (BEZERRA, 2013, p. 156).

Porém, na mesma proporção em que o capital se expandia, as condições degradantes e a pauperização da classe trabalhadora também avançavam. Essa contradição na concentração de riquezas sustentou-se no argumento de consumo para todos. No entanto, o que sobrou para aqueles que foram expulsos pela produção foi a culpabilização (tanto por parte do próprio trabalhador quanto pela sociedade, pois o capitalismo acentua o individualismo) por não estar preparado/qualificado o suficiente para o trabalho, pois o desenvolvimento tecnológico<sup>36</sup> avançava para,

---

<sup>36</sup> De acordo com Bezerra (2013), é importante ressaltar que não é o desenvolvimento tecnológico a causa do agravamento do desemprego, e sim, o controle do capital com intenções de aumentar sua lucratividade, vendo na tecnologia não o auxílio e melhoramento da produção social, mas a diminuição de gastos com força de trabalho e, conseqüentemente, o aumento da mais-valia.

consequentemente, auxiliar na expansão capitalista, e necessitava de qualificação da força de trabalho para seu uso.

O desemprego estrutural, bem como as inúmeras formas de precarização das condições de trabalho, impôs aos trabalhadores a necessidade de adequar-se às exigências de qualificação profissional e educacional, ainda que as empresas/indústrias não dispusessem de uma estrutura de formação interna compatível à tal demanda.

Para Amaral (2018), por estar diretamente relacionada ao lucro, a lógica do modo de produção capitalista implica no investimento de certa soma de capital, fazendo com que ao final de um determinado período o investidor obtenha uma quantia excedente capaz de remunerar o capital inicialmente investido. Apreendendo que a dinâmica capitalista envolve períodos de declínio das taxas de lucratividade, quando o sistema entra em crise, a tentativa de retomada do crescimento dessas taxas no final do século XX e início do século XXI estiveram pautadas em estratégias que reestruturassem econômica e produtivamente o mundo do trabalho.

Algumas mudanças implementadas pelo neoliberalismo, como saída da crise do capital (tais como: o incremento tecnológico, a utilização de novas fontes de energia, os novos tipos de matéria-prima, as modificações nos processos produtivos, a terceirização, a realocação da produção, a globalização, entre outros) também contribuíram para a instituição do desemprego estrutural e para a permanência do exército de reserva, uma vez que

A mudança não foi apenas nos processos produtivos e na economia, mas acima de tudo, uma mudança de ideologia. Se antes eram utilizadas as políticas Keynesianas onde o Estado deveria proporcionar o pleno emprego, o neoliberalismo veio com uma nova ideologia onde o livre mercado deveria resolver o problema das crescentes taxas de desemprego (AMARAL, 2018, p. 54).

Analisando a dinâmica capitalista, é possível observar o quanto o sistema pode ser excludente, pois ao buscar aumentar sua produtividade e sua lucratividade, extingue postos de trabalho e incrementa o exército de reserva, gerando para o Estado um problema social. Nesse sentido, Singer (2006) destacou que o desemprego

estrutural não aumentou necessariamente o número total de pessoas sem trabalho, mas contribuiu na deterioração do mercado de trabalho para aqueles que vendem sua capacidade de produzir.

Com isso, o Estado, ao atuar sob a lógica capitalista, passou a administrar esse exército de reserva para que ele fosse funcional ao sistema, e não um exército de revoltosos que pudessem interferir nos planos de lucratividade do modo de produção. Para isso, o projeto neoliberal passou a reformular o conceito de emprego ao afirmar o conceito de *empregabilidade*<sup>37</sup> e *empreendedorismo*, enquanto uma mudança ideológica capaz de retirar do Estado a responsabilidade de proporcionar emprego, fazendo com que o indivíduo fosse responsável por sua “empregabilidade” ou se tornasse um empreendedor.

Amaral (2018) destaca que esse novo contexto incentivou o indivíduo e, ao mesmo tempo, tornou-o responsável por adquirir empregabilidade e por conseguir um emprego, sendo culpabilizado pela sua condição de desempregado. Passou a ser atribuída uma significativa importância à formação do trabalhador para que este pudesse desenvolver iniciativas e fosse criativo, vindo a produzir indivíduos com capacidades suficientes para agir, construir e empreender. No entanto, o que se estabeleceu foi a “[...] intenção de que [seria] preciso desresponsabilizar o Estado pela criação de políticas de geração de emprego e renda, para colocar nos ombros dos indivíduos a responsabilidade por sua inserção no mercado de trabalho” (ALBERTO, 2005, p. 306 apud AMARAL, 2018, p. 55).

Diante desta lógica, surgiram políticas direcionadas ao *retreinamento* dos trabalhadores expulsos dos postos de trabalho, ao que Rifkin (1995) aponta que seria

[...] ingenuidade acreditar que grandes números de trabalhadores sem qualificação e semiqualeificados, trabalhadores administrativos e operários [pudessem] ser treinados para tornarem-se físicos, cientistas da computação, técnicos de alto nível, biólogos moleculares, consultores empresariais, advogados, auditores etc. Para começar, a lacuna nos níveis educacionais entre aqueles que precisam de emprego e o tipo de cargos de alta tecnologia disponíveis é tão grande que nenhum programa de retreinamento poderia esperar atualizar de forma adequada o desempenho profissional de

---

<sup>37</sup> “[...]. Empregabilidade diz respeito a uma série de qualidades e conhecimentos que um indivíduo deve ter para que seja ‘atraente’ para o mercado de trabalho, ou seja, quanto mais o indivíduo reúne estas capacidades, mais empregabilidade ele tem” (AMARAL, 2018, p. 55).



trabalhadores, para que estivessem à altura do número limitado de oportunidades de cargos especializados que existem. [...] a esperança de serem retreinados ou instruídos para uma nova função no setor da elite do conhecimento [estaria] dolorosamente fora do seu alcance. E, mesmo que a reeducação e o treinamento fossem implementados numa escala maciça, não haveria disponibilidade suficiente de empregos de alta tecnologia na economia automatizada do século XXI para absorver o grande número de trabalhadores demitidos (RIFKIN, 1995, p. 38-39).

Com isso, entende-se que os momentos de crise interferem intimamente na vida dos trabalhadores, pois ao solicitar aperfeiçoamento das técnicas utilizadas no meio de produção, o capital acaba por desempregar uma proporção massiva de proletários. Com isso, a tendência mercadológica estaria direcionada à “[...] ampliação de trabalhos temporários como forma de reduzir as despesas do sistema do capital, resultando daí o desemprego para os trabalhadores permanentes” (BEZERRA, 2013, p. 156). Esse trabalho temporário visto como uma forma de diminuir os índices de desemprego, precariza o trabalho e o indivíduo, uma vez que este não tem nenhuma garantia trabalhista.

Esse dinamismo capitalista surgiu para responder ao desemprego estrutural, já que seu sistema não tem controle sob esta expressão (criação da sua própria dinâmica contraditória) e acaba fragilizando a força de trabalho para, assim, continuar a ampliação dos seus lucros. Observando essa crescente miserabilidade vinculada ao desemprego, o Estado propôs medidas de intervenção social que buscavam diminuir a condição pauperizada da classe trabalhadora. No entanto, compreende-se aqui que essas medidas se tornaram apenas uma forma de manutenção do capital frente ao exército de reserva.

Nessa tentativa de revitalização do sistema, o capitalismo acabou por se contradizer ainda mais, ampliando seus problemas na tentativa de resolvê-los. Um desses problemas foi evidenciado na própria produção, pois ao aumentar a capacidade de consumo da população, limitou o poder de compra da mesma:

Diante da estagflação econômica gerada pela crise do regime de produção e acumulação fordista-keynesiano, era necessário, para a sobrevivência do sistema capitalista, colocar em prática um novo regime de acumulação e de controle das massas operárias, retirando dessas o poder de barganha conquistado no período de vigência do fordismo. Nesse contexto emergem

novas formas organizacionais e de reajustamento social e político, a *reestruturação produtiva* (OLIVEIRA, 2011, p. 134, grifo nosso).

Entende-se que a *reestruturação produtiva* não foi apenas um processo de reestruturação econômica e tecnológica do capital, mas um processo com uma dimensão política, social e cultural, tendo em vista que o capital, diante de um quadro de crise, viu-se desafiado a estabelecer uma nova correlação de forças à sua sobrevivência e reprodução. Com isso, as mudanças não ocorreram apenas no processo de produção, mas também na correlação de forças entre capital e trabalho e no redirecionamento do papel do Estado, em que a centralidade do processo de reestruturação produtiva recaiu sobre a necessidade de recuperação do ciclo de reprodução do capital.

Desse modo, Bezerra (2013) enfatiza que uma das saídas do capitalismo para sanar o desemprego foi a implementação da flexibilização do trabalho, propagada como algo que solucionaria os problemas da classe trabalhadora, mas que acabou gerando um aumento na exploração do trabalhador e a retirada da garantia dos direitos trabalhistas. Assim,

As mudanças evidenciadas a partir da crise vão desde a revolução informacional até os avanços da microeletrônica; por consequência, a dinâmica de exploração do trabalho [foi] recolocada em um patamar mais acentuado, em nome da restauração do capitalismo. A condição do trabalho [tornou-se] cada vez mais prejudicada, com incentivos à flexibilização e desregulamentação do trabalho atrelados à economia da força de trabalho em quase todas as áreas da produção e dos setores de serviços. Esta realidade [intensificou] ainda mais as mudanças na composição orgânica do capital (BEZERRA, 2016, p. 91).

Aparentemente tal flexibilização surgiu como possível solução aos problemas da classe trabalhadora, mas acabou acirrando a exploração do trabalhador ao retirar a garantia de seus direitos trabalhistas, fazendo surgir, com isso, a redução do emprego do trabalho vivo na produção, a racionalização nas contratações, a ampliação do trabalho temporário (tendo em vista a desverticalização das empresas) – modificações estas que se inclinaram, cada vez mais, ao desemprego e à precarização das relações trabalhistas.

Desta maneira, o aumento da flexibilização, mediante o desemprego, [foi] visto como uma tendência para a expansão e a acumulação do capital, sendo acompanhado por vários problemas sociais, como o aumento da desigualdade social, o pauperismo e a fome (BEZERRA, 2013, p. 161).

Sendo assim, essa alternativa exposta pelo capital buscou intensificar a obtenção da mais-valia e, ideologicamente, culpabilizar o trabalhador por permanecer na condição de miserabilidade. O que aconteceu, na realidade, com essa relação capital/trabalho, foi que o desemprego e as condições de trabalho foram agravados, e essas opções do sistema capitalista apenas amenizaram a condição precária do trabalhador. Dessa forma, “[...] as soluções propostas nem sequer [arranharam] a superfície do problema, sublinhando, novamente, que estamos à frente de uma contradição interna insolúvel do próprio capital” (MÉSZÁROS, 2011, p. 802).

Pinto (2013) ressaltou ainda que

A flexibilização da produção [exigiu] que se [flexibilizassem] as leis que [regulamentavam] o uso e a alocação da força de trabalho pelas empresas. Isso [implicou] em alterações na legislação trabalhista, levando, principalmente nas economias periféricas, onde já [eram] escassas as estruturas de proteção social por parte do Estado, à redução dos direitos dos trabalhadores e à crise do movimento sindical, através da elevação do número de contratações precárias [...], mudanças nas normas salariais [...], com heterogeneização entre os segmentos do mercado de trabalho (PINTO, 2013, p. 79).

As práticas flexíveis surgiram como propostas de enfrentamento à crise e procuraram se integrar ao sistema do capital, com o intuito de retomar a lucratividade. Tais práticas impuseram controles ainda maiores do capital sobre o trabalho, intensificaram a exploração sobre os trabalhadores (ao desregulamentarem os direitos trabalhistas), e restringiram a intervenção do Estado no setor de políticas públicas ao estabelecerem novas relações de trabalho - por meio de trabalhos precarizados. Assim, a *precarização do trabalho* demonstrou a realidade concreta das transformações contemporâneas no mundo do trabalho, através da redução dos direitos trabalhistas, da fragilidade dos vínculos de trabalho, dentre outros fatores.

Destarte, diante da possibilidade de a massa de trabalhadores desempregados não conseguir um emprego a partir dos planos de qualificação pautados na empregabilidade, o Estado neoliberal indicou como segunda opção o empreendedorismo, ao estimular o trabalhador a transformar-se em um empreendedor, abrindo sua própria empresa. Hisrich (2009) esclarece que a palavra “empreendedor” tem origem francesa (*entrepreneur*) e significa *aquele que está entre* ou *intermediário*, destacando que empreendedor é aquele que assume riscos e inicia algo novo.

Dornelas (2005) analisou que o empreendedor seria aquele capaz de detectar uma oportunidade e, a partir disso, criar um negócio visando a capitalização, assumindo pelo caminho todos os riscos possíveis. Apontou ainda que no empreendedorismo encontram-se os seguintes aspectos básicos referentes ao empreendedor:

1. Iniciativa para criar um novo negócio e paixão pelo que faz;
2. Utiliza os recursos disponíveis de forma criativa transformando o ambiente social e econômico onde vive;
3. Aceita assumir os riscos calculados e a possibilidade de fracassar (DORNELAS, 2005, p. 39).

Vale salientar que o projeto neoliberal prega um empreendedor com iniciativa para “criar um novo negócio” e enfatiza que este deve “assumir os riscos de sucesso ou fracasso”, retirando a responsabilidade do Estado em resolver o desemprego estrutural, ao afixar na cabeça dos trabalhadores que as oportunidades estão disponíveis, e que ele é quem deve reunir as condições necessárias para seu desenvolvimento pessoal/social. Com isso, o empreendedorismo

[...] passa a se constituir num conceito-chave para a compreensão da atual forma de articulação entre economia e educação, proposta pelos ideólogos do capital, e incorporada por inúmeras entidades da sociedade civil identificadas com as causas dos trabalhadores. Diante da retração do mercado de trabalho formal, as práticas informais e as alternativas de auto-emprego se intensificam cada vez mais (CÊA, 2007, p. 311 apud AMARAL, 2018, p. 59).

Assim, o indivíduo passou a ser responsabilizado pela identificação das oportunidades, ainda que o contexto lhe fosse desfavorável. Hisrich (2009) advertiu que as oportunidades e suas avaliações seriam tarefas bem complexas, uma vez que a maioria das boas oportunidades de negócio não surge ao acaso; pontuou ainda que a avaliação poderia ser o elemento mais crítico do processo de empreender, por considerar o retorno necessário em relação aos recursos exigidos de um determinado produto ou serviço em seu teor de rentabilidade.

Não obstante, Amaral (2018) destacou que a apreensão dos aspectos desse processo demonstra o quão complexo é para o trabalhador a absorção das características necessárias para se ter “empregabilidade” e/ou atuar enquanto um empreendedor; trabalhador este que vem sendo excluído socialmente em decorrência do desemprego estrutural e obrigado a arcar sozinho com uma responsabilidade que deveria ser estatal. Dessa forma, o indivíduo passou a ser excluído das condições gerais que a sociedade deveria propiciar aos seus cidadãos, salientando que esta exclusão social é capaz de anular a cidadania – e o desemprego surge como a principal forma pela qual a exclusão social se revela, uma vez que “1) a parcela populacional atingida é muito grande; 2) e está em crescimento constante; [...]; 4) e agrava outras formas de exclusão social” (MOURA, 1998, p. 111).

Singer (2006) assinalou que o Estado que preconiza a empregabilidade e o empreendedorismo é o mesmo Estado individualista que vê as instituições que protegem o trabalhador como obstáculos à expansão econômica e empregatícia. Essa visão individualista que o Estado neoliberal propôs se transformou em um grande problema para os trabalhadores, pois defende medidas que reforçam a acumulação do capital, vindo a desestruturar as instituições de bem-estar social e a desregulamentar o mercado de trabalho.

Amaral (2018) pontua que

Os defensores dessa ótica atribuem a maior parte da desigualdade às tentativas bem intencionadas, entretanto incapazes, de resolvê-la através das instituições. Eles enxergam a origem da desigualdade nas naturais e inevitáveis diferenças entre os indivíduos, pois entendem que nem todo o mundo tem ambições materiais, e fatores como sorte e dons inatos desempenham também o seu papel na explicação da desigualdade (AMARAL, 2018, p. 60).

De acordo com Singer (2006) essa visão individualista preconizou uma noção própria de desigualdade, ao entender que os indivíduos são livres para buscarem seus interesses, independentemente dos resultados que alcançarem, não havendo sentido uma comparação entre situações, já que nem sempre almejam os mesmos objetivos. Quanto à distribuição de renda, visando o combate da pobreza e a diminuição da desigualdade, o pensamento individualista/reducionista do Estado neoliberal percebeu esses esforços como o caminho mais viável e eficiente para a instituição de um “exército de pobres profissionais”, ao defender o princípio do incentivo ao pobre para que este ajude a si mesmo a sair da pobreza, através do seu trabalho duro e de hábitos de autodisciplina, por exemplo.

O autor supracitado ainda enfatizou que o pensamento individualista, ao propor a transferência de responsabilidade do Estado para o indivíduo, concebeu tal inclusão como resultado das ações individuais (com a abertura de novos negócios, a competição pelos empregos, a busca por qualificação profissional, etc.), mas ignorou “[...] a barreira representada pela falta de capital e [enfatizou] a importância da dedicação, vontade e persistência” (SINGER, 2006, p. 62).

Diante deste cenário, Amaral (2018) aponta que para que o trabalhador desempregado se transformasse em um empreendedor inúmeras barreiras seriam sobrepostas: um dos problemas no processo de criação de um novo empreendimento estaria presente na obtenção de financiamento, pois

[...]. O pretense empreendedor [precisaria] considerar se [iria] contrair uma dívida ou [iria] utilizar seu capital próprio. Bancos comerciais [poderiam] ser uma opção, quando [houvesse] garantia disponível, contudo, geralmente são cautelosos ao emprestar dinheiro, principalmente para novos empreendimentos, uma vez que não desejam incorrer em maus empréstimos. O grande problema [estaria no fato de] que o trabalhador que se encontra excluído socialmente no exército de reserva, na maioria das vezes, não tem o histórico, os ativos ou algum outro componente necessário para conseguir crédito nas instituições financeiras (AMARAL, 2018, p. 61).

Assim, Dornelas (2005, p. 175) ressalta que muitos empreendedores teriam dificuldades em obter financiamento devido às “[...] exigências estabelecidas pelos agentes financiadores (bancos de varejo, principalmente), das altas taxas de juros

cobradas e das dificuldades em pagar os empréstimos depois de concretizado o acordo”, o que demonstra que tais barreiras seriam difíceis de se transpor, uma vez que apenas a dedicação, a vontade e a persistência não seriam fatores suficientes ao empreendedorismo. Destarte, aqueles trabalhadores desempregados que conseguissem montar uma empresa, normalmente se utilizariam de recursos próprios (como poupança, casa, automóvel, terrenos, indenizações trabalhistas, FGTS, etc.) e, por vezes, ainda contrairiam dívidas.

No entanto, Hisrich (2009) pontua que montar um empreendimento não seria uma garantia à ‘resolução’ do desemprego, pois no contexto capitalista, sob a ótica neoliberal e globalizada, a política econômica governamental, mesmo com suas especificidades, ao se direcionar para a estabilidade monetária poderia acabar desprezando o crescimento econômico, o que poderia levar o meio empreendedor à estagnação e à falência.

Desse modo,

[...] a empregabilidade e o empreendedorismo enquanto alternativas ideologicamente apontadas pelo Estado neoliberal, se configuram em uma estratégia ineficaz para resolver o problema do desemprego estrutural provocado pelo capitalismo e suas crises (AMARAL, 2018, p. 63).

As melhorias das condições de empregabilidade da força de trabalho nunca foram verdadeiramente comprovadas ou expressaram um relevante impacto positivo sobre o emprego, uma vez que o problema deriva do modelo de desenvolvimento econômico que vem sendo utilizado. Vale destacar que

[...] quanto mais se recrudesce a crise do desemprego e do trabalho informal e inseguro, mais a utilização de noções — como a de empregabilidade — ganha espaço ideológico, mistificando as condições de superação desta adversidade por não levar em conta seus fatores objetivos e transferir as possibilidades de seu equacionamento para o campo das subjetividades humanas (ALBERTO, 2005, p. 324 apud AMARAL, 2018, p. 63).

Ao incentivar a empregabilidade e o empreendedorismo, o Estado neoliberal na verdade buscou evitar que a classe trabalhadora alcançasse níveis extremos de miserabilidade, que poderiam ser muito mais dispendiosos aos custos sociais e políticos. Com essa estratégia, o Estado visou a exoneração de suas funções na elaboração de políticas que ampliassem o número de vagas no mercado de trabalho, se abstendo de tal realidade e “[...] buscando mostrar que [fazia] sua parte, incentivando os programas de qualificação que [poderiam] ampliar a empregabilidade e o empreendedorismo do trabalhador” (ZEN, 2007, p. 130).

Dessa forma, Amaral (2018) pontua que se torna extremamente contraditório o incentivo à empregabilidade sem a devida criação de postos de trabalho, ao passo que também é paradoxal o incentivo ao empreendedorismo quando da existência de uma política econômica imposta pelo capital que não tem como regra o crescimento da economia, mas a financeirização do capital<sup>38</sup> em virtude do investimento produtivo.

Assim, a condição do trabalhador formal foi cada vez mais afetada pela persistência do desemprego e do incentivo ao trabalho temporário e flexível, bem como ao empreendedorismo. Segundo Bezerra (2016, p. 92), diante do cenário de crise, o capitalismo se redimensionou “[...] utilizando o mesmo comportamento de extrair, o quanto necessário, o sobretrabalho dos que ainda estão ativos”, intensificando, dessa forma, a exploração através do incentivo às grandes produtividades, mas evidenciando novos ciclos de crises.

Percebe-se, portanto, que

[...] o desemprego tem um duplo caráter: tanto ele é funcional ao sistema do capital, e, portanto, uma demanda não integrável, quanto uma dinamite social, porque sua permanência perturba a reprodução social. Com esta característica contraditória, resta ao sistema do capital responder às

---

<sup>38</sup> Transformação estrutural no processo de acumulação de capital, em que o papel tradicional das finanças como servidor útil da produção se inverteu. Foster (2009, p. 24) aponta que “A questão da financeirização do processo de acumulação de capital foi enfatizada um quarto de século atrás na *Monthly Review* por Harry Magdoff e Paul Sweezy em um artigo sobre “Produção e Finanças”. Iniciando com uma teoria (denominada de “tese da estagnação”) que via a explosão financeira como uma resposta à estagnação da economia, eles argumentavam que ela ajudava a ‘compensar o excesso de capacidade produtiva da indústria moderna’ através de seu efeito direto sobre o emprego e indiretamente pelo estímulo à demanda criado pela apreciação dos ativos (conhecido hoje como “efeito riqueza”)”.



consequências do desemprego em benefício do próprio sistema (BEZERRA, 2013, p. 165).

Esta característica do capital vem suscitando uma vulnerabilidade na reprodução da sociedade, afetando o próprio sistema ao desempregar uma grande massa de trabalhadores para, enfim, responder à crise. E nessa tentativa, procura responder suas próprias necessidades de acumulação e expansão sem se preocupar com as necessidades humanas, não proporcionando mais o desenvolvimento humano, devido à degradação da própria existência do homem enquanto ser social implicada pelo próprio sistema.

Mészáros (2007) salientou o crescimento, cada vez mais pungente, do desemprego, como resultado da crise estrutural do capital, ao se apresentar como “[...] um traço dominante do sistema capitalista como um todo” (p. 145). A tendência contraditória<sup>39</sup> do desenvolvimento globalizado inerente à lógica do capitalismo impôs à humanidade o trabalho precarizado, com inclinação a opressão da classe trabalhadora.

Do mesmo modo em que o capital se expande, também avançam as condições degradantes e a pauperização da classe trabalhadora. O acirramento do desemprego e da precarização do trabalho ampliam a concorrência e a desmobilização da classe trabalhadora, pois a necessidade obriga à permanência no trabalho a qualquer custo, mesmo que para isso sejam sacrificados os direitos anteriormente adquiridos.

Iamamoto (2008a), ressalta que

*As alterações no padrão de acumulação capitalista, sob a hegemonia do capital financeiro, em resposta à crise do capital que eclodiu no cenário internacional nos anos 1970, vêm se consubstanciando no que David Harvey qualifica de “acumulação flexível”. Impulsionadas pela revolução tecnológica [...] e pela robótica, verificam-se profundas alterações no âmbito da produção e comercialização, nas formas de gestão da força de trabalho, na estruturação dos serviços comerciais, financeiros etc. (IAMAMOTO, 2008a, p. 112, grifo da autora).*

---

<sup>39</sup> Tendência de acumulação desenfreada de lucro, baseada no acirramento da desigualdade social.

Portanto, o desemprego tornou-se um instrumento de controle social, sendo necessário ao capital quando passou a representar o excesso populacional dominado por um salário estipulado, em que a produção da mais-valia seria intensificada e acompanhada pela barbárie da contradição entre classes e pela miserabilidade social.

Mészáros (2011) ao salientar o “futuro do trabalho”, ressaltou que tal categoria não parece mais fazer parte do processo de produção, pois, em vez disso, é o trabalhador quem passa a fazer parte desse processo, agora não mais como ator principal, mas como um coadjuvante observador e regulador, em que “[...] não é o trabalho humano direto que ele próprio realiza nem o tempo durante o qual ele trabalha [que conceitua o trabalho], mas antes a apropriação de seu próprio poder produtivo geral” (p. 1056); ou seja, o trabalho, no capitalismo, passou a representar a supressão e o domínio do desenvolvimento social, por se tratar da ‘pedra fundamental’ da produção e da riqueza no sistema capitalista.

Entende-se ainda que o Estado, enquanto mediador das relações de produção e trabalho e das relações jurídicas que garantem a extração da mais-valia, historicamente abriu e expandiu as fontes de oxigenação do capital, através da regulamentação e do barateamento da força de trabalho, aprimorando e criando as legislações que mantêm a sua subsunção de forma intensificada.

Com isso, um conjunto de políticas públicas diversas e sociais foi difundido pelo Banco Mundial a partir de 1990, especialmente nos países periféricos (como foi o caso do Brasil), visando o ajuste econômico de enfrentamento à crise. O foco destas políticas era articular as necessidades do capital financeiro e do Estado à subsunção real e ideal do trabalho, tendo em vista um novo formato de controle social. É sobre tal temática a que nos desdobraremos no capítulo seguinte, buscando apreender as novas estratégias do Estado frente ao desemprego, com o aparato das políticas públicas do pós-1990, e quais foram (e são) as implicações destas no cenário brasileiro.

## **2.4 Política Social e mercado de trabalho no Brasil: uma análise introdutória**

Levando em consideração o processo de constituição da Política Social na contextualização histórica, e tendo em vista a discussão do próximo capítulo que abarcará as estratégias de enfrentamento do desemprego na realidade brasileira, entendemos que se faz necessária uma discussão, ainda que breve, sobre o percurso da Política Social no Brasil, atrelado ao mercado de trabalho, e quais suas inferências ao desemprego aqui postulado, até meados de 1980.

Como já analisamos anteriormente, foi com a instituição do capitalismo que surgiu a política social, pautada nas mobilizações oriundas das revoluções industriais do século XIX. Entendida como estratégia de intervenção estatal nas relações sociais do mundo da produção, a política social foi relacionada a um processo de mediação, como estratégia entre interesses conflitivos.

Já no contexto brasileiro, as políticas sociais estão relacionadas às condições vivenciadas pelo País quanto aos seus níveis econômicos, políticos e sociais. Vistas como mecanismos de manutenção da força de trabalho, em alguns momentos, e como conquistas dos trabalhadores, em outros (ou ainda como bonança das elites dominantes), bem como um instrumento da garantia de aumento da riqueza ou ainda de garantias dos direitos do cidadão, seu entendimento perpassa por um complexo de significados.

Behring e Boschetti (2011) constataam que seu surgimento no Brasil não acompanhou o mesmo processo histórico dos países de capitalismo central – assim como o foi todo o processo de formação social brasileira –, uma vez que não houve no Brasil escravista do século XIX a radicalização das lutas operárias, por exemplo.

Com isso,

[...]. A questão social já existente num país de natureza capitalista, com manifestações objetivas de pauperismo e iniquidade, em especial após o fim da escravidão e com a imensa dificuldade de incorporação dos escravos libertos no mundo do trabalho, só se colocou como questão política a partir da primeira década do século XX, com as primeiras lutas de trabalhadores e as primeiras iniciativas de legislação voltadas ao mundo do trabalho (BEHRING, BOSCHETTI, 2011, p. 78).

Sobre isso, Iamamoto e Carvalho (2014) destacam que a generalização do trabalho livre numa sociedade regida pela marca recente da escravidão, ligou

diretamente a contextualização da questão social ao cenário brasileiro, ao salientar que o trabalho livre que aqui se generalizou esteve pautado em circunstâncias históricas tais que a separação entre os produtores de seus meios de produção se deu fora dos limites da formação econômico-social brasileira, já que não vivenciamos a acumulação primitiva clássica – e isso, por sua vez, marcou profundamente os desdobramentos do desenvolvimento brasileiro.

No caso do Brasil, e como uma caracterização dos espaços periféricos, a subsunção real do trabalho ao capital estabelecida pela expropriação e pela concentração de terras – fatos estes permeados pela intervenção/repressão estatal, expressando os traços do processo capitalista. Assim, as expressões da questão social no país tiveram um caminho de enfrentamento diferente do que foi verificado nos países de capitalismo central, o que distanciou o Brasil do modelo de Estado de “Bem-Estar Social” caracterizado socialmente.

Com o fim legal do trabalho escravo, a burguesia agrária buscou legitimar o trabalho assalariado e, com isso, a forma que deveria assumir sua dominação passou a ser uma inquietação. Além da extração da mais-valia, a construção ideológica para sujeição do trabalhador livre se fazia necessária, uma vez que a concepção do trabalho como fonte de riqueza precisava ser difundida.

Para tanto, o Estado

[...] restaurou estruturas pré-modernas para manter sua estratégia econômica e territorial nas especificidades da acumulação capitalista dependente brasileira. Por isso que, logo após a “independência”, a liberdade do trabalho em sua afirmação plena, implicaria em perda da unidade territorial. Isso engendraria a fusão, não menos conflituosa, de relações pré-capitalistas de extração do excedente do trabalho. A burguesia industrial nascente foi incapaz de se autonomizar da oligarquia agrária e realizar as tarefas típicas das revoluções burguesas “clássicas”, nas transformações econômicas e políticas do país (OLIVEIRA, 2017, p. 92).

Destarte, o perfil histórico das elites agrárias e da burguesia industrial se intercalou às ações que visavam o ajuste necessário ao mercado de trabalho capitalista de cunho nacional, ao levar em consideração as vantagens históricas da escravidão que garantiram tanto um excedente populacional quanto a instituição das

relações de formalização do trabalho que surgiram posteriormente, o que veio a alimentar a superexploração do trabalho imposta pelas bases imperialistas do capital.

Desse modo, estudos econômico-sociais ressaltam que foi a partir da República Velha<sup>40</sup> que o assalariamento, como regime de trabalho, passou a ser difundido no país, uma vez que suas estruturas produtivas ainda eram marcadas por características agrário-exportadoras. Assim, os efeitos do Imperialismo e o peso da propriedade da terra nas relações econômicas e sociais passaram a ser evidenciados quando das políticas de valorização, como o foi com a política do café adotada em 1906 (conhecida como o Convênio de Taubaté), como uma espécie de equilíbrio na balança comercial brasileira, bem como com o financiamento de ferrovias e portos necessários ao desenvolvimento industrial. Contudo, nem todos gozariam dos regulamentos do trabalho livre, uma vez que apenas uma elite de trabalhadores brancos, de funcionários públicos e do setor de transporte deteriam tais direitos, já que a intervenção do Estado era limitada e o trabalhador era responsável pelo seu próprio bem-estar.

Sobre isso, Iamamoto e Carvalho (2014) ressaltam que a constituição do mercado de trabalho brasileiro, quando do momento em que o capital se libertou do custo de reprodução da força de trabalho, esteve pautada na absorção desta força quando de sua transformação em mercadoria, e sua manutenção e reprodução passaram a ser responsabilidade do próprio operário e de sua família, através do salário.

Desse modo, o trabalhador livre passou a ter diante de si

[...] não um senhor em particular, mas uma classe de capitalistas, à qual [passou a vender] sua força de trabalho. Sua sobrevivência se [vinculou] ao mercado de trabalho dominado pelo capital e, apesar do caráter aparentemente individual dessa vinculação, [foi] aqui que [apareceu] ainda mais claramente seu conteúdo social. Como vendedor livre de sua força de trabalho – a certo estágio de desenvolvimento da produção capitalista – [sucumbiu] inexoravelmente à exploração desmedida do capital. Sua existência e reprodução só se [tornaram] possíveis enquanto elemento de uma classe social, através da “verdadeira guerra civil” que [travava] com a

---

<sup>40</sup> Primeira fase da República brasileira, que se estendeu da Proclamação da República em 15 de novembro de 1889 até a Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas.

classe capitalista para garantir e ampliar suas condições de existência (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 134).

Com isso, o operariado desenvolveu uma capacidade de luta defensiva, tendo em vista a exploração abusiva pela qual era sujeito, luta esta que passou a ser considerada pelo restante da sociedade burguesa, em determinado momento, como uma ameaça aos valores morais, religiosos e ordenativos da conjuntura pública. Isso impôs a necessidade do controle social da exploração da força de trabalho, consubstanciando que a compra e venda desse tipo de mercadoria (força de trabalho) saísse da esfera mercantil e constasse, por sua vez, na imposição regulamentar jurídica do mercado de trabalho, contando com a intervenção do aparato estatal.

Assim sendo, as Leis Sociais, como bem destacam Iamamoto e Carvalho (2014), passaram a representar a parte mais importante dessa regulamentação, ao surgirem no momento em que as condições de existência do proletariado foram retratadas para a sociedade brasileira através dos grandes movimentos sociais desencadeados frente a conquista de uma cidadania social (em que a criação dos direitos sociais resultou da luta de classes e expressou a correlação de forças predominante). Os autores supracitados apontam ainda que

As Leis Sociais [surgiram] em conjunturas históricas determinadas, que, a partir do aprofundamento do capitalismo na formação econômico-social, [marcaram] o deslocamento da questão social de um segundo plano da história social para, progressivamente, colocá-la no centro das contradições que [atravessavam] a sociedade. Ao mesmo tempo, a questão social [deixava] de ser apenas contradição entre abençoados e desabençoados pela fortuna, pobres e ricos, ou entre dominantes e dominados, para constituir-se, essencialmente, na contradição antagônica entre burguesia e proletariado, independentemente do pleno amadurecimento das condições necessárias à sua superação (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 135).

A nova qualidade assumida pela questão social nos grandes centros urbanos-industriais derivou, deste modo, do crescimento numérico do proletariado e da solidificação da solidariedade política e ideológica, enquanto fatores basilares à construção e à possibilidade, tanto objetiva quanto subjetiva, de um projeto alternativo à dominação complexa da burguesia frente a realidade social.

Behring e Boschetti (2011) ressaltam que a luta de classes desde os primórdios da conjuntura dos direitos sociais no Brasil, perpassa um complexo cenário de lutas em defesa dos direitos de cidadania, envolvendo a constituição da política social no país – ainda que se observassem medidas esparsas e frágeis de proteção social no cenário brasileiro até a década de 1930:

Até 1887, dois anos antes da proclamação da República no Brasil (1889), não se [registrou] nenhuma legislação social. No ano de 1888, [houve] a criação de uma caixa de socorro para a burocracia pública, inaugurando uma dinâmica categorial de instituição de direitos que [seria] a tônica da proteção social brasileira até os anos 60 do século XX. Em 1889, os funcionários da Imprensa Nacional e os ferroviários [conquistaram] o direito à pensão e a 15 dias de férias, o que [iria] se estender aos funcionários do Ministério da Fazenda no ano seguinte. Em 1891, tem-se a primeira legislação para a assistência à infância no Brasil, regulamentando o trabalho infantil, mas que jamais foi cumprida, confirmando a tendência anteriormente sinalizada da distância entre intenção e gesto no que se refere à legislação social brasileira. Em 1892, os funcionários da Marinha [adquiriram] o direito à pensão (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 79-80).

Até 1923 (considerado o ano-chave para a compreensão do formato da política social brasileira, com a aprovação da Lei Eloy Chaves), a passagem para o século XX havia sido marcada pela formação dos primeiros sindicatos (em 1903, na agricultura e nas indústrias rurais, e em 1907 aos demais trabalhadores urbanos); pela redução legal da jornada de trabalho para 12 horas diárias (em 1911 – ainda que a lei não tenha sido assegurada); e pela regulamentação da questão dos acidentes de trabalho no Brasil, pela via do inquérito policial e da responsabilidade individual, quando das condições coletivas de trabalho (em 1919).

A constituição das políticas sociais brasileiras carregou em si as marcas da escravidão, da diversidade regional, do perfil do Estado territorialista e repressor, como já indicamos anteriormente, com o propósito de servir aos objetivos da elite dominante através da criação de um sustentáculo social pautado na territorialidade das cidades, enquanto lócus do emprego formal.

Sendo assim, em fins do século XIX e início do século XX a regulamentação pública da questão social, via repressão, veio a ser evidenciada inicialmente pela perseguição e expulsão aos estrangeiros integrantes de movimentos sindicais (uma

vez que os sindicatos passaram a atuar de forma mais intensa nas empresas), e pela discussão em torno aos direitos sociais que passou a figurar na agenda estatal, nos jornais e na imprensa, a partir de 1917. Com isso, foi criado o Departamento Nacional de Trabalho (em 1917), instituindo a primeira lei trabalhista de alcance nacional – que funcionou como uma apaziguadora dos ânimos pós-greve, bem como justificativa à participação do Brasil no Tratado de Versalhes, quando da instituição da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Em 1926 houve a ruptura com a ordem liberal, momento em que o Congresso Nacional passou a legislar diretamente sobre o trabalho; em seguida foi instituída a lei de férias, o código de menores (para menores de 14 anos), e a licença maternidade (com um prazo de trinta dias antes e depois do parto). (BARBOSA, 2008).

D'Araújo (2007) apontou que a virada do século XIX marcou a criação das primeiras leis sociais e sindicais (com benefícios aos funcionários públicos e depois aos privados), bem como foi capaz de destacar ações mais focalizadas aos menores e às mulheres, no século XX: em 1917 foi criada a Comissão de Legislação Social na Câmara dos Deputados, visando ordenar a legislação trabalhista no país; em 1923 a Lei Eloy Chaves criou a Caixa de Aposentadorias e Pensões (CAPS)<sup>41</sup> para os ferroviários; também em 1923 houve a criação do Conselho Nacional de Trabalho, vinculado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio; e antes de 1930, algumas categorias profissionais já vinham sendo beneficiadas com leis de proteção contra acidente de trabalho e a lei de férias – ainda que o governo não dispusesse de recursos para fiscalizar seu cumprimento.

Destarte, Oliveira (2017) ressalta que

A política social executada após 1930 não entrou em conflito com os padrões de acumulação capitalistas, mas, permitiu o alinhamento entre os interesses das elites dominantes e os sindicatos de trabalhadores urbanos. Já na Europa, o reconhecimento de direitos sociais foi produto da intensa e histórica luta política dos trabalhadores para torná-los universais (desde o século XIX, sendo consumado no Pós-guerra). Tampouco se pode comparar o sistema corporativo brasileiro com o papel dos sindicatos no modelo clássico social-

---

<sup>41</sup> Mecanismo que assegurava aos trabalhadores ferroviários, como benefício, o direito à aposentadoria (tanto por velhice, como por invalidez), o direito à assistência médica (tanto para si quanto para sua família), o recebimento de pensão (pelos seus familiares) e a compra de medicamentos a baixo preço. Posteriormente, tal mecanismo se expandiu para outras categorias profissionais.



democrata de “parceria social” que aproximava relações industriais e representação de interesses (OLIVEIRA, 2017, p. 96).

Vale destacar também que este período foi marcado pela política de Vargas (pautada na conhecida Era Vargas, de 1930 a 1945), que era centrada no controle das relações estabelecidas entre capital e trabalho, e isso fez com que sua maior engenharia política estivesse pautada na introdução das classes trabalhadoras na agenda estatal, através da politização da questão social, retirando-a da criminalização, mesmo que seu enfrentamento, por vezes, atuasse via deportação, tortura, cárcere e instituição de leis de segurança nacional.

A autora supracitada também apontou que o subdesenvolvimento nacional, como produção da dependência da inserção dos países periféricos na Divisão Internacional do Trabalho (DIT), passou a ser necessário e adquiriu consistência a partir da industrialização por substituição das importações. A especificidade deste subdesenvolvimento estaria relacionada à articulação entre a agricultura de subsistência (que produzia um excedente capaz de financiar a acumulação urbana), o sistema bancário, o financiamento industrial e o barateamento da reprodução da força de trabalho nas cidades. Desse modo, o pilar deste barateamento era o “exército de reserva”, que se via ocupado em atividades informais, prioritariamente.

Para Iamamoto e Carvalho (2014), a definição desta força de trabalho urbana estaria pautada no crescimento e na formação desordenada/acelerada dos espaços urbanos, que passaram a se caracterizar como “abrigo” dos expropriados do campo, e tal realidade foi explicitada pelo êxodo rural, enquanto evidência da expansão das relações capitalistas no campo, em que parte destes trabalhadores foi excluída do mercado de trabalho formal, vindo a estabelecer as características basilares do exército industrial de reserva das cidades.

Desse modo, foi com a implementação do processo de industrialização na década de 1930 que ficaram marcadas as principais mudanças na estrutura econômica do país, tendo em vista o novo modelo de produção instituído. Durante este processo, o mercado de trabalho brasileiro foi definitivamente estruturado, quando da inauguração do período de Consolidação das Leis Trabalhistas, uma vez que os programas previdenciários passaram a ser demarcados positivamente.

A gestão de Vargas<sup>42</sup> seguiu a referência de cobertura de riscos dos países desenvolvidos, através da regulação dos acidentes de trabalho, da instituição das aposentadorias e pensões, seguindo com os auxílios doença, maternidade, família e seguro-desemprego, ainda que o desenvolvimento estatal do país exprimisse características corporativas e fragmentadas, quando comparadas à universalização das políticas clássicas.

Por isso, mesmo diante de tais medidas, não se podia configurar a existência de uma política social efetiva de proteção ao trabalhador<sup>43</sup>, principalmente aos desempregados, pois a inserção destes marcos regulatórios era restrita à pequenos grupos e favorecia o aumento da pobreza, através de um mercado de subsistência que se encontrava fora do núcleo formal da economia e dos direitos sociais, o que, por sua vez, intensificava o excedente da força de trabalho.

Teixeira (2006) ressaltou que a nova dinâmica estabelecida pela ordem capitalista no Brasil acabou fornecendo as bases para a instituição do salário mínimo em 1940, bem como a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), tendo em vista a busca pela sistematização das medidas legais de garantia dos direitos trabalhistas, através da estabilidade no emprego, e logo após instituiu o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), as férias, a licença maternidade, os direitos previdenciários, as normas de segurança e saúde, entre outras medidas.

Com tais regulamentações, houve o avanço do assalariamento no Brasil, vindo a resultar na heterogeneidade estrutural do mercado de trabalho, em que grande parte da mão de obra passou a constituir um considerável contingente de trabalhadores no setor informal. Sobre isso, Silva e Yazbek (2008) destacaram que ainda que a oferta de mão de obra se fizesse abundante, a baixa qualificação técnica e a baixa

---

<sup>42</sup> “Dentre o conjunto de leis de cunho social do governo Vargas temos a criação do Ministério do Trabalho em 1930, a criação da Carteira de Trabalho em 1932 e do Ministério da Educação e Saúde Pública, bem como o Conselho Nacional de Educação. Também os IAPs (Institutos de Aposentadorias e Pensões) criados em 1933 foram expandidos cobrindo os riscos de capacidade laborativa” (OLIVEIRA, 2017, p. 97).

<sup>43</sup> Atreladas à ausência de políticas de emprego de proteção ao trabalhador desempregado, foram implementadas as primeiras medidas de uma política ativa de emprego, tais como: a criação de escolas de formação e qualificação da força de trabalho jovem (em 1940), através do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e das Escolas Técnicas Federais, permitindo a formação de um mercado de trabalho qualificado e excedente para atender o setor urbano industrial em expansão.

organização sindical, por exemplo, sujeitavam os/as trabalhadores/as aos empregos instáveis de elevada rotatividade, conformando uma baixa produtividade individual e coletiva, enquanto fatores que afirmavam a degradação dos baixos salários. Ainda assim, o mercado de trabalho que se via estruturado pela regulação capitalista almejava um futuro de empregos estáveis, com uma maior qualificação dos trabalhadores, com possibilidades de ascensão e com melhores salários.

Diante desse contexto de mudanças na estruturação do mercado de trabalho brasileiro, as ações do Estado passaram por um tipo de redimensionamento quanto ao seu desempenho na promoção de políticas de proteção social e no estímulo à atividade econômica privada, ao se transformar em um *Estado empresário*<sup>44</sup>. Sua intervenção deveu-se à presença ativa da legislação, quando sua atuação passou a servir como um “[...] incremento urbano-industrial, tornando-o dimensão-chave da dinâmica social e constituindo as bases da poupança necessária para a industrialização, com dinâmico crescimento econômico e de postos de trabalho” (BARBOSA, 2008, p. 93).

Nos anos 1950, a função do Estado na economia brasileira passou a ser intensificada, uma vez que o Estado, ao assumir a característica de administrador-complementar do capitalismo, assegurou a criação do modelo de acumulação industrial no Brasil ao investir nas políticas de proteção ao trabalho, sob o modelo desenvolvimentista. Segundo Behring (2009, p. 135), o Estado “[...] foi demandado no sentido de proteger e administrar, de acordo com os interesses privados, o sobreproduto social”.

Desse modo, mesmo com a promoção das políticas de proteção ao trabalho, o novo modelo de desenvolvimento instituído serviu como causa e efeito da reprodução de novas desigualdades, quando a realidade social da grande massa da população não teve acesso a tal tipo de proteção, uma vez que as camadas sociais vulnerabilizadas não tiveram seu conjunto de necessidades básicas (como alimentação, energia elétrica, saneamento básico, educação, acesso a bens culturais) atendidos satisfatoriamente, ainda que em um caráter mínimo.

---

<sup>44</sup> Termo constante em “Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo”, de Silva e Yazbek (2008).

Assim, Henrique (1998) aponta que a industrialização dos anos 1950 lançou as bases para as transformações econômicas e sociais no país, mas esteve pautada na intensificação da desigualdade e no acirramento da heterogeneidade do trabalho, vindo a constituir as bases de uma nova estrutura social e de novas desigualdades de renda e de consumo, “[...] além de explicar que grande parte da população, especialmente em algumas regiões, não se beneficiava do crescimento da renda e dos novos bens de consumo disponíveis, nem do acesso à educação e a outros serviços públicos” (HENRIQUE, 1998, p. 75).

Contudo, apesar da latência oriunda da desigualdade de renda e da heterogeneidade do trabalho (diante da estruturação do trabalho formal e informal), o processo de urbanização e o ciclo de industrialização caracterizados no cenário brasileiro foram as bases que estruturaram o mercado de trabalho sob a ideologia do desenvolvimentismo; o papel estatal também foi decisivo no desenvolvimento do capitalismo no país quando ofereceu as condições necessárias ao setor de produção de bens de capital e de insumos básicos em suas expansões, através do incentivo às exportações que geraram as divisas necessárias para as compras de insumos das mercadorias que seriam produzidas internamente, e através do investimento direto na produção de máquinas, equipamentos, instalações e energia.

Bezerra (2016) destacou também que

Além do incentivo às exportações, diversas empresas estatais foram criadas para o desenvolvimento econômico, como energia, telecomunicações, siderúrgicas etc. Com as mudanças na estrutura econômica, o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho permitiu a expansão do capitalismo brasileiro, tornando possível um maior investimento no campo social e econômico, o que favoreceu o aumento dos postos de trabalho, aliado ao crescimento de sua formalização e à criação do salário mínimo. Esta realidade foi caracterizada em um momento específico das alterações políticas e institucionais no pós-64 (BEZERRA, 2016, p. 119-120).

Destarte, para além dos altos e baixos deste período de desenvolvimento, o capitalismo brasileiro também foi marcado pelo retrocesso dos direitos sociais e pela permanência da desigualdade de renda, quando da existência de deficiências nas áreas da saúde, do saneamento, da educação, da moradia, da segurança, do meio

ambiente, do transporte e da seguridade social. E isso passou a ser agravado quando os efeitos no Brasil da crise estrutural dos anos 1970 afetaram a estrutura das políticas no campo social, levando Pochmann (1998) a considerar que

[...] as políticas públicas de segurança dos trabalhadores [sofreram] significativas alterações a partir das mudanças no marco regulatório do mercado de trabalho até a crescente incorporação de empresas privadas promotoras de medidas de recolocação de mão de obra (*autoplacement*). (POCHMANN, 1998, p. 110, grifo do autor).

Oliveira (2017) também pontuou que

Somente a partir de 1970 o governo [implantou] medidas passivas de emprego, das quais destacam-se o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); Programa de Integração Social (PIS) para os trabalhadores urbanos da iniciativa privada e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor (PASEP); o PRORURAL em 1971, que ampliaria o sistema de previdência para os trabalhadores rurais, ampliado para as trabalhadoras domésticas em 1973. Também a criação do Ministério da Previdência e Assistência Social (MAPS) em 1974, que promoveria uma cobertura aos excluídos do mercado de trabalho formal. Nas políticas ativas foi instituído em 1974 o regime de trabalho temporário, em 1975 foi constituído o Sistema Público de Emprego (SPE), marcado pela criação do SINE (OLIVEIRA, 2017, p. 102).

Essas medidas de recolocação estiveram pautadas nas alterações das políticas de segurança dos trabalhadores num momento de instabilidade financeira e inflacional do Brasil, o que acarretou um aumento nas taxas de desemprego e na expansão das ocupações, tendo em vista que o país passava por uma realidade de endividamento externo e o cenário internacional vivenciava a crise da dívida externa que eclodiu em 1982. Desse modo, o endividamento passou a ser a principal restrição ao desenvolvimento econômico brasileiro, diante da elevada taxa do petróleo e das taxas de juros internacionais<sup>45</sup>.

Assim, Gonçalves (2013, p. 49) conceituou a instabilidade econômica brasileira daquele período como um “[...] desequilíbrio das contas externas – determinado, em grande medida, pelo serviço da dívida externa”, que se mostrava insustentável. Isso

---

<sup>45</sup> Isso diante do contexto da Guerra Fria no mundo e dos desmandos dos governos militares no Brasil.

fez com que o Brasil abandonasse a política de desenvolvimento continuado e passasse por uma fase de desaceleração do crescimento econômico, tendo a estagnação da renda *per capita*, a elevação da instabilidade monetária, a reconcentração da renda e as elevadas taxas de desemprego como consequências.

Essa desaceleração da economia brasileira interrompeu a geração de empregos assalariados, principalmente na produção industrial, e o aumento do desemprego nos setores formais fez com que a grande massa de trabalhadores passasse a se inserir nas ocupações precárias, “[...] do ponto de vista de sua institucionalidade, capacidade de reprodução, cobertura de direitos e nível de rendimento” (HENRIQUE, 1998, p. 95).

Desse modo, Mattoso (2000) pontuou que o desemprego urbano que surgiu nos anos 1980 deu início à precarização das condições de trabalho e à incorporação institucional do trabalho informal, demonstrando as consequências do ajuste neoliberal nos empregos da grande massa de trabalhadores, através da contenção dos salários, da derrota do movimento sindical, da queda do número de greves durante os anos 1980 e do aumento da desigualdade social.

Essa caracterização aqui postulada (ainda que mínima) do mercado de trabalho brasileiro, atrelada ao percurso da política social, confirma o postulado de que no país inexistiu a relação entre democracia, participação eleitoral e políticas sociais (ou seja, a não conformação de um Estado de Bem-Estar Social como vivenciado nos países de capitalismo central). Com uma industrialização recente e restrita, a base da organização operária não teria como fazer frente ao capital: “[...]. Em vez da falsa conciliação capital x trabalho a partir de universalização das políticas sociais, aqui houve uma adaptação da acumulação desenvolvimentista, com a cooptação da classe trabalhadora urbana e uma política social estratificada” (OLIVEIRA, 2017, p. 103).

Assim, observa-se que o mercado de trabalho brasileiro foi pautado, desde sua gênese, pelo contínuo excedente de força de trabalho, pela alta instabilidade, pela flexibilidade dos salários e pela fragilidade expressa na legislação. Também pode-se afirmar que a superexploração do trabalho se constituiu historicamente como fator de garantia do desenvolvimento das relações capitalistas nacionais, estando sintonizada ao sistema sociometabólico do capital desde o século XX.

### **CAPÍTULO III**

#### **POLÍTICA NEOLIBERAL E O CONTEXTO DO DESEMPREGO NA CONTEMPORANEIDADE BRASILEIRA**

Este capítulo discorre sobre a ação das políticas públicas difundidas pelo Banco Mundial a partir de 1990 – especialmente nos países periféricos (como foi o caso do Brasil) –, buscando apreender as novas estratégias do Estado frente ao desemprego, bem como foram (e são) as implicações destas no cenário brasileiro. Para tanto, continuaremos com as discussões sobre o mercado de trabalho do Brasil e suas conformações contemporâneas.

Como abordamos nos capítulos anteriores, o capitalismo brasileiro possui traços específicos de exploração, com a desigualdade e a precariedade das relações de trabalho enquanto caracteres complexos, quando comparados às do capitalismo central, comprovando que o Brasil seguiu um caminho marcado por contradições e singularidades próprias das economias de desenvolvimento tardio.

Com seu processo de desenvolvimento de acumulação estando baseado na produção e exportação de bens primários, bem como na produção de bens agrícolas e no extrativismo mineral (entre os anos de 1808 e 1889), a industrialização e a regulação das relações de trabalho, tendo em vista a constituição do trabalho livre, dataram entre o período de 1930 a 1980.

Nos marcos dos anos 1990, com a dita maturidade do capitalismo, o mercado de trabalho brasileiro passou a ser reestruturado sistematicamente, uma vez que as condições de superexploração da força de trabalho passaram a ser acirradas, diante das novas formas de precarização e da implementação da acumulação flexível. E nesse cenário, o desemprego no Brasil também passou por consideráveis modificações, ao ser afetado pela introdução do neoliberalismo no país.

Com a entrada do século XXI, o desemprego apresentou uma nova fase, apoiada nas medidas anticíclicas dos governos: surgem a disseminação do trabalho

temporário e por conta própria, o investimento em políticas e programas que visavam garantir a promoção do (auto)emprego, a instituição de reformas.

Ainda que o país tenha experienciado um período de relativa prosperidade socioeconômica (até meados de 2014), um novo processo de inflação culminou no retorno da elevação das taxas de desemprego – reafirmando a teoria social de Karl Marx sobre o aumento da superpopulação relativa relacionada ao desenvolvimento sistemático do capitalismo. É sobre tais contextualizações às quais nos desdobraremos aqui.

### **3.1 As estratégias do Estado frente ao desemprego: o aparato das políticas públicas do pós-1990**

Como mencionamos no capítulo anterior, o propósito das medidas intervencionistas do Estado, apoiadas nos ditames capitalistas, não era bem o de alterar a distribuição de renda, mas o de ofertar oportunidades tais que os agentes individuais alcançassem sua renda – oportunidades estas cobertas pelas políticas sociais básicas. Desse modo, aquele modelo de desenvolvimento esteve centrado nas escolhas individuais destes agentes, quanto a saída da condição de pobreza e exclusão em que se encontravam. Os incapacitados para o mercado passaram a ser o alvo destas medidas e as políticas focalizadas as bases complementares ao mercado, e não uma proteção contra seus efeitos.

Ao realizar uma leitura sobre o desenvolvimento associado à melhoria da vida dos indivíduos, bem como ao fortalecimento de suas liberdades, Sen (2000) ressaltou que a liberdade seria a causa e a consequência daquele, e que, para tanto, seria necessária a remoção das principais fontes de privação da liberdade humana, em que fatores como a pobreza, a carência de oportunidades econômicas, as degradações do meio ambiente e o enfrentamento aos Estados repressivos seriam suas características principais. Para o autor, o desenvolvimento dependeria da livre condição de agente das pessoas ao exercerem sua condição de cidadão, e caberia ao mercado uma contribuição direta ao desenvolvimento dessas liberdades.



Tendo a produção e o consumo de um indivíduo como pressuposto, enquanto esferas separadas e independentes, a teoria do *Desenvolvimento como liberdade* de Amartya Sen esteve pautada na perspectiva do assistencialismo via políticas sociais: a igualdade, para o autor, não seria avaliada quanto ao combate à desigualdade econômica (como fator de restrição à liberdade das classes trabalhadoras), mas compreenderia a disputa equânime ao acesso de um objeto específico. O desenvolvimento ressaltado consubstanciaria na liberdade de disputa dentro da lógica mercantil, em quaisquer que fossem as condições econômicas dos atores sociais envolvidos, bem como sob quaisquer limites que o mercado teria para atender a demanda posta.

A “liberdade” aqui referida seria a liberdade no e para o mercado, o que impediria o alcance do desenvolvimento via política pública, pois não visava a superação das necessidades básicas, uma vez que na sociedade de classes ela seria um mito, porque as condições dos trabalhadores seriam desiguais entre si e entre os outros (entenda-se: aos patrões), demonstrando que a maioria dos trabalhadores não teria escolha e nem seriam escolhidos ainda que representassem mercadorias aptas à venda. Isso conformou o entendimento de que a propriedade privada dos meios de produção é oposta à liberdade, já que até poderia existir a possibilidade de disputa, mas não de êxito. Desse modo, a desigualdade e o mercado seriam naturalizados, e a pobreza, a exclusão e o desemprego precisariam, meramente, de ações focalizadas.

Buscando compreender tais análises, Oliveira (2017) destacou que o autor supracitado afirmava que

[...] o desemprego não seria meramente uma deficiência de renda que poderia ser compensada por transferências do Estado (a um pesado custo fiscal), mas também uma fonte de efeitos debilitadores muitos abrangentes sobre a liberdade, a iniciativa e as habilidades do indivíduo. Embora [reconhecesse] que entre seus múltiplos efeitos o desemprego contribui para a “exclusão social” de alguns grupos e acarrete perda de autonomia, de autoconfiança e de saúde física e psicológica, [entendia se tratar de] uma responsabilidade do indivíduo decidir que uso fazer das oportunidades de emprego e quais opções de trabalho escolher. Além disso, [afirmava] que conceber o capitalismo como um sistema de pura maximização dos lucros baseado na propriedade individual de capital [seria] deixar de fora boa parte do que permitiu tamanho sucesso do sistema no aumento da produção e geração de renda (OLIVEIRA, 2017, p. 175).

Contudo, os postulados de Sen (2000) não possuem quaisquer apresentações de dados capazes de sustentar sua análise, uma vez que o autor não discute teoricamente sobre o mercado de trabalho, nem sobre a funcionalidade da superpopulação relativa ao modo de produção capitalista, o que acarretou uma visão rasa sobre a substância do mercado capitalista, a força de trabalho, como a mercadoria determinante na produção de mais-valia. Nem mesmo menciona que o Estado neoliberal continuaria assumindo a função de construtor de narrativas ideológicas e de base complementar à estrutura de funcionamento do capital, via controle do trabalho e aumento da fragilidade dos trabalhadores, diante da intensificação da superpopulação relativa (tendo em vista o desemprego).

Diante de tais constatações, Paulo Netto (2011) ressaltou duas inferências como inquestionáveis: a primeira seria que a essência exploradora da relação capital-trabalho é permanente; e a segunda, que o esgotamento das potencialidades de desenvolvimento do capital vêm se constituindo contemporaneamente, tendo em vista as reversões das conquistas civilizatórias – ainda que diversos autores tentassem negar a existência de tais contextualizações.

Sobre a primeira inferência, o autor destaca vários indicadores que permaneceriam na ótica do desenvolvimento capitalista, tais como: as extensas jornadas e a intensificação do trabalho; a defasagem entre as rendas capitalistas e a massa salarial (resultando na extração de mais-valia absoluta e relativa); a recuperação de formas de trabalho oriundas da instauração do capitalismo (como o trabalho em domicílio e o escravo, por exemplo). Já na segunda, estando em relação direta com a primeira, residiria o retrocesso do processo civilizatório da ordem burguesa, com sua produção destrutiva, em que a financeirização especulativa da riqueza, o desperdício, a obsolescência programada, e a degradação cultura seriam seus elementos definidores.

Diante deste processo, o Estado se viu “obrigado” a reassumir sua repressão sobre as classes oprimidas, vistas como perigosas, e sua hipertrofia repressiva uniu-se a outra dimensão coesiva e legitimadora da nova filantropia: o novo assistencialismo que saturou as várias iniciativas, fossem elas estatais, privadas e/ou mistas (mediante as parcerias público-privado), configurou as políticas sociais

implementadas a partir dos anos 1980-90 para enfrentar o quadro da pauperização contemporânea da questão social e suas novas expressões (PAULO NETTO, 2012).

Este quadro contemporâneo da questão social era constituído por traços precários universais e exprimia as transformações do mundo do trabalho ajustados à necessidade do novo controle social, em que para ser assistido seria necessário que o indivíduo comprovasse sinais de sua incapacidade, quanto à miserabilidade, para que a intervenção do Estado fosse minimamente acionada. Com isso, Castelo (2012) observou que o pauperismo oriundo deste processo não era atrelado à dinâmica capitalista, mas às falhas de mercado e a não dotação de certos ativos pelos trabalhadores (entenda-se: pobres).

Destarte, Leher (2010) pontuou que a crise de 1970 agravou a questão social em três dimensões: através do aprofundando da expropriação e da retirada de direitos sociais, fazendo com que os/as trabalhadores/as dependessem ainda mais da venda da sua força de trabalho; através da expansão do exército industrial, tendo em vista a reterritorialização planetária constituída na luta de classes; e através do discurso e da prática dominante do aparato neoliberal, que fizeram com que as políticas sociais perdessem seus traços universais oriundos do Estado de Bem-Estar.

A primeira dimensão retratou o aprofundamento das expropriações em curso, tendo em vista as extensas faixas populares disponíveis ao mercado, expressas por uma população livre e despossuída dos meios para assegurar sua sobrevivência. Essa expropriação – dos já expropriados – também atingiu os direitos sociais e os trabalhistas, quando da quebra da resistência tradicional dos trabalhadores, que atuava contrariamente às desterritorializações e às flexibilizações de contrato e precarizações, por exemplo. A permanência da constituição dessas populações expropriadas continuou alimentando a necessidade do mercado da venda da força de trabalho, sob qualquer modalidade ou formato social que se fizesse necessário aos ditames capitalistas.

Na segunda dimensão, as expropriações surgiram com a transição do fordismo para o padrão industrial toyotista, com seu caráter flexível: ao avolumarem, cada vez mais, a superpopulação relativa, formaram uma diversidade de sujeitos que passaram a ter poucas chances ou até nenhuma, de inserção/reinserção no mercado de

trabalho, quando em condições de desemprego, subemprego, pobreza ou miséria absoluta.

Já na terceira dimensão, ficou sublinhado que o Estado reconfigurado pela pauta neoliberal readequou as políticas sociais ao mundo do trabalho, configurando estas à base da rentabilidade, da eficiência, da terceirização dos serviços públicos e da canalização direcionada ao desenvolvimento da iniciativa privada, ultrapassando o caráter pontual e descentralizado dessas políticas.

Desse modo, é possível compreender que essas três dimensões foram intensificadas e não substituíram as velhas formas de pobreza, mas agravaram-nas. E assim, pode-se entender que os “novos pobres” passaram a ser enfatizados, com a inserção continuada dos novos desempregados, ao entrarem em cena como protagonistas através da economia solidária, do apoio à economia popular, ao microcrédito e às cooperativas. Nesse sentido, tendo o desemprego como questão emblemática, a questão social passou a ser aprofundada.

Sendo assim, a pobreza e seus adendos passaram a compor o rol de preocupações da agenda neoliberal, que se traduziam em ações técnicas focalizadas, de caráter gerencialista e comunitária, que visassem mitigar a pobreza. Com isso, seu combate surgiu na agenda de todos os países e também nos Latino-Americanos, principalmente após a década de 1990, enquanto um compromisso social prioritário, emergindo com políticas direcionadas às demandas específicas – ainda que mantivessem intocadas a propriedade privada e a apropriação da mais-valia. Pautado num viés ideológico de autoemprego e autonomia, tal compromisso refuncionalizou o trabalho informal e precário, buscando aumentar a extração do excedente e desmobilizar a classe trabalhadora. Esta estratégia visava sobrepor o trabalhador pela categoria pobre; substituir o emprego estável pelo trabalho autônomo; e refuncionalizar o trabalho informal como legado da contemporaneidade.

As teses neoliberais, buscando promover uma revolução conservadora, consubstanciaram a “resolução” dos problemas sociais à mão invisível do mercado, interpretando a desigualdade social, bem como a pobreza e o desemprego, enquanto um resultado inevitável e até mesmo aceitável da liberdade social e da iniciativa pessoal e autônoma.

À vista disso, Pereira (2010) salientou que as tendências contemporâneas da política social no mundo passaram a se exprimir através da ação minimalista do Estado, quando da garantia de direitos e do processo de provisão de bens e serviços; pela prevalência da focalização; pela seletividade no acesso dos pobres aos benefícios e direitos, bem como sua culpabilização pela situação de privação e desemprego. Também se fez presente, nesse contexto, o processo de mercantilização dos direitos sociais e a dualidade na gestão destas políticas, em que de um lado se atendiam as necessidades dos trabalhadores empregados e, de outro, o Estado, juntamente às instituições privadas filantrópicas, realizava atendimentos emergenciais aos desempregados e aos não empregáveis, que se encontravam situados à margem das oportunidades de emprego e do acesso aos benefícios oriundos do mercado de trabalho. Buscando contornar os índices de informalidade no trabalho, os governos passaram a apostar nos programas de geração de renda, com caráter de autossustentação, tanto sob a forma de empreendimentos individuais, com subsídios estatais, quanto sob a forma de economias solidárias ou cooperativadas, estando amparadas na precariedade e na desproteção trabalhista.

Destarte, sabe-se que nem de longe tais medidas elucidavam o problema do desemprego universal, uma vez que estas ações, nos países centrais, se deram pela redução da jornada de trabalho e pela expansão de trabalhos parciais, e na periferia (caso brasileiro, principalmente) ocorreu a criação de programas de transferência de renda, o apoio à formação profissional e a geração de trabalho e renda através da iniciativa dos próprios trabalhadores, contando com a expansão da informalidade e ampliação de cursos de qualificação.

Na busca ao enfrentamento das consequências do desemprego crônico/estrutural, bem como da totalidade mundial da força de trabalho qualificada e não qualificada, as personificações do sistema capitalista tentaram “resolver o problema” restringindo ou abolindo os benefícios do Estado do Bem-Estar. Mészáros (2007) ressaltou que nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, enquanto exemplos dessas ações, os desempregados passaram a ser submetidos aos preceitos dos programas de geração de trabalho dos governos, sob a ótica dos benefícios sociais. Tais medidas passaram a enfrentar os obstáculos através da flexibilidade e da desregulamentação, mas a resolução ao desemprego não ocorreu.

Oliveira (2017) ainda destacou que

Esta empreitada conduziu o capital mais uma vez para as localidades onde o trabalho excedente, menos custoso e desprotegido, sempre esteve em abundância: a periferia capitalista. Destarte, na América Latina este ideário foi marcado em 1989 pelo “Consenso de Washington” impondo um conjunto de medidas estruturais que limitavam a autonomia dos países capitalistas periféricos concedendo as condições necessárias à desregulamentação e liberalização, na garantia da soberania do mercado auto-regulável nas relações econômicas internas e externas (OLIVEIRA, 2017, p. 180).

Como meio de se livrar da crise, as incorporações da disciplina fiscal, das privatizações, da focalização dos gastos públicos, de novas medidas de propriedade intelectual, da desregulamentação das leis trabalhistas, entre outras medidas, passaram a reforçar os ditames capitalistas, ao inserir parcelas importantes e potencialmente estratégicas do mundo nas relações proletarizadas e subordinadas no novo ciclo da produção-circulação-distribuição-consumo, ditadas pelas normas de financeirização.

Desse modo, as assimetrias demarcadas dos mercados de trabalho, definidos nos centros capitalistas que exploravam a mais-valia relativa e na periferia que fornecia a mais-valia absoluta, passaram a não ter tanta definição quanto antes, tendo em vista os postulados da Divisão Internacional do Trabalho (DIT). Quando a crise estrutural passou a normatizar a exploração do trabalho, através da supressão das diferenças, o desemprego estrutural totalizante foi alinhado à subordinação financeira, diante da dinâmica econômica de redução de taxas via expansão produtiva.

Ao compreender que o intuito de oferecer condições satisfatórias às grandes corporações dos países periféricos e semiperiféricos fez com que estes aceitassem as diretrizes (im)postas pelas instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (com seus programas de rebaixamento de custos salariais e qualificação de mão-de-obra), Pochmann (2008) salientou que a nova DIT buscava polarizar a produção manufatureira nos países periféricos; já a produção de bens industriais, pautados na informatização e comunicação de serviços, estaria concentrada no centro capitalista.

Assim, o redirecionamento do controle do trabalho pelas políticas sociais não mais expressava o combate ao desemprego canalizado à empregabilidade, mas à manutenção da apropriação de mais-valia em novos formatos. A política social passou a ser enquadrada nas demandas mercadológicas, com o capital sendo o portador de juros (sendo esta sua nova roupagem de expropriador), contando com programas de formação de trabalhadores que estivessem alinhados a forma social e cívica constituída no novo formato de assalariamento, agora sem direitos e totalmente flexibilizado, e determinando que o trabalhador assumisse todos os riscos, ou disponibilizando crédito aos desempregados e pobres que “quisessem” se inserir no circuito mercantil – quando apresentassem mérito para tal.

O claro rompimento entre política social e política econômica surgiu como o mecanismo mais eficiente de defesa do capital, como bem destacou Wood (2010): expressando, verdadeiramente, uma reprodução da neutralidade aparente e impessoal do aparato estatal, tal separação exprimiu apoio ao fetiche capitalista. Como consequência, as políticas de emprego passaram a conter um significado diferente daquele interposto no Pós-Guerra, uma vez que a explosão do conjunto de programas direcionados ao mercado de trabalho daquele período, ainda que apenas em determinados segmentos, não conseguiu abarcar satisfatoriamente a tônica contemporânea. Para Gimenez (2003), a articulação destas políticas passou a ser direcionada por estratégias de garantias mínimas de direitos sociais básicos (via seguro-desemprego, acesso à educação profissional, transferência de renda etc.).

Tendo em vista a ruptura quase palpável entre as questões do mundo do trabalho e seus “tratamentos”, as políticas de emprego passaram a ser tratadas como políticas liberais de emprego, ou como determinam as instituições multilaterais, como políticas voltadas ao mercado de trabalho. E essa realidade passou a ser observada no Brasil após a década de 1990, quando da instituição do Sistema Público de Emprego – ao que nos desdobraremos a seguir.

### 3.1.1 Políticas públicas no Brasil e a legitimação das políticas de empregabilidade na contemporaneidade

Na contextualização brasileira, a instituição do Sistema Público de Emprego não ocorreu como o estabelecido nas economias de capitalismo avançado do Pós-Guerra. As políticas pontuais de proteção ao trabalhador foram implantadas no Brasil em 1960, quando o crescimento populacional, a migração rural e a ampliação dos centros urbanos expandiram significativamente a força de trabalho disponível. As taxas de crescimento econômico do período possibilitaram a incorporação de uma parcela da População Economicamente Ativa (PEA) no mercado formal de trabalho, principalmente no setor industrial e nos aparelhos estatais. O desemprego, no período, era visto como a imperfeição inerente ao baixo nível de desenvolvimento econômico do país, e essa concepção buscava explicar a baixa frequência de estímulos à criação de programas públicos de emprego e renda durante os anos 1960-70.

Desse modo, a instituição do Sistema Público de Emprego, enquanto legado social do Estado de “Bem-Estar”, quando de sua articulação para com a expansão do fordismo-taylorismo, não ocorreu no Brasil nos mesmos marcos dos países centrais do capitalismo, mas somente após a década de 1990.

As primeiras medidas, em termos de políticas públicas, foram tomadas nos anos de 1990, dando início ao que se convencionou chamar de *nova geração* de políticas de emprego. As ações públicas direcionadas a tal contexto consolidaram-se nos países centrais e apresentaram-se como meio de proteção ao trabalhador e vigor do mercado, resultando na conformação do Sistema Público de Emprego baseado nos programas de seguro-desemprego, de intermediação de mão de obra e de formação profissional. Diante da crise econômica de 1970 e da queda dos compromissos com o pleno emprego e os direitos sociais universais, tais programas foram transformados em políticas de emprego indutoras de flexibilização do mercado de trabalho e da focalização da atenção pública, enquanto ressignificação do trabalho como não direito (BARBOSA, 2012).

Essas estratégias de atuação buscavam atenuar as pressões sobre o mercado de trabalho, através de medidas que adiantavam aposentadorias, ampliavam o seguro-desemprego e atrasavam a entrada dos jovens no mercado de trabalho; bem como buscavam formas mais focalizadas de inserção no mercado aos grupos socialmente vulneráveis, ao instituir programas como primeiro emprego para jovens,



requalificação técnica e pequenos negócios – medidas estas com pautas reducionistas e impositivas, recomendadas pelas agências multilaterais: a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Assim sendo, o nascedouro de um sistema direcionado à proteção ao emprego, diante de um caráter público, que amparasse também aos desempregados do Brasil, data de 1986 com a instituição do seguro-desemprego, sendo incluído na Constituição Federal em 1988, definindo fundos específicos para as ações que envolvessem a intermediação de empregos e a qualificação profissional. Em 1990 foram estabelecidas as bases de consolidação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), voltado ao financiamento de políticas de proteção e estando baseado em uma fonte própria de recursos (o Programa de Integração Social/Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público – PIS/Pasep) para o custeamento do Programa Seguro-Desemprego. Contudo, ainda que essas medidas buscassem a proteção do trabalhador, as mudanças estruturais do capitalismo deixavam a realidade social propensa a limitações e refém de um mercado de trabalho desigual.

Destarte, a Constituição de 1988 fez com que os direitos sociais na área da previdência, da saúde, da assistência e da educação, fossem configurados como direitos fundamentais, e mesmo este fato tendo fortalecido a proteção aos trabalhadores, sendo estes empregados ou desempregados (através das políticas de seguro-desemprego, de qualificação profissional, de intermediação de trabalho e de concessão de crédito aos trabalhadores), não houve avanços necessários nos direitos coletivos, uma vez que o sistema de organização laboral pautado em sindicatos, federações e confederações manteve-se como um sistema de prevenção/resolução de conflitos laborais, tendo o aparato da Justiça do Trabalho como base de inspeção.

Em 1975, com a criação do Sistema Nacional de Emprego (SINE), em conformidade às determinações da Convenção nº 88 da OIT, objetivou-se o estabelecimento de serviços que intermediassem a mão-de-obra, a orientação e a qualificação profissional, e a geração de informações sobre o mercado de trabalho, buscando a conformação de um formato de políticas de emprego que conjugasse os serviços de recolocação e a proteção ao/à desempregado/a, ao mesmo tempo.

Este processo foi enaltecido pelo peso da financeirização que impactou o Brasil no início dos anos 1980, tendo em vista o crescimento do desemprego, a estagnação do emprego formal e o alargamento das ocupações informais – enquanto fatores de absorção da força de trabalho. Convivendo com a crise da dívida externa e com a falência das finanças públicas, a capacidade de investimento do Estado foi sendo minada, bem como a promoção do crescimento, e isso acabou demonstrando que as transformações sociais surgiram sem que o país contasse com instrumentos consolidados que protegessem, de fato, os/as desempregados/as.

Analizando o desemprego brasileiro em um nível macroeconômico, Oliveira (2017, p. 190) destacou que sua composição seria resultante do ritmo e da forma da expansão da economia nacional e da sua inserção no contexto mundial: “[...]. Como no país a base primário-exportadora tem peso em qualquer situação recorrente ao ritmo de crescimento econômico, lento ou não, a intensificação e permanência desta atividade [demandou] trabalhadores com baixas remunerações e trabalhos precários”. Já em termos microeconômicos, o desemprego teria se associado a organização das empresas, fazendo prevalecer a competição e a terceirização da força de trabalho. A baixa escolaridade também implicou no baixo aproveitamento das atividades produtivas no país, tendo em vista a separação entre conhecimento e produção, enquanto legado do desajuste existente entre economia e educação.

Com o advento da reestruturação produtiva no país, fatores como a flexibilidade, a informalidade, a terceirização, a rotatividade, a baixa proteção, o aumento da superpopulação relativa (sem contar com a instabilidade e os baixos salários), passaram a ser intensificados – uma vez que constavam na agenda histórica do mercado de trabalho brasileiro. E essa realidade passou a requerer uma redefinição do papel do Estado frente ao desmonte dos direitos sociais, diante de prerrogativas de intervenção no mundo do trabalho.

Desse modo,

[...] a ação reguladora do Estado se retraiu pulverizando os meios de atendimento às necessidades sociais dos trabalhadores entre organizações privadas mercantis e não mercantis, bem como limitando sua responsabilidade social à segurança pública, à fiscalidade e ao atendimento, por meio da assistência social e das políticas de inserção, daqueles

absolutamente impossibilitados de sobreviver. *Para assegurar esta realidade o Estado passou por mudanças, intituladas de “contrarreforma”, formadoras de cultura e sociabilidade no atendimento das necessidades sociais, sem romper com a lógica do lucro. Tal reforma tratou de transformar o cidadão sujeito de direitos num consumidor; os trabalhadores em empreendedores e os desempregados em independentes, mas sem garantia de atendimento, da assistência social (OLIVEIRA, 2017, p. 192, grifos nossos).*

A subtração das funções estatais instituiu o desmonte do estatuto social dos sistemas de seguridade, demonstrando a ineficiência no combate, ainda que mínimo, ao desemprego. Esta desregulamentação implicou diretamente nos direitos do trabalho, que passaram a ser orientados pela perspectiva individual e empreendedora, visando a ampliação da concorrência e do ideário mercadológico.

Em relação às políticas públicas, o projeto neoliberal transformou as ações estatais em fatores ultrafocalizados, alinhados aos problemas que se intensificavam socialmente. Ainda que a Constituição de 1988 tenha estabelecido o trabalho enquanto direito inalienável que deveria ser garantido pelo Estado, em conjunto às políticas sociais, tal direito fora criado em um momento em que a financeirização separava o desenvolvimento econômico da geração de emprego.

Esta conformação colocou em confronto direto os direitos trabalhistas, associados às novas formatações do Estado Nacional, para com a busca pela garantia de acumulação do capital e das estratégias de enfrentamento dos problemas alusivos ao desemprego e à pobreza. Tendo em vista as privatizações e as desregulamentações atreladas às relações trabalhistas, enquanto partes constitutivas das diretrizes de redução do Estado no meio econômico e na proteção social, o aumento do excedente da força de trabalho, que se tornou um traço basilar do mundo do trabalho brasileiro, originou-se na redução da participação estatal nos empregos e na confluência com o modelo de produção pautado na elevada composição orgânica do capital.

Com isso, Pereira (2012) traçou o perfil da política social configurada no país, classificando-a como sendo de 1) extrema ultradireita, por ser comandada pelo projeto neoliberal; 2) monetarizada, por seu amparo na meritocracia do pobre, na não concretização de direitos sociais, e por apostar em um perfil de pobres como consumidores; 3) com uma configuração de transferência de renda, que não garantia

direitos sociais; 4) como estimuladora do labor precário, uma vez que nem todos seriam inseridos no mercado formal de trabalho; 5) como descidanizada, quando direcionava a busca pelo bem-estar ao próprio trabalhador. Assim, a atuação do Estado seria pautada na instituição de soluções rápidas e menos onerosas, que caminhassem em direção à “liberdade” dos pobres da proteção social de caráter público.

Ao afugentar o aparato público-estatal da realidade do desenvolvimento social, através das privatizações e do ataque ao trabalho, o projeto neoliberal passou a ter caminho livre via terceirização do setor privado, dando prioridade ao que poderia ser negociado frente ao que deveria ser legislado. Foi assim que o desemprego se alinhou à intensificação da rotatividade da força de trabalho, tendo em vista o estímulo à concorrência entre os trabalhadores, tanto dentro como fora do mercado de trabalho. Ao entrar em curso o desmantelamento dos direitos associados às relações contratuais de trabalho, uma vez que a corrosão e a fragilidade das organizações sindicais, bem como o desmonte do setor público com as demissões e privatizações foram fatores acirrados socialmente, as condições de modificação do perfil da classe trabalhadora no Brasil passaram a constituir a tônica nacional.

Azeredo (2008) postulou que a natureza fiscal e financeira do capital, apoiada no discurso neoconservador neoliberal, corroeu os sistemas de proteção social com a justificativa de equilibrar as contas públicas. Visando enfrentar as problemáticas sociais, surgiram as políticas sociais de última geração, um tanto quanto distantes das postas pelos sistemas de proteção social do Estado de “Bem-Estar Social”: quanto aos gastos sociais, houve a redução de recursos públicos; quanto à produção, houve a instituição de novas modalidades de trabalho, oriunda da reestruturação produtiva; quanto aos valores, houve a substituição dos conceitos éticos pelo conceito do que seria mais eficiente.

Ao atacar o trabalho, em suas diversas expressões, o Estado – enquanto base material do capital – buscou garantir a contínua separação dos trabalhadores dos meios de produção, contando com a realização da mais-valia e com a institucionalização da exploração. Assim, o núcleo básico das políticas públicas de caráter social foi conformado na criação de um sistema público de emprego imerso no trabalho precário multifacetado. Diante de um cenário de desmonte das funções

estatais (de cunho social) surgiram o desemprego estrutural, a financeirização e a focalização das políticas públicas – relegando os agravos dos dias atuais.

Essa desregulamentação envolvendo o processo de trabalho veio a ser ainda mais intensificada pelo advento da terceirização, uma vez que as irregularidades nos contratos de trabalho e a ampliação da liberdade de ação às empresas passaram a constar no *rol* das normalidades sociais, através de mudanças na legislação trabalhista, ao promoverem maior autonomia aos empregadores (desde a contratação e definição da jornada até a remuneração do trabalho); da ampliação dos contratos temporários (com seus contratos por tempo determinado); e da utilização de cooperativas de mão de obra terceirizada (até mesmo falsas cooperativas).

Destarte, os traços centrais do mercado de trabalho contemporâneo, no cenário brasileiro do pós-1990, passaram a ser determinados pela associação do desemprego estrutural para com o assalariamento ilegal, pela expulsão dos trabalhadores do campo, pela desindustrialização e pela terceirização – com seu principal problema social atrelado à produção destrutiva e sua necessidade de produzir uma população superlativa e abundante.

O projeto neoliberal passou a sustentar as intervenções no universo do trabalho no Brasil, partindo de premissas tais em que a questão do emprego não seria associada às questões estruturais do capitalismo, mas à formação profissional precária dos indivíduos, salientando que o fato de estarem desempregados, ou não se engendram nas formas alternativas de obtenção de renda, estaria diretamente relacionado à falta de competência ou habilidade daqueles. Tal entendimento despolitizava as reais mudanças no mundo do trabalho e transformava-as em uma questão pessoal e individual.

Esta interpretação direcionada à realidade brasileira partiu da hipótese de que as consequências do desemprego resultariam da produtividade do trabalho, dos custos do trabalho informal (entendidos como inibidores das contratações reguladas pela CLT) e da necessidade de qualificação dos trabalhadores, diante do novo paradigma produtivo. Ramos (2003) explicou que este *diagnóstico* postulou que muitos desempregados não eram empregáveis e que os problemas do desemprego não caracterizavam o “bom funcionamento” da macroeconomia, mas os desvios do

mercado de trabalho. Com isso, fatores como a implantação no país de um sistema de formação profissional, a intermediação de mão-de-obra, bem como as iniciativas do Ministério do Trabalho via sistema “S”<sup>46</sup>, passaram a ser requeridos.

Após incorporar o projeto neoliberal, o Estado passou a atuar no mundo do trabalho através da construção do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPETR), por meios jurídicos e institucionais, visando redefinir os conteúdos das políticas sociais que antes se resumiam no seguro-desemprego.

Assim sendo, os problemas no mercado de trabalho nacional passaram a ser combatidos diretamente através de medidas frente ao desemprego, com transferências monetárias; da requalificação e reinserção da mão-de-obra, com programas de qualificação profissional e intermediação de mão-de-obra; do estímulo à geração de novos postos de trabalho, com concessão de crédito às empresas e aos trabalhadores que buscassem algum tipo de auto ocupação. Cardoso Jr., Gonzalez e Matos (2009) destacaram que os programas se diferenciavam quanto a atuação, objetivos e grau institucional, porém representavam um sistema integrado de emprego, trabalho e renda, com um complexo conjunto de programas e ações.

Os principais programas federais de emprego, trabalho e renda no Brasil foram assim classificados: a) Intermediação de mão de obra/SINE, implantado em 1977, pautado na recolocação do trabalhador no mercado, através de um conjunto de informações sobre os empregadores, reduzindo os custos e o tempo de espera do trabalhador, tendo em vista a regulamentação dos trâmites da Carteira de Trabalho; b) Seguro-Desemprego, implantado em 1986, estando pautado na assistência financeira temporária aos demitidos sem justa causa; c) Abono Salarial, implantado em 1970, pautado no pagamento de um salário mínimo anual aos trabalhadores que tivessem direito via cadastro no PIS/PASEP há mais de 5 anos e que tivessem trabalhado pelo menos 30 dias em emprego formal no ano anterior; d) PLANFOR/Plano Nacional de Qualificação (PNQ), implantado em 1995 (PNQ a partir de 2003), pautados na promoção gradativa da universalização do direito dos

---

<sup>46</sup> Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI – 1942); Serviço Social do Comércio (SESC – 1946); Serviço Social da Indústria (SESI – 1946); Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC – 1946); Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE – 1972); Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR – 1991); Serviço Social de Transporte (SEST – 1993); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP – 2001).

trabalhadores à qualificação, diante do aumento da probabilidade de emprego e trabalho, através de Planos Territoriais de Qualificação (parceria entre estados, municípios e entidades sem fins lucrativos), de Projetos Especiais de Qualificação (parceria entre entidades do movimento social e organizações não-governamentais) e de Planos Setoriais de Qualificação (parceria entre sindicatos, empresas, movimentos sociais, governos municipais e estaduais); e) PROGER-Urbano, Rural e PRONAF, implantados em 1995, pautados em linhas de crédito produtivo para micro e pequenas empresas, cooperativas e trabalhadores autônomos com interesse em investir no crescimento ou modernização de seu negócio; f) Primeiro Emprego para Juventude, implantado em 2003, pautado na qualificação de jovem e no investimento financeiro às empresas contratantes e aos empreendimentos coletivos; g) Economia Solidária, implantado em 2003, pautado na formação e divulgação de redes solidárias, através do mapeamento de experiências e constituição de incubadoras (MTE, 2016 apud OLIVEIRA, 2017, p. 201).

Tais políticas públicas de emprego, associadas ao SPETR, tiveram como sustentáculo financeiro os recursos oriundos, principalmente, do PIS e do PASEP, que constituem o FAT, e toda esta lógica foi distribuída em três áreas: as *políticas de caráter compensatório* de apoio ao desempregado, como o Abono Salarial e o Seguro-Desemprego, enquanto uma transferência temporária de renda; as *políticas ativas* focadas na qualificação profissional e no estímulo a inserção do desempregado no mercado de trabalho, como meio intermediário da força de trabalho; e as *políticas de concessão de crédito* direcionadas aos setores produtivos.

Assim, entende-se que as funções do SPETR no Brasil estiveram afinadas com as determinações da OIT, principalmente atreladas à Convenção nº 88, estabelecendo a seleção e a colocação de trabalhadores, a mobilidade geográfica e profissional, a coleta e análise de dados sobre o mercado de trabalho, a administração do seguro-desemprego, e o planejamento econômico e social, como funções do serviço público de emprego no país. Porém, o caráter tardio e parcial da implantação deste sistema não chegou a efetivar tais determinações da convenção, uma vez que o quadro estrutural de precariedade do mercado de trabalho brasileiro era constantemente alimentado pelo projeto neoliberal.

Diante disso, o sistema de geração de emprego e renda passou a atuar por meio do incentivo ao associativismo e ao cooperativismo, com foco no empreendedorismo e na economia solidária; da qualificação/requalificação profissional do trabalhador, visando o ingresso deste no mercado de trabalho como empregado ou gestor do seu próprio negócio; e por meio da concessão de linhas de créditos para financiamento dos empreendimentos, com parcerias entre as instâncias governamentais, o Sindicato de Trabalhadores, as Federações, as próprias empresas e os bancos.

Assim, as políticas passaram a ser classificadas como ativas ou passivas, em que as ativas destinaram-se à promoção de trabalho, ao aumento da empregabilidade e à criação de empregos de qualidade, através do incentivo ao aumento da capacidade produtiva e da criação direta de empregos, com políticas específicas de valorização da força de trabalho<sup>47</sup>; já as passivas destinaram-se à proteção dos trabalhadores desempregados ou em faixas salariais mais baixas (partindo de uma lógica compensatória), apoiando à inserção e reinserção destes no mercado de trabalho. Tais políticas (tanto as ativas quanto as passivas) buscaram contrapor-se à crise do mercado de trabalho, através da reformulação de conceitos e práticas.

Buscando a redução do desemprego, as políticas ativas instituíram o Programa Nacional de Formação Profissional (PANFLOR), reforçado pelo PNQ, seguido do PRONATEC (2011); em seguida, instituíram o Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER) e as iniciativas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Nas políticas passivas destacaram-se o Seguro-Desemprego e a Intermediação da mão-de-obra.

Moretto (2003, p. 270) evidenciou que a atenção pública direcionada ao trabalho entre os anos 1990 e 2000 foi uma associação de fatores que visavam “[...] transformar os desempregados e trabalhadores do setor informal em empreendedores bem-sucedidos”; porém, a repercussão desses programas, diante da dinâmica econômica estrutural não favorável à autonomia e sustentabilidade do país, e do

---

<sup>47</sup> Mehedff (2001) apontou que as políticas ativas contavam com o aumento da escolaridade básica, com a qualificação/requalificação profissional e com o crédito aos micro e pequenos empreendimentos formais e informais, através da melhoria da oferta do trabalho autônomo e da modernização da legislação trabalhista.



ambiente desestruturador do trabalho e suas formas de organização, limitavam suas possibilidades de desenvolvimento.

Realizando um balanço sobre a eficácia desses programas, Barbosa (2012) ressaltou o caráter nada animador de suas efetivações, tendo em vista que o baixo crescimento econômico e a queda dos rendimentos desmotivaram o mercado nacional. Mas, nem tudo pode ser visto como fracasso, já que estes dispositivos processaram uma espécie de *consenso ideológico* capaz de favorecer a ressignificação do trabalho como não direito, uma vez que

[...]. As próprias entidades sindicais passaram a consumir suas agendas para operacionalização de práticas de intermediação de mão de obra, qualificação e incentivo a cooperativas. Governos regionais de diferentes matizes ideológicas consagraram essas práticas. O Judiciário atuou abrindo jurisprudência para as práticas de informalização ou se detendo longe de fiscalizações mais apuradas, de modo que se formou uma *elite* ocupada em dar respostas operativas à ocupação, mesmo que o principal resultado fosse imaterial no sentido do consenso pela quase *naturalização* da informalização das relações de trabalho. O Estado como indutor dessa ressignificação do trabalho – ou seja, as mudanças nas relações de trabalho [ocorreram] com a ação decisiva do Estado (BARBOSA, 2012, p. 133, grifos da autora).

Destarte, a intervenção do sistema público de emprego na realidade brasileira, com a entrada do século XXI, passou a se concentrar na qualificação profissional e nos programas de geração de emprego e renda, com apoio da ofensiva neoliberal, através de seus serviços de intermediação de mão-de-obra e programas de apoio ao jovem, das atividades de microcrédito, das atividades de qualificação profissional (visando o aumento da empregabilidade do trabalhador) – numa busca pela ampliação de chances de um trabalhador desempregado conseguir alguma ocupação.

A solução dos desafios do mundo do trabalho envolveu a participação dos municípios, como redução do papel estatal, salientando que o desemprego deveria ser enfrentado nas cidades, contando com a integração das políticas do SPETR com as políticas municipais, tanto no quesito de monitoramento como no de enfrentamento. Desse modo, a readequação e a articulação das ações e programas do sistema público de emprego passaram a ser fomentadas diante da prevalência de políticas

ativas e passivas – e, com tudo isso, ainda evidenciava-se o índice elevado das ocupações informais.

Todavia, o desenvolvimento do mercado de trabalho brasileiro contou com uma regulação pública que fomentou a alta rotatividade da mão de obra, a variação salarial e o autoritarismo das relações de trabalho, frente a referência à formalização da carteira de trabalho e o direito ao trabalho na Constituição, demonstrando que os anseios de expansão de efeitos civilizatórios das políticas de emprego consistiriam no próprio autoemprego.

Sob tais perspectivas, partiremos para a compreensão da conformação do desemprego na realidade brasileira contemporânea e sua relação com as medidas de enfrentamento atuais.

### **3.2 As medidas de enfrentamento ao desemprego brasileiro na contemporaneidade**

Como todo o processo de expansão capitalista, sabemos que a experiência brasileira também foi caracterizada pela necessidade de “homens livres”, uma vez que “[...] era imprescindível a existência de um exército industrial de reserva, pois o crescimento vegetativo da população escrava brasileira estava aquém do necessário para operar seu trânsito para o trabalho assalariado” (SANTOS NETO, 2015, p. 179). Os escravos libertos passaram a servir de instrumento ao controle do capital sobre o exército ativo de trabalhadores europeus imigrantes. Foi desse modo que a subordinação dos imigrantes e a existência de uma força de trabalho excedente ex-escrava não qualificada ao processo de industrialização permitiram a conformação do trabalho assalariado no Brasil – como já ressaltamos anteriormente.

Ao surgirem como condição de inserção dos países dependentes (e do Brasil) na economia mundial, a superexploração<sup>48</sup> e a precariedade do trabalho

---

<sup>48</sup> Segundo Ferreira (2018, p. 213-214), “[...] a superexploração do trabalho articula, dialeticamente, relações de sobretrabalho e trabalho excedente, resultando em uma contribuição relevante para pensar as expropriações quando se trata de analisar esse fenômeno em uma mercadoria especial: a mercadoria força de trabalho e suas determinações mais concretas no âmbito da divisão internacional do trabalho”. Ressaltando que o sobretrabalho estaria pautado no trabalho excessivo, expropriado,

demonstraram a hierarquização imposta pelo modo de produção capitalista, através da criação de padrões desiguais de acumulação com combinações dialéticas e da concentração, no centro capitalista, da exploração da mais-valia relativa, e na periferia, da mais-valia absoluta, estando fora dos padrões de formalização e proteção social. Uma superexploração que se aprofundou na América Latina e toda periferia capitalista, estendendo-se até mesmo aos países centrais; e uma precariedade que alcançou a totalidade do trabalho em suas múltiplas expressões, fossem elas objetivas e/ou subjetivas.

Assim, a superexploração passou a ser caracterizada pela queda do preço da força de trabalho abaixo do seu valor, configurada pela elevação da jornada ou intensidade de trabalho sem remuneração equivalente, pela redução salarial e pelo aumento da qualificação sem remuneração direta – tais mecanismos puderam se desenvolver isolada ou combinadamente, tendo em vista as condições de acumulação capitalista.

A vulnerabilidade social e estrutural, funcional ao capital, estabelecida por esses preceitos (superexploração e precarização do trabalho), instituiu o mercado de trabalho brasileiro do início do século XX, como já salientamos brevemente, sendo estruturado pelas relações escravistas e pela concentração da propriedade da terra. O assalariamento foi acompanhado pela precariedade desde o início da transição do trabalho escravo para o assalariado, sendo expresso na prevalência das relações informais e no aumento da superpopulação relativa, contando com a presença do Estado na sua formação e subjugação. Esta relação dialética entre o moderno e o atrasado passou a ser determinante no caráter heterogêneo e desigual das relações de produção e trabalho brasileiras, bem como das estratégias de ação do Sistema Público de Emprego.

Lessa (2013) esclareceu que os *anos dourados* não exprimiram apenas o desenvolvimento das forças produtivas do capital, ou o novo papel do Estado, com sua funcionalidade às políticas sociais; ou até mesmo a cooptação do movimento operário, a lucratividade das guerras e a formação de um mercado de trabalho

---

enquanto categoria trans-histórica a sociedades anteriores ao capitalismo; já o trabalho excedente seria aquele entregue na parte da jornada de trabalho que está além do tempo de trabalho socialmente necessário, conformando a mais-valia.

internacionalizado, com sua hegemônica subsunção real do trabalho ao capital. Mas, que mostraram uma articulação entre mais-valia relativa e absoluta, enquanto desenvolvimento do Imperialismo.

Foi apenas com o fim da ditadura, juntamente a promulgação da Constituição de 1988, que houve a ampliação dos direitos sociais e sua universalização, ainda que tal momento tenha sido representado também pela entrada do neoliberalismo no país, salientando a negação das políticas sociais. Assim, o alargamento dos direitos da cidadania deu-se na contramão das tendências mundiais, tendo em vista as pressões internas e externas do capital – o que determinou as dificuldades de efetivação de direitos na realidade brasileira.

A universalização da proteção ao trabalhador e da eficiência do mercado de trabalho brasileiro só ocorreu após a *década perdida* (a comumente crise econômica dos anos 1980), diante do agravamento da crise estrutural do capital e da reestruturação produtiva no trabalho, ressaltando seu caráter diferencial frente ao perfil do Sistema Público de Emprego consolidado nos países de economia avançada, que não demonstravam a retração econômica da realidade brasileira. Apenas com o processo de redemocratização do país, o mercado de trabalho pode tomar bases nacionais, fazendo com que o assalariamento fosse predominante – uma vez que o trabalho livre no Brasil demorou um século para ser efetivado (de 1888 até 1988).

Desse modo, as mudanças nas condições de trabalho e emprego que ocorreram com a explosão do desemprego após 1990, requereram intervenções estatais com seu amplo conjunto de ações, contando com programas governamentais e mecanismos abrangentes de enfrentamento ao desemprego, como salientado anteriormente.

A seguir, abordaremos a conformação do desemprego no Brasil, com análises e dados, buscando salientar a contemporaneidade de suas expressões e suas perspectivas futuras.

### 3.2.1 As (novas) respostas ao desemprego brasileiro

Como já salientamos no decorrer do texto, o desemprego é caracterizado pelo não emprego estável ou formal no mercado de trabalho, vindo a se estabelecer numa relação de subordinação entre empregado e empregador. Para Bezerra (2017), esta nova tendência produzida pelas transformações da sociedade burguesa trouxe a discussão em torno à institucionalização de novas modalidades de empregos, que não estão relacionadas à estabilidade ou ao vínculo empregatício. A atual fase do desemprego dissemina novas formas de inserção no mercado de trabalho, com o advento do trabalho informal e do incentivo ao empreendedorismo, como meios de controle às suas taxas e às pressões dele advindas. Assim,

O desemprego tornou-se um problema de difícil administração, dada a sua abrangência mundial, pois, contraditoriamente, ao passo que este fenômeno se caracteriza como uma das razões de existência do capitalismo, apresenta um caráter explosivo para o sistema (MÉSZÁROS, 2002 apud BEZERRA, 2017, p. 28).

Com a administração estatal, o desempregado passou a ser alvo de investimentos direcionados às práticas empreendedoras e/ou trabalho por conta própria, mas tais práticas apenas disfarçaram a realidade do desemprego.

Ao salientar a realidade brasileira, Santos (2012) ressaltou que

*O desemprego aparece, [...] como componente estrutural do “fordismo à brasileira ao contrário do “pleno emprego” do fordismo clássico. Ele resulta, neste momento, de uma significativa quantidade de força de trabalho à disposição do capital, mas, fundamentalmente, do aprofundamento da precariedade e instabilidade dos vínculos, características do regime de trabalho que emerge na segunda fase da “industrialização pesada” (SANTOS, 2012, p. 174, grifos da autora).*

Tal período de industrialização (especificamente pós-1964, em sua segunda fase) passou a ser caracterizado como o auge do modelo de desenvolvimento industrial, possibilitando, por um lado, favoráveis expansões monopolistas ao contexto internacional, e por outro a consolidação da subordinação de países periféricos aos ditames do capital – acarretando na intensificação da desigualdade social.

Para a autora supracitada, a formação do mercado de trabalho no Brasil possuiu fortes características entre os anos 1930-1970, tais como: um intenso processo migratório campo-cidade, bem como a formação do excedente de mão de obra, que ficava fora do usufruto dos resultados do crescimento econômico. Contudo, o período entre 1930 e 1956 enfatizou a crescente formação do mercado de trabalho no país, pois foi nesse período que se consolidaram a centralidade da indústria de transformação na composição dos empregos e o perfil urbano-industrial do trabalhador enquanto base à estruturação do movimento sindical.

Assim, a industrialização pesada, enquanto uma conjuntura determinada à aquisição das características do capitalismo brasileiro, salientou a completude do processo de capitalismo retardatário brasileiro, devido ao fomento ao setor de bens de produção; a intensa intervenção estatal na economia; a associação entre capitais nacionais e internacionais; a nova estrutura industrial, com base nas indústrias mecânicas, de material elétrico e comunicações, de material de transporte, química e metalúrgica.

O aumento quantitativo da classe operária, estando ligado a reestruturação do mercado de trabalho, demonstrou o declínio da participação no emprego, diante das transformações industriais. A centralidade à “industrialização pesada” ressaltou particularidades da questão social no país desde os anos 1980-90 até a contemporaneidade, através da Reforma Trabalhista da ditadura, da acentuação do grau de flexibilidade estrutural e da precariedade das ocupações, da alta rotatividade dos trabalhadores, da caracterização do padrão de proteção social brasileiro; pois em “[...] nosso país a dualidade e a heterogeneidade do mercado de trabalho são problemas histórico-estruturais, que já estavam presentes antes mesmo da crise que atingiu a economia mundial como um todo” (AZEVEDO, 1998, p. 125 apud SANTOS, 2012, p. 137).

Assim,

*No Brasil, dadas as características de um desenvolvimento tardio e apenas esporadicamente democrático, o fordismo não foi acompanhado das garantias sociais que, nos países desenvolvidos, permitiram a irradiação dos ganhos de produtividade ao conjunto da população. [...] a industrialização brasileira pós-1964 caracterizou-se por uma perversa combinação entre excepcionais taxas de crescimento econômico e de exclusão social.[...] Sob uma legislação autoritária e repressiva, que privilegiou os regimes de contratos individuais de trabalho [...] e sufocou as atividades dos sindicatos,*

nossa industrialização foi acompanhada por uma acentuada flexibilidade do mercado de trabalho, expressa pelas altas taxas de rotatividade no emprego (MANZANO, 1996, p. 255 apud SANTOS, 2012, p. 161, grifos da autora).

Dessa forma, a flexibilidade e a precariedade do regime de trabalho no Brasil foram reproduzidas, com maior intensidade, sob as condições instauradas no “fordismo à brasileira”, enquanto uma particularidade característica do desemprego brasileiro.

A autora supracitada ressaltou ainda que o desemprego estrutural apareceu nos países cênicos enquanto “[...] decorrência da transição para a acumulação flexível e tendo como ‘alvo’ a desregulamentação do regime de trabalho, no sentido de uma ‘luta contra as conquistas fordistas de estabilidade no emprego’”; já no Brasil, a flexibilidade encontrou caminho livre, “[...] dada a inexistência de estabilidade no regime de trabalho e sua influência enquanto determinante do desemprego estrutural” (SANTOS, 2012, p. 176).

Segundo Pochmann (2012), entre as décadas de 1970-1980, a geração quantitativa do emprego da mão de obra caracterizou o padrão de trabalho no Brasil, em que em 1970 a geração líquida chegou a 17,2 milhões de postos de trabalho, dos quais 34,3% ofereciam remuneração mensal de até 1,5 salário mínimo e 16,9% ofereciam rendimentos acima de cinco salários mínimos. Nos anos 1980 o país veio a criar 18,1 milhões de novas ocupações, com 25,4% delas contando com remuneração de até 1,5 salário mínimo mensal e 33,1% de cinco ou mais salários mínimos mensais.

Para Antunes (2010), ao retratar a particularidade da reestruturação produtiva,

O Brasil, sob o fim da ditadura e no período Sarney, nos anos 1980, ainda se encontrava relativamente distante do processo de reestruturação produtiva do capital e do projeto neoliberal, já em curso acentuado nos países capitalistas centrais. [...]. Sua singularidade, dada por um país de capitalismo hipertardio, passava, então, a ser afetada pelos novos traços universais do sistema global do capital, desenhando uma particularidade brasileira diferenciada (ANTUNES, 2010, p. 15).

Segundo o autor supracitado, os primeiros impulsos do processo de reestruturação produtiva no Brasil ocorreram em meados da década de 1980. Tal processo se via pautado numa reestruturação de vínculos, em que muitos postos de trabalho deixavam de ser formais e passavam a ser precários, terceirizados ou temporários, consubstanciando um contexto de desemprego massivo, pois além de aumentar os índices de desemprego aberto, atingindo uma parcela bem maior da população urbana, o tempo médio em que as pessoas permaneciam desempregadas também era afetado.

A reestruturação produtiva, estando baseada na diminuição dos custos com o trabalho, e não predominantemente referente à introdução de tecnologias poupadoras de mão de obra, ressaltava um cenário de subcontratações. Com isso, o desemprego passou a representar não uma diminuição do capital variável diante do capital constante, mas a redução do estoque de empregados, através de sua otimização pela empresa, sendo acompanhada pela terceirização e outras formas de contratação indireta, representando a instabilidade e precariedade das ocupações.

Assim, as diferentes dimensões do desemprego no Brasil, de acordo com Santos (2012), são estabelecidas pelo aumento das relações informais, em detrimento do emprego regular, na década de 1980, e pela expressividade do desemprego aberto em 1990, tido como um ‘virtuoso mecanismo de ajuste’ representativo da modernidade, e não como uma problemática social.

Para Antunes (2006, p. 17), foi durante a década de 1980 que os primeiros impulsos do processo de reestruturação produtiva brasileiro levaram as empresas a adotar “[...] novos padrões organizacionais e tecnológicos, novas formas de organização social do trabalho”, através da utilização da informatização produtiva e do sistema *just-in-time*<sup>49</sup>, da germinação da produção baseada em *teamwork*<sup>50</sup>, com

---

<sup>49</sup> Segundo Pinto (2013, p. 69), esse termo se remete ao regime de encomenda-produção-entrega, tendo por intuito a produção somente do que é necessário, na quantidade necessária e no momento necessário. Assim, “[...] organizar a produção sob o regime *just-in-time* significa que, na montagem de um produto, todos os seus componentes, fabricados em processos distintos de submontagem, devem chegar aí no momento exato e na quantidade estritamente necessária, sem a formação de estoques de espera entre os postos de trabalho”.

<sup>50</sup> Processo que aponta no sentido de uma crescente participação dos trabalhadores na atividade das empresas.



base nos programas de qualidade total e na ampliação do processo de difusão da microeletrônica. Nos primeiros anos da década de 1980

[...] a reestruturação produtiva caracterizou-se pela retração de custos, mediante a redução da força de trabalho, de que foram exemplos os setores automobilísticos e de autopeças, e também os ramos têxtil e bancário, entre outros. De modo sintético, pode-se dizer que a necessidade de elevação da produtividade ocorreu por meio de reorganização da produção, redução do número de trabalhadores, intensificação da jornada de trabalho dos empregados, surgimento dos CCQs (círculos de controle de qualidade) e dos sistemas de produção *just-in-time* e *kanban*, entre os principais elementos (ANTUNES, 2006, p. 18, grifos do autor).

Assim, diante o cenário de descompasso na adoção de inovações tecnológicas em relação às organizacionais, acompanhadas da adoção do modo de regulação neoliberal ao Estado, os sinais de crise na estrutura produtiva brasileira se fizeram presentes nos processos de reestruturação que passaram a registrar peso nos índices de desemprego, tornando-se crescentes.

Antunes (2006) salientou também que com o cenário da desaceleração da economia brasileira, a geração de empregos assalariados foi interrompida, principalmente em relação a produção industrial. Com o aumento do desemprego nos setores formais, a grande massa de trabalhadores foi inserida em ocupações precárias, em relação à sua institucionalidade, capacidade de reprodução, cobertura de direitos e nível de rendimento.

Contudo, foi nos anos 1990 que a reestruturação produtiva do capital se desenvolveu efetivamente no Brasil, com a implementação dos receituários da acumulação flexível e do ideário japonês, através da intensificação da linha de produção, das formas de subcontratação e de terceirização da força de trabalho, da transferência de unidades produtivas. Além disso, houve um processo de descentralização produtiva, em que as indústrias tradicionais (sob alegação da concorrência internacional) desencadearam o movimento de mudanças geográficas, visando os níveis mais rebaixados de remuneração da força de trabalho e os incentivos fiscais do Estado. Assim, os primeiros impulsos do processo de reestruturação produtiva em nome do desenvolvimento demonstraram, como

consequência, os novos padrões organizacionais e tecnológicos na organização da produção adotados pelas empresas.

Este novo contexto caracterizou-se pela redução de custos na produção atrelada ao aumento da produtividade do trabalho, mas com redução da força de trabalho no processo produtivo, em que

[...] enormes enxugamentos da força de trabalho combinam-se com mutações sociotécnicas no processo produtivo e na organização do controle social do trabalho. A flexibilização e a desregulamentação dos direitos sociais, bem como a terceirização e as novas formas de gestão da força de trabalho implantadas no espaço produtivo, estão em curso acentuado e presentes em grande intensidade, coexistindo com o fordismo, que parece ainda preservado em vários ramos produtivos e de serviços, [...] pode-se constatar também que o fordismo periférico e subordinado [...] cada vez mais se mescla fortemente com novos processos produtivos, em grande expansão, consequência da liofilização organizacional, dos mecanismos próprios oriundos da acumulação flexível e das práticas toyotistas que foram e estão sendo assimiladas com vigor pelo setor produtivo brasileiro (ANTUNES, 2006, p. 19).

Na conjuntura dos anos 1990, foram intensificadas as restrições do Estado no campo social e fornecidas as bases para as mudanças significativas no mercado de trabalho, através da flexibilização do trabalho, da desregulamentação do trabalho e da economia e uma grande privatização das empresas estatais, contando com a promoção de reformas trabalhistas e da reforma da previdência sob a proposta neoliberal, evidenciado um processo de ajustes no Brasil.

Braga (2012) ressaltou que ao longo da Era FHC<sup>51</sup>, um novo modelo de desenvolvimento pós-fordista periférico foi estabelecido, vindo a renovar as formas de desigualdade no contexto do aumento do desemprego, ao expor que entre 1989 e 1999 “[...] a quantidade de desempregados ampliou-se de 1,8 milhão para 7,6 milhões, com uma elevação da taxa de desemprego aberto de 3% para 9,6% da PEA (População Economicamente Ativa)” (p. 184). O aumento do desemprego teria sido acrescido pelo avanço do processo de terceirização do trabalho, através da

---

<sup>51</sup> Governo Fernando Henrique Cardoso, também chamado Governo FHC, tendo iniciado em 1995 e terminado em 2003.

deterioração do mercado de trabalho seguida da concentração da distribuição da renda nacional.

As análises de Bezerra (2017) salientaram que a tendência à terceirização veio a ser desenvolvida na década de 1990, enquanto um processo de intensificação do trabalho e de manutenção da estrutura de poder, tendo seu significado expresso na precarização do mercado e das condições de trabalho. Assim, a terceirização no Brasil veio a favorecer a redução dos custos e a fragilização dos sindicatos, relegando ao trabalho um caráter enfadonho tanto aos desempregados quanto aos trabalhadores ativos.

Dessa forma, o desemprego no Brasil dos anos 1990 tornou-se um fenômeno de amplitude nacional com proporções inéditas, refletidas através da redução do trabalho formal, regulamentado por leis trabalhistas que garantiam proteção ao trabalhador como seguro-desemprego e outros direitos garantidos pela Previdência Social, sendo acompanhadas pela implementação da realidade de trabalhadores por conta própria, trabalho temporário ou trabalhadores submetidos a atividades de bicos para sobreviver.

Ao considerar a realidade do período mencionado, foi demonstrado que no final dos anos 1990

[...] mais de 50% dos ocupados brasileiros das grandes cidades se encontram em algum tipo de informalidade, grande parte sem registo e garantias mínimas de saúde, aposentadoria, seguro-desemprego, FGTS. Ou seja, três em cada cinco brasileiros ativos das grandes cidades estão ou desempregados (um em cinco) ou na informalidade (dois em cada cinco), sendo que destes últimos uma grande parcela apresenta evidente degradação das condições de trabalho e de seguridade social. (MATTOSO, 1996, p. 16 apud BEZERRA, 2016, p. 124).

Com isso, a redução do trabalho formal provocou um processo de desassalariamento e de ampliação de trabalhadores que não contribuíam para com a Previdência Social e, portanto, sem acesso à aposentadoria.

Tal realidade veio a refletir uma conjuntura de instabilidade econômica que se evidenciava nos países capitalistas, exigindo novas formas de enfrentamento que

precarizavam as condições de trabalho. Antunes (2006, p. 15) considerou que desde a década de 1990, “[...] com o advento do receituário e da pragmática definidos no consenso de Washington, desencadeou-se uma onda enorme de desregulamentações nas mais distintas esferas do mundo do trabalho”. Grandes contingentes de trabalhadores viam-se diante de uma realidade precária ou de perda de emprego, através da expansão de novos modos de extração do sobretrabalho, que vinham a ser capazes de articular um maquinário altamente avançado fornecido de mais potencialidade intelectual com maiores qualificações e competências.

Diante desta realidade de informalidade no trabalho, muitos trabalhadores passaram a se submeter à contratos temporários, sem carteira assinada, além de possuir sindicatos fragilizados. Uma das respostas ao desemprego brasileiro baseou-se em ações da acumulação flexível através da “[...] política de redução de custos salariais para as empresas por meio da flexibilização e desregulamentação do mercado de trabalho” (BEZERRA, 2016, p. 125).

Bezerra (2016) ressaltou que durante a década de 1990 o Brasil experimentou uma desestruturação do mercado de trabalho, com novas coordenações respaldadas na flexibilidade e atreladas à maior produção/exploração da força de trabalho. Tal realidade proporcionou uma maior precarização do trabalho, acompanhada de um incentivo à qualificação profissional, ao passo que se investiu em um grande salto de desenvolvimento e de inovações na tecnologia, tanto nos setores produtivos quanto no campo dos serviços.

Dessa forma, tornaram-se evidentes as elevações dos índices do desemprego que obtiveram um estágio até então não presenciado. Assim, os anos 1990 representaram o crescimento da precarização do trabalho através da flexibilização, do trabalho informal e temporário associado ao desemprego, alterando significativa e gradativamente os direitos trabalhistas.

Fazendo uma análise das principais particularidades do desemprego no Brasil, Santos (2012, p. 195) ressaltou que os “[...] índices de desemprego registrados no mercado de trabalho brasileiro entre os anos 1980 e 1990 [refletiram na] dinâmica da economia mundial diante da crise capitalista, mas [reproduziram-se] num contexto que traz as marcas de uma sociedade salarial incompleta”.

Todavia, a particularidade brasileira, na entrada do século XXI, veio a expressar uma mudança significativa nos índices do desemprego e da pobreza através das medidas anticíclicas. O início do século XXI foi cenário de “novas” determinações históricas ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil, comprovadas por momentos de aceleração de crescimento e ciclos de instabilidade na economia e na política, alterando a dinâmica nos empregos, que pode ser evidenciada a partir da diminuição das ocupações resultantes do aumento da inflação e do receituário neoliberal desencadeado nos anos 1990.

Pochmann (2006) ressaltou que o fenômeno do desemprego em massa, na realidade brasileira, tornou-se incontestável desde os anos 1990, e que no início do século XXI o país pertencia ao grupo com maior quantidade de desempregados no mundo, pois o desemprego continuava a crescer e a absorver grandes parcelas da força de trabalho nacional. A novidade do desassalariamento constituiu-se enquanto perda de participação do emprego assalariado no total das ocupações; assim, tal diminuição era

[...] fortemente influenciada pela redução dos empregos assalariados com registro. Os empregos assalariados sem registro continuaram aumentando ao longo da década de 1990, todavia com taxas de variação insuficientes para compensar a perda das vagas com registro. Em 2003, por exemplo, um a cada dois ocupados era assalariado, enquanto, em 1980, dois a cada três eram assalariados em todo o país (POCHMANN, 2006, p. 61).

Com níveis jamais vistos anteriormente, a crescente taxa de desemprego constatou-se diante das alterações substanciais na composição do conjunto de trabalhadores que não tinham emprego. Entre 1992 e 2002 o desemprego passou de 6,7% para 9,3% do total da população economicamente ativa, conformando um aumento relativo de aproximadamente 40% dentro de dez anos. Pochmann (2006) retratou ainda que ao analisar a distribuição do desemprego total, foi perceptível que tal realidade afetava, sobretudo, as pessoas economicamente ativas pertencentes às famílias da classe baixa: em 2002, 62% dos desempregados pertenciam às famílias de baixa renda, 32,4% pertenciam às famílias de classe média, e 5,6% pertenciam às famílias de classe média alta.

Neste decurso, a intervenção estatal foi revista, uma vez que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil visava responder à estagnação oriunda da crise em proporção mundial, e isto ocorreu através de mudanças no campo do trabalho e nas políticas de emprego e renda, que foram redimensionadas para o atendimento das mudanças no mercado de trabalho, com recursos direcionados à população desempregada.

Tais mudanças, sob o governo FHC, passaram a ser intensificadas pelas restrições estatais no campo social, pelas mudanças no mercado de trabalho (através da flexibilização do trabalho, da desregulamentação do trabalho e da economia) e pela privatização de empresas estatais; fatores atrelados ainda à promoção de reformas trabalhistas e previdenciárias, sob a ótica neoliberal, evidenciaram o processo de ajustes do Brasil ao cenário sistemático (im)posto.

Destarte, a entrada do século XXI para a particularidade brasileira expressou mudanças significativas quanto aos índices do desemprego e pobreza, tendo em vista as medidas anticíclicas do governo petista. Diante de um cenário de determinações históricas ao desenvolvimento do capitalismo no país, evidenciadas pelos ciclos de instabilidade na economia e na política, a dinâmica nos empregos passou a ser alterada, perante as particularidades de cada região. Tais alterações puderam ser evidenciadas quando da diminuição das ocupações decorrentes do aumento da inflação e do ideário neoliberal incitados nos anos 1990.

Bezerra (2016) pontuou que a eleição do Governo Lula – enquanto um projeto que buscava a retomada dos lucros e o retorno da produtividade, bem como a promoção do desenvolvimento social –, buscou o apoio do Banco Mundial e do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) frente a promoção de investimentos em políticas e programas sociais que pudessem responder/superar a pobreza, através da viabilização do emprego.

A proposta do governo tinha o intuito de formalizar o emprego, investir em programas de transferência de renda, promover pequenos negócios e investir em cooperativas em nome da economia solidária, dando notoriedade à ideologia do chamado *novo desenvolvimentismo*. Ainda que este projeto tenha sido relevante ao conjunto dos trabalhadores brasileiros, ao assumir ações direcionadas ao

investimento do Estado nas políticas sociais e de emprego, visando o desenvolvimento econômico do país, tal estratégia não conseguiu romper com a desigualdade social e nem logrou êxito frente ao desenvolvimento da economia brasileira.

Ainda assim, Bezerra (2016) destacou que a intervenção do Estado nas políticas e programas, no período, contou com a retomada econômica do país e com a diminuição do desemprego e da relativa queda na taxa da pobreza, fazendo com que o papel da política social no país estivesse centralizado em dar respostas às camadas de sua superpopulação relativa. Assim, o retorno do investimento nas políticas sociais, com destaque para as políticas de emprego e renda, foi evidenciado na entrada do século XXI:

Uma das estratégias alcançadas pelo governo foi o incentivo à ampliação da produção nacional em consonância com a elevação do consumo, sobretudo dos segmentos com menor renda. Estas formas de resposta aos problemas sociais enfrentados pela conjuntura recente foram bem assimiladas pela sociedade e pelo capital, sobretudo por evitarem temporariamente os efeitos da crise mundial (BEZERRA, 2016, p. 130).

Desse modo, as novas formas de enfrentamento estatal ao desemprego e às outras expressões oriundas dos ditames capitalistas, ressaltaram o papel do Estado enquanto corresponsável pelo crescimento econômico e pela distribuição de renda, mas não como agente responsável pela resolução de problemas, tais quais a desigualdade social e a permanência do trabalho estável e informal. Segundo as análises do DIEESE (2012), as políticas adotadas evidenciavam as mudanças no mercado de trabalho brasileiro, tendo em vista que o investimento nestas políticas seria bem assimilado pela economia, uma vez que incentivava o mercado consumidor e poderia amenizar o efeito da crise no país.

Diante desta contextualização, Pochmann (2008) ressaltou que as inovações no mercado de trabalho brasileiro também contaram com o comportamento das ocupações nos micros e pequenos empreendimentos informais. Em 2003, a economia informal era constituída por 10,3 milhões de empreendimentos, em que 9,1 milhões trabalhavam por conta própria e 1,2 milhões eram empregadores. Tais

empreendimentos absorviam 13,9 milhões de ocupados, dos quais 9,5 milhões por conta própria, 1,4 milhões de empregados diretos (36,4% com carteira assinada e 63,4% sem carteira assinada), 2,2 milhões de empregados indiretos e 707 mil trabalhadores não-remunerados. Os trabalhadores da economia informal representavam 27,1% do total da ocupação no Brasil.

Com isso, a composição estrutural das ocupações do país passou a ser influenciada pela situação de quem trabalhava por conta própria, uma vez que sete a cada dez ocupados na economia informal pertenciam a esse quadro de trabalhadores. Considerando o peso da economia informal no Brasil, a pesquisa do IBGE para 2003 alertou que 71% dos trabalhadores por conta própria pertenciam à economia informal, e que seus ocupados movimentavam cerca de 15,3% do rendimento nacional (demonstrando o caráter desigual da divisão deste). Tais análises apontaram que não encontrar emprego tornou-se o motivo central na determinação do microempreendimento.

Segundo DIEESE (2012), a partir de 2004, a economia brasileira começou a mostrar os primeiros indicadores do crescimento econômico, vindo a alcançar uma taxa de 5,7% e impulsionando o PIB per capita, que apresentou um aumento de 4,3% naquele ano. Nesse ano, o crescimento econômico foi gradual: o país não renovou o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), alcançando em 2005, 3,2%; em 2006, 4,0%; em 2007, 6,0%; manteve o crescimento em 2008, com expansão de 5,2%. Assim, a conjuntura brasileira passou por mudanças significativas no âmbito econômico, social e político, com sinais positivos no comportamento do mercado de trabalho.

Bezerra (2016) salientou que tais sinais passaram a ser refletidos na ampliação das ocupações e na redução, de forma sensível, dos índices de desemprego. Por outro lado, os níveis de desocupações foram expressos de forma desigual e a redução do desemprego teve como alicerce as inserções desiguais dos trabalhadores, devido à heterogeneidade do trabalho. Assim, entre anos de 2005 e 2010, por exemplo, a taxa de desemprego não diminuiu, pelo contrário, aumentou. No caso dos 10% com menor rendimento, a elevação na taxa de desemprego foi de 44,2% (de 23,1% para 33,3%); já para os 10% com maior poder aquisitivo, a taxa de desemprego caiu 57,1% no mesmo período de tempo (de 2,1 para 0,9%).



Em relação ao crescimento do PIB, houve uma relativa relação entre desenvolvimento econômico e emprego, pois entre 2001 e 2003, quando o aumento do PIB foi de 1,7%, o crescimento global médio de emprego foi de 12,6%. Entre 2004 e 2008 o PIB cresceu em média 4,7% e o emprego formal aumentou 33,5%, sendo o crescimento anual do emprego formal de 5,9%. Assim, o crescimento do PIB atrelou-se ao aumento considerável de empregos formais no Brasil. Dessa forma,

O número total de empregos formais registrados no Brasil alcançou 41,2 milhões em dezembro de 2009, representando um crescimento de 4,48% em relação ao estoque de emprego de dezembro de 2008. Esse desempenho equivaleu ao acréscimo de 1,7 milhão de postos de trabalho formais em relação ao mesmo mês do ano anterior. Os setores que apresentaram os melhores desempenhos, em termos absolutos, foram os Serviços, com a criação de 654 mil postos (+5,20%), a Administração Pública, com a criação de 453,8 mil postos de trabalho (+5,46%), o Comércio, com 368,8 mil novos postos (+5,04%), e a Construção Civil, que gerou 217,7 mil postos (+11,37%). Em termos relativos, o melhor desempenho foi o da Construção Civil, com crescimento de 11,37% (+217,7 mil postos de trabalho). (BRASIL, 2009, p. 1 apud BEZERRA, 2016, p. 133-134).

Como consequência, a valorização do emprego formal se deu de maneira generalizada e ampla, alcançando tanto as regiões metropolitanas e do interior (dos mais variados níveis de escolaridade e qualificação), quanto “[...] empregados em empresas de diferentes tamanhos, de todos os setores da atividade econômica e em quase todos os grupos ocupacionais” (DIEESE, 2012, p. 36).

Apesar da diminuição do desemprego, a desigualdade social aumentou entre 2005 e 2010, pois a desigualdade ao se relacionar diretamente à estrutura de emprego e propriedade, perpetuando-se em uma aguda concentração de renda e de propriedade, expressava um mercado de trabalho que reproduzia fortemente sua estrutura. Assim, a realidade dos trabalhadores de menor rendimento, tendia à um nível de desigualdade mais elevado.

O desemprego para os trabalhadores pobres se expressou de maneira mais contundente entre 2005 e 2010, quando a taxa de desemprego passou de 14,4% para 18,5% no mesmo período de tempo. Com isso, houve um aumento de 28,5% na taxa de desemprego dos trabalhadores pobres. O resultado de tal expressividade nas taxas de desemprego no período considerado foi o aumento da desigualdade entre

trabalhador pobre e não pobre. Em 2010, por exemplo, a taxa de desemprego do trabalhador pobre foi 6,6 vezes maior, enquanto em 2005 era 3,2 vezes superior.

Durante esses cinco anos, o desemprego foi menos duradouro, particularmente entre os pobres, em que a justificativa encontrada diria respeito “[...] à diminuição do tempo de procura entre os mais pobres, também indicativo de que estes acessam principalmente trabalhos precários e de curta duração, retornando rapidamente à condição de desemprego” (IPEA, 2011, p. 9 apud BEZERRA, 2016, p. 136).

Após os reflexos da crise, em 2009, quando o ciclo de crescimento foi afetado, o impacto imediato no emprego foi visível. Conforme o IBGE, houve uma perda líquida de 634 mil empregos formais, e como resultado, a taxa de desemprego nas seis principais regiões metropolitanas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre) da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) aumentou de 7,3% em 2008 para 8,6% em 2009.

Todavia,

Apesar da inflexão em 2009, fruto da crise internacional, em 2010 a economia voltou a evoluir, obtendo uma significativa taxa anual de crescimento de 7,5% no ano de 2010. A economia brasileira atingiu um percentual acumulado da ordem de 28,4% entre 2005 e 2010. Os indicadores do mercado de trabalho também mostraram tendência ascendente (BEZERRA, 2016, p. 137-138).

O DIEESE (2012), mesmo ressaltando a desaceleração do ritmo do emprego considerou que este problema foi logo “resolvido” com a implementação de medidas anticíclicas na tentativa de reduzir os impactos da crise. Essas medidas trouxeram a recuperação econômica com o crescimento da produção e do emprego. A retomada do crescimento econômico assegurou a redução do desemprego, através da criação de novos postos de trabalho, pois entre janeiro e outubro de 2009, 1,2 milhão de empregos formais foram criados, o que representou um ganho de 3,6% sobre o estoque de emprego de 2008.

A conjuntura entre os anos 2004 e 2013 foi caracterizada por um momento diferenciado na história do capitalismo brasileiro, devido a evidência de uma redução

significativa do desemprego e do desenvolvimento da economia através do consumo e do incentivo ao crédito, diante um período de plena instabilidade financeira mundial.

A recuperação da estabilidade econômica ressoou nos índices de pobreza e desemprego, que estavam atrelados ao investimento em políticas e programas direcionados à erradicação da pobreza e à promoção ao emprego. A preconização da empregabilidade e a ampliação no investimento governamental à qualificação profissional e ao empreendedorismo possibilitaram o impulsionamento da economia do país e a diminuição das taxas de desemprego. Essas mudanças seguiram as diretrizes do neoliberalismo sob a roupagem do “novo desenvolvimentismo”, ao estabelecer a ampliação da informalidade do trabalho.

O trabalho estando desprotegido fez ressurgir a ameaça do desemprego, desestabilizando o trabalhador assalariado. O mercado de trabalho, além de impulsionar mudanças na composição orgânica do capital, intensificou a heterogeneidade nas relações de trabalho, com realidades desiguais entre trabalhadores formais e informais. As análises do DIEESE (2012), mesmo considerando a redução do desemprego, ressaltaram que houve uma presença constante da informalização nas relações de trabalho, bem como uma ferrenha desigualdade nas condições de inserções regionais e na qualidade dos postos de trabalho.

Segundo análises de Bezerra (2016), em 2012 o desemprego apresentou a sua menor média anual registrada até então, alcançando a marca de 5,5%; enquanto o nível de ocupação cresceu, em média, 2,2% em relação a 2011. Tal fato correspondeu à geração de 484 mil novos postos de trabalho em 2012. A população ocupada correspondia a aproximadamente 23,4 milhões de indivíduos em dezembro de 2012.

Em 2013, a condição do desemprego brasileiro seguiu o mesmo rumo, pois o registro do número de pessoas desocupadas foi de aproximadamente 1,3 milhão de pessoas, com menos de 21 mil desocupados em um ano no mercado de trabalho (em 2003 eram 2,6 milhões). Ao longo de 2003 a 2013, o número de pessoas desocupadas caiu cerca de 49,5%, tal redução vindo a atingir 1,3 milhão de pessoas. Assim, houve um novo recorde na taxa de desocupação, com 4,3% em desemprego de 2013, desde estudos realizados em 2002.

Entretanto,

[...] mesmo com a garantia do investimento no empreendedorismo e práticas que disfarçam a realidade do desemprego, os efeitos da crise na economia brasileira não permitiram, por um longo período de tempo, a relativa prosperidade social e econômica, verificando-se o retorno da elevação do desemprego em 2014 (BEZERRA, 2017, p. 28).

Com isso, diante este contexto, as significativas mudanças no âmbito da produção industrial e dos serviços teriam sido apresentadas, através dos investimentos em tecnologias, redução de postos de trabalho, rebaixamento de salários, incentivo ao trabalho autônomo e flexível – vindo a expressar a regressão do trabalho assalariado.

Assim, a estabilidade econômica e social, ao permitir uma redução quantitativa das taxas de desemprego, trouxe consigo uma novidade: o avanço da reestruturação do mercado de trabalho, através da elevação do ritmo de geração de empregos formais e da melhoria de renda. Até o ano de 2014, considerando os avanços e os retrocessos em momentos de crise, uma conjuntura diferenciada foi expressa à economia brasileira. Esta veio a provocar mudanças significativas ao colocar o país num patamar privilegiado (diante a realidade de outros países da América Latina).

O investimento do governo na oferta de empregos, na promoção de cursos profissionalizantes com articulação em diversas políticas que promovem a inserção ao trabalho para o segmento mais vulnerável da população, não [eliminou] a relação contraditória com a ideologia neoliberal, pois, na perspectiva da inclusão produtiva, as medidas do governo [foram] direcionadas para o incentivo e a oferta de empréstimos e financiamentos em linhas de crédito para a população trabalhadora e consumidora, mantendo, desta forma, os investimentos na lucratividade dos bancos (BEZERRA, 2017, p. 30).

Todavia, esta relativa “prosperidade”, em finais de 2014, já apresentava seu esgotamento, pois a economia brasileira começava a se retrair, deflagrando a emergência da inflação, a redução dos postos de trabalho, a retomada do projeto de

terceirização, a reforma na relação entre empregador e empregado, entre outros aspectos próprios ao ciclo de crise.

Apesar da queda dos níveis de desemprego em algumas economias desenvolvidas, a crise global de empregos não acabou, especialmente nas economias emergentes (OIT, 2016). Diante da persistência de altas taxas de desemprego em todo o mundo e a vulnerabilidade crônica dos empregos em muitas economias emergentes e em desenvolvimento que ainda afetavam profundamente o mundo do trabalho, a taxa de desemprego das economias desenvolvidas diminuiu de 7,1% em 2014 para 6,7% em 2015. No entanto, estas melhorias não foram suficientes para eliminar a falta de empregos que surgiu como resultado da crise financeira global.

Assim,

Muitos trabalhadores e trabalhadoras [tiveram] que aceitar empregos de baixa remuneração em economias emergentes e em desenvolvimento, mas também cada vez mais nos países desenvolvidos. E apesar da queda no número de desempregados em alguns países da União Europeia e nos Estados Unidos, muitas pessoas ainda estão sem emprego (OIT, 2016, p. 1).

Uma outra medida surgiu em julho de 2015, quando passou a vigorar o Programa de Proteção ao Emprego (PPE), instituído por medida provisória no governo Dilma. Ao ser considerada emergencial, foi convertida na Lei 13.189, possibilitando que empresas que alegassem dificuldades financeiras reduzissem jornada e salários em até 30% (quando partissem de um acordo coletivo). Parte da perda salarial dos trabalhadores (em cerca de 50%, como previsto em lei), seria compensada com verba do FAT (ANTUNES, 2018).

Mesmo com tais ações, a qualidade do emprego continuava a ser um grande desafio, embora houvesse uma diminuição nas taxas de pobreza; a taxa de declínio do número de trabalhadores pobres, nas economias em desenvolvimento, desacelerou; e o emprego vulnerável ainda respondia, em 2015, por mais de 46% do emprego total no mundo, vindo a afetar quase 1,5 bilhão de pessoas. Em 2015, o número final de desemprego foi estimado em 197,1 milhões. Em 2016 houve um aumento de cerca de 2,3 milhões, o que levou o número a 199,4 milhões.

Segundo o DIEESE (2017), diante das informações captadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego, realizada em 2016, a taxa de desemprego cresceu nas regiões metropolitanas de Fortaleza, Porto Alegre, Salvador e São Paulo. A taxa de desemprego total elevou-se nas quatro regiões analisadas, decorrendo do crescimento das taxas de desemprego aberto e oculto no conjunto das regiões. Entre 2015 e 2016, o nível ocupacional teria registrado declínio nas regiões investigadas, expressando em Fortaleza -4,9%, em Porto Alegre -4,7%, em Salvador -4,3% e em São Paulo -4,0%.

Ao analisar as ocupações no mesmo período, DIEESE (2017) afirmou que o número de assalariados foi reduzido em todas as regiões pesquisadas: Fortaleza (-8,3%), Porto Alegre (-6,6%), Salvador (-5,8%) e São Paulo (-4,9%). No segmento privado, a queda do número de assalariados com carteira de trabalho assinada foi expressa em Fortaleza com -9,1%, em Porto Alegre com -6,6%, São Paulo com -5,0% e em Salvador com -4,5%. O assalariamento sem carteira assinada teria crescido apenas em Porto Alegre (2,2%) e reduzido nas demais regiões pesquisadas, sendo mais intensamente em Fortaleza (-12,4%), Salvador (-5,8%) e São Paulo (-5,3%).

Já no setor público, o número de ocupados veio a registrar um leve aumento em Fortaleza (1,6%) e redução em Salvador (-14,1%), Porto Alegre (-9,8%) e São Paulo (-5,1%). O número de trabalhadores autônomos teria aumentado em Fortaleza (3,5%) e diminuído em Salvador (-2,5%) e São Paulo (-1,6%), mas permaneceu estável em Porto Alegre. O emprego doméstico cresceu em Porto Alegre (2,2%), São Paulo (2,1%) e, em menor proporção, em Salvador (0,9%).

Antunes (2018) pontuou que em junho de 2016, enquanto o quadro que desenhava o *impeachment* de Dilma se afirmava, o desemprego chegou a atingir 11,5 milhões de trabalhadores. Com esse salto da taxa de desemprego, dos 6,5% no quarto trimestre de 2014 para 9,5% no primeiro trimestre de 2015, chegando em junho de 2016 a 11,3%, a classe trabalhadora assistiu à deterioração de seus rendimentos, em queda de 4,2%, quando comparados ao apurado entre abril e junho de 2015.

Em relação ao ano de 2017, o IBGE informou que a taxa de desemprego no Brasil ficou em 12,7%. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Mensal (Pnad). Em agosto do mesmo ano, o indicador havia ficado em

12,6%. Entre o trimestre de agosto a outubro de 2017, havia 12,7 milhões de desempregados no Brasil: este número representou uma queda de 4,4%, ou seja, menos 586 mil pessoas, frente ao trimestre de maio a julho de 2017, momento em que o desemprego teria sido estimado em 13,3 milhões de pessoas – significando um adicional de 698 mil pessoas desocupadas na força de trabalho, em relação ao ano anterior.

Como mais uma medida desajustada de enfrentamento, em 2017 foi aprovada a nova lei trabalhista, mediante a Reforma Trabalhista, que veio a ser sancionada em julho e efetivada em novembro do mesmo ano. Essa contrarreforma alterou mais de 100 pontos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT, sob o Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943), dentre eles: a jornada de trabalho, as negociações entre empregador e empregado, as condições de trabalho, os salários e benefícios, o contexto de demissões. Dentre os mais alarmantes, encontrou-se a alteração nos novos tipos de contrato de trabalho, visando a regulamentação do teletrabalho à distância das empresas e da jornada intermitente ou trabalho intermitente (enquanto prestação de serviço por horas, dias ou meses, sem continuidade), expondo, cada vez mais, a precarização do mundo do trabalho inerente à realidade brasileira.

Baldez (2019) apontou que até o ano de 2019 a reforma trabalhista não apresentava impacto efetivamente positivo na economia brasileira. Após a aprovação das novas regras, que prometiam ajudar a reaquecer o mercado, a taxa de desemprego oscilou de 12,2% para 12,4% e a porcentagem de pessoas que desistiram de procurar uma ocupação pulou de 3,9% para 4,3%. Tais regras retiraram a proteção existente pela convenção coletiva, ao possibilitar acordos diretos entre empregado e empregador, sem uma efetiva intermediação dos sindicatos, instituindo que vínculos mais estáveis pudessem ser eliminados, dando lugar à contratos intermitentes e jornadas parciais, e tornando mais fluido o processo de demissão e contratação de trabalhadores.

O argumento de que a reforma seria capaz de gerar postos de trabalho não obteve comprovação empírica, uma vez que desde 2017 a taxa de desemprego passou por oscilações, mas com uma margem muito estreita de análise, o que não representou uma inflexão forte na taxa de desemprego. Mesmo diante da criação de postos de trabalho, o crescimento de uma série de ocupações precárias refletidas no

crescimento do trabalho por conta própria, foi o que passou a representar o mundo do trabalho brasileiro.

O desemprego atinge diferentemente os segmentos de trabalhadores a depender de determinados marcadores sociais. O problema de desigualdade ou diferenciação no mercado de trabalho é uma temática considerada um foco relevante para o estudo de relações de gênero quando se percebem diversas desigualdades em aspectos tais como emprego, desemprego, salários, tipo de ocupações etc. Existe um consenso que mulheres e não-brancos sofrem discriminação no mercado de trabalho em termos de salários.

Conforme resultados do Censo Demográfico IBGE de 2010, a taxa de desocupação para as mulheres é maior do que para os homens. A diferença das taxas de desocupação entre homens e mulheres mantém-se em torno de 4 pontos percentuais, o que significa uma diferença considerável e que pode revelar um cenário de dificuldades para as mulheres no mercado de trabalho em relação às possibilidades de inserção ocupacional. O emprego tem que ser entendido como uma condição necessária para os indivíduos terem acesso aos serviços e bens necessários, bem como para superação da situação de pobreza por parte de uma parcela da população brasileira. Portanto, a análise de aspectos ligados a busca por emprego é relevante para que se possam observar dificuldades encontradas no mercado de trabalho por certos grupos demográficos (IBGE, 2014).

A questão de equidade no mercado de trabalho está no centro da Agenda de Trabalho Decente da OIT. Em relação às desigualdades de gênero no Brasil, em 2017 a OIT estimou que a taxa de participação feminina no mercado de trabalho foi de 56% – uma diferença de 22,1 pontos percentuais em comparação com a participação masculina, estimada em 78,2%. A diferença, no entanto, seria inferior à média global de 26,7 pontos percentuais. Se o país puder reduzir em 25% a desigualdade na taxa de participação até 2025, o PIB poderá crescer em até R\$ 382 bilhões, ou 3,3%: se a participação feminina crescer 5,5 pontos percentuais, o mercado de trabalho brasileiro poderá ganhar uma mão de obra de 5,1 milhões de mulheres e um aumento considerável no PIB. Essa abordagem incluiria políticas focadas no equilíbrio entre a vida pessoal e o trabalho, bem como na eliminação da discriminação de gênero e na



criação e proteção de empregos de qualidade no setor da saúde, por exemplo (ABRAMO, 2004).

No ano de 2018, o desemprego no Brasil atingiu mais de 12 milhões de trabalhadores, fazendo com que o ano encerrasse em uma taxa de 11,6%, segundo o IBGE – levando em consideração a elevação da informalidade no país. E em 2019, a taxa de desemprego teve uma leve redução no trimestre encerrado em julho, passando de 12,5% da população economicamente ativa para 11,8%.

Como mais uma medida de destituição de direitos dos trabalhadores, foi instituída em 2019 a Reforma da Previdência, sob a PEC 6/2019. A principal medida dessa contrarreforma foi a fixação de uma idade mínima (65 anos para homens e 62 anos para mulheres) para a aposentadoria, extinguindo a aposentadoria por tempo de contribuição. O texto também estabeleceu o valor da aposentadoria a partir da média de todos os salários, elevou alíquotas de contribuição para quem ganha acima do teto do INSS e estabeleceu regras de transição para os trabalhadores em atividade (AGÊNCIA SENADO, 2019).

Todavia, o economista e professor da Unicamp, Marcio Pochmann, afirmou que esta reforma, ao dificultar o acesso ou reduzir o valor dos benefícios previdenciários, será capaz de elevar o desemprego e reduzir as receitas da Previdência, num futuro não tão distante. Segundo o pesquisador, a redução dos benefícios forçará as pessoas a procurarem no mercado de trabalho a renda que o sistema de Seguridade não lhes garantirá mais. Com mais procura de emprego, haverá elevação da taxa de desemprego, que poderá chegar a 25% (lembrando que a taxa média nacional em 2019, segundo o IBGE, foi de aproximadamente 12%). (JUSBRASIL, 2020).

Iniciando o ano de 2020, a taxa de desemprego vem se mantendo em queda. Segundo o IBGE, este fato foi impulsionado pela redução no número de pessoas procurando emprego no país, sob os efeitos das contratações temporárias nos últimos dois meses de 2019. O número de pessoas consideradas fora da força de trabalho subiu 1,3% (equivalente a 873 mil pessoas), atingindo novo recorde de 65,7 milhões de pessoas, demonstrando que essa menor procura por trabalho em janeiro foi definitiva para a redução da taxa de desemprego. A taxa de informalidade também caiu, indo de 41,2% para 40,7% da população ocupada, ante o trimestre móvel

anterior, em que 38,3 milhões de pessoas no país tiravam seu sustento em ocupações informais. Contudo, ainda é cedo para avaliar se a situação do mercado de trabalho vai melhorar em 2020, uma vez que a taxa de janeiro tem efeitos do fim de 2019 (FOLHA DE S.PAULO, 2020).

Diante do exposto até então, é possível ressaltar que o retorno da instabilidade econômica reafirmou os fundamentos da Lei Geral da Acumulação Capitalista, pois diante das incertezas que marcam a contemporaneidade, inúmeras medidas de enfrentamento são salientadas, através de reformas no campo do trabalho e dos direitos sociais, nos cortes das despesas no setor social etc. Em relação ao emprego, as propostas de terceirização e flexibilização ganham notório destaque, pois

As contradições imanentes à lógica destrutiva do sistema do capitalismo ainda são evidentes, com sérias implicações para a vida humana. As formas de enfrentamento adotadas somente adiaram um problema que só poderá ser superado com a emancipação do trabalho assalariado. Enquanto o trabalho assalariado não for superado, a precarização do trabalho fragmenta cada vez mais os trabalhadores na luta pela sobrevivência (BEZERRA, 2017, p. 31).

Dessa forma, a precarização, atingindo até mesmo os empregos estáveis e tornando-se central à ordem sistemática, impõe à muitos trabalhadores uma realidade de submissão aos novos ritmos de trabalho, pautados na intensificação da exploração.

Para Bezerra (2017), as novas formas de organização do trabalho – pautadas na autonomia do trabalho, na oportunidade do desenvolvimento pessoal, e na criatividade no trabalho por conta própria – representariam as formas atípicas de emprego. Quando comparado ao emprego formal, o emprego atípico apresenta um nível mais baixo de proteção legal e de coberturas trabalhistas. O desemprego passa a ser diluído na precarização (através da flexibilização, do trabalho informal, do trabalho por conta própria e do empreendedorismo) ou no trabalho atípico, vindo a demonstrar sua primordial diferença estrutural quanto ao desemprego clássico, da era industrial.

As alternativas da economia mundial à minimização dos efeitos da crise estrutural do capital, mediante a instituição das diferentes modalidades de ocupação

na inserção no mercado de trabalho, através, principalmente, da substituição do trabalho formal pelo informal, demonstram seus resultados nas alterações da estrutura do emprego, com modificações nos regimes de contrato de trabalho, na diferenciação das profissões regulamentadas, na intensificação da precarização.

Em relação ao Estado, observa-se uma atuação voltada predominantemente aos interesses do mercado, através da expansão das privatizações, do aumento dos impostos, da imposição das reformas, como se tais medidas fossem os últimos recursos do governo quanto a garantia de sobrevivência dos trabalhadores. Seus movimentos tendem a fortalecer o capital financeiro, que amplia seu domínio e tira proveito até mesmo de atividades cujo trabalho não é produtivo nem improdutivo ao capital, como é o caso das microempresas individuais<sup>52</sup>. Silva (2017) destacou que com o aval estatal, os trabalhadores são transformados em empresas, em que estes são travestidos de empresários, ainda que sejam apenas gestores da sua força de trabalho.

Essa suposta empresa passa a compor o rol do trabalho precarizado, expressa em longas jornadas de trabalho, nos baixos rendimentos, e nas inúmeras condições adversas. O trabalho ainda é exercido informalmente, mas como empresa o sujeito se viu integrado ao capital, através dos empréstimos no sistema bancário. Desse modo, a integração aos ditames do capital se dá por meios não extraeconômicos, como na contextualização da acumulação primitiva, nem seguem o caráter clássico da exploração capitalista: a ação disciplinadora adotada pelo Estado, diante de um processo *autorrealizador*, passou a conduzir os indivíduos à adaptação de uma lógica de expropriação que eles mesmos produzem.

Tavares (2018) argumenta estarmos diante de uma relação capital-trabalho em que não há apenas exploração, mas expropriação; relação esta banhada por ações, tais quais a cobertura bancária e os programas do governo que incentivam o empreendedorismo e a autoempregabilidade, pautadas no assédio para vender dinheiro, extrair juros e encobrir índices de desemprego. A autora ainda afirma que

---

<sup>52</sup> As atividades atreladas ao MEI (Microempresário Individual) são desenvolvidas no âmbito da circulação simples, e sua produção não é considerada nem produtiva nem improdutiva ao capital, uma vez que expressa um caráter de sobrevivência.

[...] o empreendedorismo expropria o coração e a mente dos trabalhadores. Já não basta ao capital ter o comando da produção de trabalhos informais e precários, sem garantir proteção social aos trabalhadores; é preciso comandar a alma do trabalhador. Ou seja, é necessário produzir nos trabalhadores uma subjetividade ainda mais alienada; é preciso operar uma espécie de hipnose que não lhes proporcione dúvida alguma quanto à responsabilidade que cada um tem consigo mesmo e apenas consigo, o que por sua vez, libera o Estado de responsabilidades sociais que, formalmente, consubstanciam a sua função (TAVARES, 2018, p. 299).

No Brasil contemporâneo, as ações estatais direcionadas à ideia do empreendedorismo vêm ganhando considerável destaque: quase todos os programas midiáticos encontram formas de propagandear as vantagens de empreender, e isso não faz com que as pessoas percebam o quanto a disseminação do individualismo e da concorrência, em detrimento de projetos essenciais, torna-se nociva. Os trabalhadores são, cada vez mais, atingidos e fragilizados pelo rigor dos ditames capitalistas, pois não encontram amparo direto do Estado, quando este apoiado na atual fase do neoliberalismo, reafirma o postulado de administrar os negócios coletivos da burguesia (como salientado por Karl Marx e Friedrich Engels, no *Manifesto*). A constatação atual vem sendo postulada na orquestração de que os próprios trabalhadores justifiquem a exploração e a expropriação, ao tornarem seus os objetivos mercadológicos.

Conforme Antunes (1995), o desemprego que caracteriza a nova conformação da classe trabalhadora é diverso e heterogêneo, uma classe-que-vive-do-trabalho: além das clivagens entre os trabalhadores estáveis e precários, homens e mulheres, jovens e idosos, nacionais e imigrantes, brancos e negros, qualificados e desqualificados, “incluídos e excluídos” etc., temos também as estratificações e fragmentações que se acentuam em função do processo crescente de internacionalização do capital.

Não se pode negar os efeitos da desigualdade socioeconômica sobre toda a sociedade e, em especial, sobre os coletivos sociais considerados diversos. O foco central são os sujeitos sociais, entendidos como cidadãos e sujeitos de direitos. Nos últimos anos, a relação entre desigualdades e diversidade tem ocupado um lugar de maior destaque no debate contemporâneo. As desigualdades com relação as diferenças de classe, raça/etnia, gênero, idade geração) historicamente estruturadas

pelo desemprego trazem questionamentos quanto a ampliação dos direitos e da justiça social.

Conforme Boaventura de Souza Santos, “Temos o direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza” (SANTOS, 2006, p. 316). Essa interpretação tem sido adensada do ponto de vista político e epistemológico pelos movimentos sociais, ao enfatizarem que os sujeitos de direitos são também diversos em raça, etnia, credo, gênero, orientação sexual e idade, entre outros.

O desemprego torna visível o acirramento da pobreza, a desigual distribuição de renda da população, coloca desafios aos setores populares e aos movimentos sociais em relação ao acesso à educação, à moradia, ao trabalho, à saúde e aos bens culturais, bem como os impactos da relação entre igualdade, desigualdades e diversidade nas políticas públicas.

Compreende-se que o debate sobre a questão do desemprego deve levar em consideração a sua interrelação com alguns fatores, tais como: os desafios da articulação entre políticas de igualdade e políticas de identidade ou de reconhecimento da diferença no contexto nacional e internacional, a necessária reinvenção do Estado rumo à emancipação social, o acirramento da pobreza e a desigual distribuição de renda da população, os atuais avanços e desafios dos setores populares e dos movimentos sociais em relação ao acesso à educação, à moradia, ao trabalho, à saúde e aos bens culturais, bem como os impactos da relação entre igualdade, desigualdades e diversidade nas políticas públicas. No Brasil, diferentes proposições econômicas, políticas e teóricas têm sido desencadeadas na tentativa de apontar caminhos para essa situação.

Em suma, o aprofundamento das mudanças no mundo do trabalho, os novos tipos de emprego, as ampliações da desestruturação do trabalho, as ações estatais com seus programas e medidas direcionadas à empregabilidade, enquanto fatores que passaram a ser disfarçados pela implementação do trabalho precarizado, demonstram a singularidade brasileira frente ao contexto sistemático da proliferação e consumação do desemprego, como característica inerente e inalienável do modo de produção capitalista.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações no mundo do trabalho perpassam contextos e implicações que explicitam a atual caracterização do trabalho, bem como suas consequentes problematizações ao conjunto da realidade social e àqueles que a compõe.

A categoria trabalho, como originária do ser social, vai para além de um mero elemento teórico indispensável à compreensão da economia, pois trata-se, primordialmente, de uma categoria que referencia o modo de agir do homem na/para sociedade. Segundo Paulo Netto e Braz (2012), o trabalho é uma categoria central ao entendimento do fenômeno humano-social.

Por expressar a complexidade das relações entre os homens e a natureza e salientar, assim, tal relação numa dada sociedade, o trabalho apresenta sua dimensão histórica. O desenvolvimento das capacidades humanas, seguido do desenvolvimento das forças produtivas, marca o próprio desenvolvimento do trabalho. No escravismo e no feudalismo a capacidade humana era determinada pela natureza, e seu reconhecimento vinha a ser apenas parcialmente explicitado através das ações humanas, conformando o reconhecimento da potencialidade da capacidade humana insuficiente quanto à diferenciação do homem para com a natureza (PAULO NETTO; BRAZ, 2012).

Tal situação vem a ser modificada com a instituição do Modo de Produção Capitalista: é com o desenvolvimento das forças produtivas, durante o período da Acumulação Primitiva (entre os séculos XVI e XVIII), articulado ao período das Grandes Navegações, que a capacidade humana vai se afastar das barreiras naturalmente postas.

Ao salientar a categoria trabalho é possível ressaltar a importância do trabalho ao desenvolvimento social: tal categoria, ao tornar-se central à origem do ser social, extrapola quaisquer análises que visam unicamente uma compressão econômica da realidade social. Ao expressar relações complexas, demonstra o desenvolvimento das capacidades humanas (ao constituir o ser social) e o desenvolvimento produtivo (quando da transformação do modo de produção). A partir da instituição do capitalismo, é notável o desenvolvimento das forças produtivas e a intencionalidade

que impunha ao trabalho, visto como a atividade criadora de valor, que se realizaria sob os comandos do capital.

Desde o início da expansão capitalista, as contradições que lhe são inerentes demonstram a realidade sistêmica de disseminar problemas sociais, devido à intencionalidade capitalista de acumulação desenfreada de lucro. Para tanto, a exploração da força de trabalho se fez necessária, vindo a estabelecer a relação capital-trabalho, baseada na venda do único bem daquele que vive a trabalhar: sua força de trabalho – acarretando exploração e alienação do ser trabalhador. Assim, um relevante contingente de trabalhadores buscava sobreviver sob uma nova forma de controle, vindo a caracterizar a transformação da força de trabalho em mercadoria, bem como instituir a formação do exército industrial de reserva para fundamentar o que se convencionou chamar de desemprego (MARX, 1996).

Assim, o desemprego possui sua gênese na exploração do trabalho pelo capital, como visto na Lei Geral da Acumulação Capitalista, em que o aumento da população supérflua se expressa como uma das tendências mais assustadoras da contradição capital-trabalho, pois grandes contingentes humanos encontram-se à mercê do sistema do capital, na expectativa de serem ou não absorvidas no processo de produção do capital. Como ressalta Marx (1996), o exército industrial de reserva é uma condição para a valorização do capital, e não da humanidade.

Apreendendo o movimento do trabalho na realidade capitalista, é possível ressaltar que o avanço do capitalismo desenvolve manobras com o intuito de superar as crises, que são inerentes ao sistema, ao propor soluções de aperfeiçoamento das técnicas de trabalho, mas que suas estratégias sucumbem na disseminação de ações desajustadas, como o vem a ser demonstrado pelo desemprego estrutural. As tentativas capitalistas de superação se direcionaram (e continuam se direcionando) mais à amenização dos problemas por ele gerados, do que a resolvê-los.

Desde seu início, o capitalismo expandiu-se na medida em que evidenciava suas contradições: quanto mais acumulava capital, mais disseminava seus problemas sociais. Para a superação de suas crises, o capital procura a solução no aperfeiçoamento das técnicas de trabalho, exigindo do trabalhador uma qualificação profissional para desempenhar sua função. Essa estratégia acabava por desempregar

um grande contingente de trabalhadores por não estarem aptos para o trabalho. Esse massivo desemprego resultou na crise da reprodução do sistema, reduzindo o consumo, por parte da população, e diminuindo a acumulação de capital.

Como o consumismo é uma das bases para a reprodução do capital, este sistema precisa que o trabalhador tenha um salário. Para tanto, surge uma nova saída: a flexibilização do trabalho, reduzindo os gastos para o capitalista e aumentando a precarização do trabalho. Tal agravamento é primário no desemprego por ter um vínculo com as necessidades de desenvolvimento do sistema, tornando seus problemas estruturais ao capital, aumentando a degradação do trabalho e, conseqüentemente, dilatando a pauperização e os problemas advindos dela, como a própria fragilização humana. Essas tentativas do capitalismo desviam-se do real problema que está na sua estrutura, buscando apenas amenizar as condições impostas pelo sistema, e não as resolvendo.

É através da redução do trabalho vivo na produção, da ampliação do trabalho temporário e da racionalização nas contratações, que o desemprego e a precarização das relações trabalhistas se apresentam como problemáticas inerentes ao capitalismo. Com isso, é possível ressaltar que o desenvolvimento capitalista gerou conseqüências e implicações que afetam diretamente o futuro do trabalho, que no atual ritmo em que segue, se encaminha ao retrocesso do desenvolvimento social.

Assim, constata-se que o desemprego é um fator sociohistórico produzido pelo sistema capitalista devido à oscilação existente na reprodução da sociedade. Dentro da dinâmica expansiva do capital, o desemprego torna-se um instrumento de controle pelo sistema do capital, ao necessitar do excesso populacional para ter um domínio do salário pago ao trabalhador, intensificando a produção da mais-valia e trazendo a barbárie da contradição de classes e da miserabilidade da maioria populacional.

Oliveira (2017) destacou que a lógica capitalista precisou dissociar sua crise do formato social de vida imposto pelo seu gerador (o capital), tendo em vista a espacialização da barbárie e seu conteúdo, pois ainda que medidas políticas e econômicas apresentassem fragilidades e não atendessem, necessariamente, ao que se propunham e nem ao público que se direcionavam, se fez necessário um rol de ações que garantissem, no mínimo, o controle do trabalho pelo Estado e capital. Com



isso, o desemprego estrutural apareceu como algo corrigível e não como inerente ao regime de acumulação predominantemente financeiro em crise; como sendo culpa dos trabalhadores/as enquanto indivíduos incapazes de se encaixarem dentro das demandas mercadológicas.

O caráter multifuncional do Estado, servindo concomitantemente a múltiplos objetivos, tornou sua organização política muito atrativa à uma ampla *coligação de forças heterogêneas* (como bem destacou Offe, 1991). Tal multiplicidade de forças foi capaz de introduzir e apoiar que o Estado Social não podia permanecer alojado em quadros institucionais, uma vez que a própria mecânica do compromisso das classes se converteu em objeto de conflitos internos. Ao conservar o controle do capital sobre o núcleo produtivo, conseqüentemente, deu base à estrutura fundamental do conflito entre capital e trabalho.

Foi com a atuação estatal que os vínculos jurídicos legais que instituem a relação capital-trabalho foram estabelecidos, tendo em vista o estigma do *trabalho independente*, sob a ótica da separação do político com o econômico, permitindo a valorização do valor. Enquanto regulador institucional do conflito de classes, o Estado também seria capaz de descortinar o ataque aos direitos trabalhistas e sociais da contemporaneidade.

Desse modo, a sociedade do desemprego e da precarização do trabalho passou a ser sustentada pela informalização e degradação do estatuto salarial, enquanto parte do sociometabolismo da barbárie, associada às novas formas de estranhamento, fetichismo e subjetivação do medo, uma vez que o medo do desemprego sujeitaria o trabalhador à renúncia de direitos e à crença em uma perspectiva de desenvolvimento autônomo.

A expansão das formas derivativas do valor, frente às suas formas constitutivas, que determinam a mais-valia, se deu com o cenário extrativista do capital. Dessa forma, o trabalho abstrato e a exploração apareceram como formas derivadas do trabalho improdutivo/imaterial na produção de capital. Ainda que não contribuíssem diretamente com a formação do valor, possuíam a mesma eficácia das formas constitutivas do valor, ao produzir diretamente mais-valia, uma vez que o trabalho abstrato, com seu caráter assalariado, se tornou a forma básica da universalidade capitalista, mas não sua forma exclusiva de manifestação.

Destarte, observa-se que nas últimas décadas as políticas públicas voltadas ao mercado de trabalho vêm sendo difundidas pelo Estado a partir do discurso de que ter o próprio negócio ou expandi-lo seria uma eficiente alternativa à geração de trabalho e renda, pois a disponibilização do crédito seria um caminho viável à tal contexto. A estratégia não partiu unicamente da acumulação flexível (que atribui ao trabalhador novos requisitos como polivalência, empreendedorismo e atuação participante/cooperativa), mas também da sincronia entre aparelho estatal e capital financeiro.

Desse modo, a centralidade do trabalho sendo velada pela reestruturação produtiva, passou a imprimir um cenário precário tanto dentro como fora do processo produtivo, enquanto razão do desenvolvimento capitalista – representando a *razão de ser* da acumulação capitalista, e não uma falha da regulação social e política do trabalho – e esta *nova civilidade* do capital surgiu contemporaneamente nas políticas públicas direcionadas ao trabalho.

Na realidade brasileira, a constituição do mundo do trabalho (e, conseqüentemente, do desemprego) não foi diferente, e se expressou, sobretudo, com as mudanças no mercado de trabalho sob o projeto neoliberal. O desemprego se estabeleceu enquanto componente estrutural do regime de trabalho, sendo acompanhado pela informalidade, enquanto característica da precariedade estrutural das ocupações.

A precarização social do trabalho no Brasil constituiu-se como um novo fenômeno: suas características, modalidades e dimensões sugeriram um processo de precarização social inédito nas últimas décadas, revelado pelas mudanças nas formas de organização do trabalho, na legislação trabalhista e social, na atuação estatal e suas políticas sociais, no comportamento dos sindicatos e nas ações das instituições públicas e associações civis (DRUCK, 2013).

Essa nova precarização sustentou-se na instalação (econômica, social e política) da institucionalização da flexibilização e da precarização modernas do trabalho, ao renovar e reconfigurar a precarização histórica e estrutural do trabalho no Brasil, enquanto uma visão justificada pela hegemonia capitalista frente a necessidade de adaptação aos novos tempos globais, que vêm sendo marcados pela inevitabilidade e inexorabilidade do processo mundial de precarização.

O processo de precarização tem atingido, na atualidade, segmentos de emprego que haviam adquirido estabilidade, fazendo com que a vulnerabilidade em massa fosse restabelecida, uma vez que esta havia expressado uma espécie de superação válida, num período hegemônico por políticas de bem-estar, caracterizando, com isso, uma dinâmica em que a precarização deixava sua ótica marginalizada e passava a ser o cerne da atual fase do desenvolvimento sistemático, tanto nos países centrais como em todo o mundo.

A reestruturação produtiva, estando baseada na diminuição dos custos com o trabalho, ressalta um cenário de subcontratações. Com isso, o desemprego passou a representar a redução do estoque de empregados, através de sua otimização pela empresa, sendo acompanhada pela terceirização e outras formas de contratação indireta, representando a instabilidade e precariedade das ocupações.

Assim, as dimensões do desemprego no Brasil foram estabelecidas pelo aumento das relações informais, em detrimento do emprego regular, na década de 1980, e pela expressividade do desemprego a partir de 1990, que se tornou um fenômeno de amplitude nacional com proporções inéditas, sendo refletidas através da redução do trabalho formal e pela implementação da realidade de trabalhadores por conta própria, trabalho temporário – realidade esta evidenciada até os dias atuais e legando um futuro precário ao mundo do trabalho.

A desestruturação do mercado de trabalho, com seus índices crescentes de desemprego aberto, com o desassalariamento e com a maior geração de postos de trabalho precário, constituiu um cenário de alterações radicais nos rumos das políticas direcionadas ao emprego.

Contemporaneamente, as taxas do desemprego passaram a ser dissolvidas na precarização, através da flexibilização, ou no trabalho atípico. As alternativas da economia mundial à minimização dos efeitos da crise estrutural do capital, mediante a instituição das diferentes modalidades de ocupação na inserção no mercado de trabalho, demonstram seus resultados nas alterações da estrutura do emprego, com modificações nos regimes de contrato de trabalho e na diferenciação das profissões regulamentadas, por exemplo.

Sendo assim, a difusão de conceitos tais como empregabilidade, empreendedorismo (e de outros do gênero), vendeu aos trabalhadores a possibilidade de que o importante é trabalhar, e não ter um emprego, uma vez que este estaria em extinção. Desse modo, foi criada a imagem de que a inserção no mercado de trabalho dependeria tão somente de competências e habilidades pessoais dos trabalhadores – mascarando-se, dessa forma, as relações macrossociais que envolvem a estruturação do trabalho no capitalismo, fazendo com que a informalidade surgisse como fator natural e resposta imediata ao desemprego, e não como estratégia funcional ao processo de acumulação do capital.

Em razão da natureza do paradigma técnico-produtivo em vigor, o aumento do desemprego vem sendo atrelado à precarização das condições de utilização da força de trabalho; as políticas de bem-estar e o marco regulador das relações e das condições de trabalho vêm sendo desestruturados em instrumentos redutores das desigualdades econômicas e sociais, condicionando-nos a uma fase de desconstrução do trabalho sem precedentes; e os diversos modos de ser da informalidade e da precarização do trabalho são ampliados, enquanto medidas de enfrentamento aos desajustes sistêmicos.

Contrariamente a tais propostas sistêmicas, alguns estudiosos do mundo do trabalho salientam a conformação de reformas; mas não quaisquer reformas, como as que agridem subjetiva e objetivamente os trabalhadores: para um considerável desenvolvimento social, seriam necessárias ações direcionadas ao processo de mundialização (que também propaga problemas), tendo em vista que dentro dos preceitos capitalistas uma atuação estatal voltada ao social e que tenha a formação de emprego como prioridade, poderia estancar o crescimento da massa de desempregados, fazendo com que os governos enfrentassem suas reformas estruturais<sup>53</sup>.

Assim, visando a compreensão desse quadro, partimos da leitura do capital como uma relação social historicamente determinada, capaz de subordinar estruturalmente o trabalho e romper para com o fetiche da atuação neutra do Estado;

---

<sup>53</sup> Não nos detemos aqui sobre tais conformações, mas compreendemos que uma reforma que se constitui como uma estratégia de luta na concepção marxista, seria a reforma agrária, uma vez que a sua não realização por parte do Estado, também seria uma política de manutenção sistemática. Contudo, ressaltamos a relevância deste ponto de análise e de sua importância em análises futuras.

do entendimento de que o desafio da questão social, tendo em vista as políticas públicas, está centrado no mundo do trabalho, em que o desemprego tornou-se uma questão emblemática, uma vez que tais políticas passaram a atuar diretamente na busca de garantia do ciclo da produção, distribuição/circulação e consumo, e entraram na ordem do debate contemporâneo por se constituírem num conjunto heterogêneo de ações governamentais no mercado de trabalho, visando minorar os índices de desemprego e das ocupações precárias (como destaque dessa análise, mas não sua única determinação social); da apreensão sobre política pública, tendo em vista a compreensão de que as relações entre Estado e sociedade são repletas de contradições que estão para além dos interesses do sistema político, bem como da constatação de que as Instituições Financeiras podem se apadrinhar das políticas sociais como se estas fossem suas; da concepção de que a geração de emprego e das formas de trabalho e renda (ainda que precárias, não regulamentadas e terceirizadas) surgiu como indicador do *bom funcionamento* do aparato econômico; e do entendimento de que o trabalho tem atuado historicamente como elemento determinante da produção da riqueza capitalista e da ordenação do capital, ambas amparadas pelo Estado, fazendo com que a classe trabalhadora encontre dificuldades em suas formas de organização e luta, ao ser inserida forçosamente no precário universo do mundo do trabalho contemporâneo.

Diante de um sistema de metabolismo social, como é o capitalismo, o trabalho que o estrutura também é capaz de desestruturar o ser social, através de artifícios, tais quais o trabalho assalariado, que ao passo em que dá sentido ao capital também institui uma subjetividade contestável ao ato de trabalho. A busca por uma forma superior de sociabilidade perpassa a reestruturação do ser social, tendo em vista a desestruturação do capital.

Portanto, é possível constatar que a globalização da precarização do mundo do trabalho e, conseqüentemente do desemprego, só poderá vir a ser solucionada quando da superação do atual sistema de produção, pois as supostas dificuldades temporárias advindas do subdesenvolvimento sistemático setorializado estão cada vez mais adentrando na realidade de países até então desenvolvidos aos moldes do capital – o que demonstra e afirma o caráter crítico e problemático do vigente modo de produção.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, L. Desigualdades e discriminação de gênero no mercado de trabalho brasileiro e suas implicações para a formulação de políticas de emprego. **Cienc. Cult.**, vol. 58, n. 4, São Paulo, out./dez. 2004. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v58n4/a20v58n4.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2020.

AGÊNCIA SENADO. **Aprovado o texto-base da reforma da Previdência: Senado vota últimos destaques nesta quarta.** 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/10/22/aprovado-o-texto-base-da-reforma-da-previdencia-senado-vota-ultimos-destaques-nesta-quarta>. Acesso em: 10 mar. 2020.

ALVES, G. **Dimensões da precarização do trabalho:** ensaios de sociologia do trabalho. Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2013.

ALVES, G. **Dimensões da reestruturação produtiva:** ensaios de sociologia do trabalho. Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2007.

AMADEO, E. J. A teoria geral de Keynes 50 anos depois: o que resta? *In: John. M. Keynes: cinquenta anos da teoria geral.* Rio de Janeiro: IPEA, 1992.

AMARAL, F. B. **A lei geral das micro e pequenas empresas no Brasil:** uma avaliação de impactos sobre os estabelecimentos, seus empregados e empregadores, no período de 2005 a 2015. 2018. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez, 1995.

ANTUNES, R. Anotações sobre o capitalismo recente e a reestruturação produtiva no Brasil. *In: ANTUNES, R.; SILVA, M. A. M. (Orgs.). O avesso do trabalho.* 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ANTUNES, R. A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. *In: ANTUNES, R. (Org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil.* São Paulo: Boitempo, 2006.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho:** ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão:** o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

AZEREDO, B. **Políticas públicas de emprego:** a experiência brasileira. São Paulo: ABET, 2008.

BALDEZ, L. **Por que a reforma trabalhista não reduziu o desemprego**. 2019. Disponível em: <https://www.terra.com.br/economia/entenda-por-que-a-reforma-trabalhista-nao-reduziu-o-desemprego,ff2cb08148d5d29c20dbc24fabe3c37drfxje8i7.html>. Acesso em: 10 mar. 2020.

BARBOSA, A. F. **A formação do mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2008.

BARBOSA, R. N. C. Economia solidária: estratégias de governo no contexto da desregulamentação social do trabalho. *In*: SILVA, M. O. S.; YAZBEC, M. C. (Org.). **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, LDA, 2009.

BEHRING, E. Expressões políticas da crise e as novas configurações do Estado e da sociedade civil. *In*: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS, 2009.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BEZERRA, A. L. S. O desemprego crônico: uma característica explosiva da ordem sociometabólica do capital. *In*: ALCÂNTARA, M. N.; PIMENTEL, E.; SOUZA, R.M. (Org.). **Em defesa do pensamento crítico: relações sociais, trabalho e política**. Maceió: EDUFAL, 2013.

BEZERRA, A. L. S. O desemprego e a Legitimação do Trabalho Precarizado no Brasil do Século XXI. **Revista SASEAL**, Maceió, a. 18, n. 16, p. 27-34, maio/2017.

BEZERRA, A.L.S. **O desemprego e as políticas de emprego, trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. 2016. 228 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2016.

BIHR, A. **Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise**. São Paulo: Boitempo, 1999.

BRAGA, R. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo: USP, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2012.

BRASIL. **Abolição no parlamento: 65 anos de luta (1823-1888)**. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2012. v. 2. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/243294>. Acesso em: 08 jan. 2020.

BRASIL. Lei n. 2.040 - de 28 de setembro de 1871. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, liberta os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daqueles filhos

menores e sobre a libertação anual de escravos. *In: COLLECÇÃO das Leis do Império do Brasil de 1871*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1871.

BUSNELLO, R. **Processo de Produção e Regulação Social**. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.

CARDOSO JÚNIOR, J. C.; GONZALES, R.; MATOS, F. Políticas Públicas de Trabalho e renda em contexto de baixo crescimento econômico. *In: MACAMBIRA, J.; CARLEAL, L. M. F. (Orgs). Emprego, Trabalho e Políticas públicas*. Fortaleza: BNB, 2009.

CARVALHO, L. **Primeira Crise Capitalista**. Goiânia: Rede Omnia, [2019]. Disponível em: <https://alunosonline.uol.com.br/historia/primeira-crise-capitalista.html>. Acesso em: 13 jun. 2019.

CASSAB, L. A. **Tessitura investigativa**: a pesquisa científica no campo humano social. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 55-63, 2007.

CASTELO, R. O social liberalismo e a miséria ideológica da economia do bem-estar. *In: MOTA, A. E. (Org.). Desenvolvimento e construção de hegemonia – crescimento econômico e reprodução das desigualdades*. São Paulo: Cortez, 2012. p.46-77.

COSTA, L. S. **O desemprego e seus indicadores**. 2002. 101 p. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Economia, Unicamp Campinas, 2002. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/285854>. Acesso em: 17 mar. 2019.

D'ARAÚJO, M. C. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. *In: D'ARAÚJO, M. C.; FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. O tempo do nacional estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. São Paulo: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 2012.

DIEESE. **Mercado de Trabalho nas Regiões Metropolitanas em 2016**. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 2017.

DORNELAS, J. C. A. **Transformando idéias em negócios**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

DRUCK, G. A precarização social do trabalho no Brasil: alguns indicadores. *In: ANTUNES, R. (Org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II*. São Paulo: Boitempo, 2013.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.



ENGELS, F. **A situação da classe operária na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ENGELS, F.; MARX, K. **A ideologia alemã (Feuerbach)**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

FERNANDES, F. **Marx, Engels, Lênin: história em processo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FERREIRA, C. C. C. Sobretrabalho em Marx, expropriação e superexploração no capitalismo dependente. *In*: BOSCHETTI, I. (Org.). **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018.

FILGUEIRAS, C. A. C. Trabalho, sociedade e políticas sociais. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 97, p. 13-20, 1996.

FOLHA DE S.PAULO. **Desemprego atinge 11,9 milhões e taxa fica em 11,2% em janeiro, diz IBGE**: Resultado é menor do que os 11,6% do trimestre encerrado em outubro. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/02/taxa-de-desemprego-fica-em-112-em-janeiro-diz-ibge.shtml>. Acesso em: 10 mar.2020.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo**. Teoria e história. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2010.

FOSTER, J. B. A financeirização do capital e a crise. **Outubro Revista**, [Curitiba], n. 18, p. 9-41, 1º semestre 2009. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edição-18-Artigo-01.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2019.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Fundo de Cultura, 1959.

GIL, A. C. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIMENEZ, D. M. **Políticas de emprego no século XX e o significado da ruptura neoliberal**. São Paulo: Annablume: Unisal, 2003.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GONÇALVES, R. **Desenvolvimento às avessas: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1993.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **Para entender o capital**. Livro 1. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

HENRIQUE, W. Crise econômica e ajuste social no Brasil. *In*: OLIVEIRA, M. A. (Org.). **Reforma do Estado: políticas de emprego no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 1998.

HISRICH, R. D. **Empreendedorismo**. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HOBBSBAWM, E. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

IBGE. **Estatísticas de gênero: uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010**. Série estudos e pesquisas, nº 33. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo>. Acesso em: 20 fev. 2020.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 40. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2008a.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2008b.

JUSBRASIL. **Reforma da Previdência vai elevar desemprego e reduzir receitas, diz Marcio Pochmann**. 2020. Disponível em: <https://cd.jusbrasil.com.br/noticias/444194311/reforma-da-previdencia-vai-elevar-desemprego-e-reduzir-receitas-diz-marcio-pochmann>. Acesso em: 10 mar. 2020.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

KEYNES, J. M. Inflação e deflação. *In*: **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

KIRDEIKAS, J. C. V. A formação do mercado de trabalho no Brasil: uma análise da legislação sobre locação de serviços no século XIX. *In*: **Anais do XXXI Encontro Nacional de Economia [Proceedings of the 31th Brazilian Economics Meeting]**, Porto Seguro (Bahia), 2003. Disponível em: [www.anpec.org.br/encontro2003/artigos/A23.pdf](http://www.anpec.org.br/encontro2003/artigos/A23.pdf). Acesso em: 06 jan. 2020.

LAURELL, A. C. **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1997.

LEHER, R. Crise do capital e questão social. **Revista da RET (Rede de Estudos do Trabalho)**, a. III, n. 6, 2010.

LÊNIN, V. I. N. **O Estado e a revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LESSA, S. **Capital e Estado de Bem-Estar**. O caráter de classe das políticas públicas. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

LIMA, J. S. **Desemprego no rural brasileiro**: uma reflexão a partir do desenvolvimento capitalista. 2016. 83 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Unidade Educacional de Palmeira dos Índios, Campus Arapiraca, Universidade Federal de Alagoas. Palmeira dos Índios, 2016.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál.**; Florianópolis, v. 10 n. esp. p. 37-45, 2007. Disponível: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe.pdf>>. Acesso em: 06 set. 2018.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MANZANO, S. **Economia política para trabalhadores**. São Paulo: ICP, 2013.

MARX, K. **Formações econômicas pré-capitalistas**. 6.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política (Livro primeiro: O processo de produção do capital – Tomo 2). São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1996.

MASCARO, A. L. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTOSO, J. **O Brasil desempregado**: Como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

MATTOSO, K. **Ser escravo no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MEHEDFF, C. G. Módulo PPTR - A construção da política de trabalho e renda. *In*: YANNOULAS, S. C.; VOGEL, A. **Políticas Públicas de Trabalho e Renda e controle democrático**: a qualificação dos Conselhos Estaduais de Trabalho no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

MELLO, A. F. **Marx e a globalização**. São Paulo: Boitempo, 1999.

MELO, E. Os limites objetivos da política parlamentar no sistema do capital. *In*: MELO, E; ANDRADE, M. A; PANIAGO, M. C. S. **Marx, Mészáros e o Estado**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012. Cap. 2, p. 29-58.

MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. 1. ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2011.

MONTAÑO, C. Pobreza, questão social e seu enfrentamento. **Revista Serviço Social**, São Paulo, n. 110, p. 270-287, abr./jun. 2012.

MORETTO, A. J. et al. Os descaminhos das políticas de emprego no Brasil. *In*: PRONI, M. W.; HENRIQUE, W. (Orgs.). **Trabalho, mercado e sociedade**: o Brasil nos anos 90. São Paulo: Unesp/Unicamp, 2003.

MOURA, P. C. C. **A crise do emprego**: uma visão além da economia. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

OFFE, C. **Trabalho e sociedade**: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da “Sociedade do Trabalho”. Tradução de Gustavo Bayer e Margit Martinc. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991. v. 2.

OIT. **OIT**: Desemprego global projetado para aumentar em 2016 e 2017. Organização Internacional do Trabalho, 2016. Disponível em: [http://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS\\_444594/lang--pt/index.htm](http://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_444594/lang--pt/index.htm). Acesso em: 29 nov. 2019.

OIT. **Perspectivas Sociais e de Emprego no Mundo – Tendências para Mulheres 2017 = World Employment and Social Outlook: Trends for women 2017**. Geneva: ILO, 2017.

OLIVEIRA, R. F. A contra-reforma do Estado no Brasil: uma análise crítica. **Revista Urutágua**, Maringá, n. 24, p. 132-146, maio/jun./jul./ago. 2011.

OLIVEIRA, V. D. **Políticas públicas e trabalho precário**: a retórica da “autonomia empreendedora” e a permanência do desemprego. 2017. 300 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2017.

PAULO NETTO, J. Crise do capital e consequências societárias. **Serviço Social & Sociedade**, v. 111, p. 413-416, 2012.

PAULO NETTO, J. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 2007.

PAULO NETTO, J. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PAULO NETTO, J; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PEREIRA, P. A. P. Política social do segundo pós-guerra: ascensão e declínio. **Revista Serviço Social e Saúde**, Campinas, v. IX, n. 10, dez. 2010.

PEREIRA, P. A. P. Utopias desenvolvimentistas e políticas sociais no Brasil. (Neo) desenvolvimento e política social. *In: Revista Serv. Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 112, p.611-612, out./dez. 2012.

PIANA, M. C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Editora UNESP; Cultura Acadêmica, 2009.

PINTO, G. A. **A organização do trabalho no século XX: taylorismo, fordismo e toyotismo**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

POCHMANN, M. As políticas de geração de emprego no Brasil. *In: OLIVEIRA, M. A. (Org.). Reforma do Estado: políticas de emprego no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 1998.

POCHMANN, M. Desempregados do Brasil. *In: ANTUNES, R. (Org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

POCHMANN, M. **Nova classe média?: o trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.

POCHMANN, M. **O emprego no desenvolvimento da nação**. São Paulo: Boitempo, 2008.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Martins, 1942.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RAMOS, C. A. **Políticas de Geração de Emprego e Renda**. Justificativas teóricas, contexto histórico e experiência brasileira. Brasília: Série textos para discussão nº 277/ UNB, 2003.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

RIFKIN, J. **O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis de empregos e a redução da força global de trabalho**. São Paulo: Makron, 1995.

SANTOS, B. S. A construção intercultural da igualdade e da diferença. *In: SANTOS, B. S. A gramática do tempo*. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, B. S.; AVRITZER, L. Introdução: Para ampliar o cânone democrático. *In*: SANTOS, B. S. (Org.). **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, J. S. **questão social**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, M. **Estado, política social e controle do capital**. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

SANTOS NETO, A. B. **Capital e trabalho na formação econômica do Brasil**. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

SETUBAL, A. A. Desafios à pesquisa no Serviço Social: da formação acadêmica à prática profissional. **Rev. Katálysis**, 2007, Florianópolis, v.10, n. esp., p. 64-72. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0710spe.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0710spe.pdf). Acesso em: 23 ago. 2018.

SILVA, J. G. S. **Cenas alagoanas na informalidade de rua**: um olhar sobre os vendedores ambulantes do semiárido alagoano. 2017. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SILVA, M. O. S.; YAZBEC, M. C. Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo: tema e conteúdo do livro. *In*: SILVA, M. O. S.; YAZBEC, M. C. (Org.). **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2008.

SINGER, P. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. 7.ed. São Paulo: Contexto, 2006.

TAVARES, M. A. Empreendedorismo e expropriação da subjetividade. *In*: BOSCHETTI, I. (Org.). **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018.

TEIXEIRA, F. Sistema público de emprego: Caminhos, Descaminhos... Novas Esperanças? *In*: RABELO, J.; FELISMINO, S. C. (Org.). **Trabalho, Educação e a Crítica Marxista**. Fortaleza: Editora Universidade Federal do Ceará - UFC, 2006. p. 167-184.

WEBER, M. **Historia económica general**. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.

WOOD, E. M. **Democracia contra capitalismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

ZEN, R. T. Os sentidos da formação profissional presentes nos planos plurianuais a partir dos anos 1990. *In*: VIRIATO, E. O. et al. **O estado da arte da formação do trabalhador no Brasil**: pressupostos e ações governamentais a partir dos anos 90. Cascavel: Edunioeste, 2007.